

Relatório de Sustentabilidade/GRI



2014: água boa e segura, com a confiança dos consumidores



A vida bem tratada

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho	04
Mensagem do Presidente	06
Perfil da SANASA	08
Temas Estratégicos	12
Principais Indicadores	20
Governança	24
Gestão Operacional	33
Gestão Ambiental	56
Gestão Social	83
Balanço Social	103
Pacto Global	104
CEO Water Mandate	106
Indicadores Ethos	107
Sumário de Conteúdo da <i>Global Reporting Initiative</i> para a opção Essencial	110
Créditos	112

Transparência só se sustenta com confiança e com responsabilidade. Este é um dos pilares desta administração. Por isso tomei a decisão de incentivar a leitura do Relatório de Sustentabilidade/GRI – 2014 da SANASA, realizado de acordo com o modelo internacional *Global Reporting Initiative – GRI*. A GRI é um instrumento de gestão e ao mesmo tempo de prestação de contas.

Dessa forma, a publicação é capaz de sintetizar de forma simples as informações relevantes da empresa e de mensurar o desempenho sustentável. A leitura deste Relatório irá contribuir para que todos tenham o conhecimento de como a empresa faz sua governança e realiza a gestão financeira, ambiental e social. E quando digo todos, incluo o cidadão, a quem devemos prestar contas, com o senso de responsabilidade e transparência, pela confiança que nos é depositada. Compreendo que isso se trata de um exercício de democracia e cidadania.

O Relatório de Sustentabilidade/GRI – 2014 mostra, de forma didática, no capítulo Gestão Ambiental, o cenário da crise hídrica, contextualizando a cidade de Campinas e sua região. Nele são destacadas as ações para enfrentamento da crise e seus resultados. O capítulo Governança é importante para fazer compreender como a empresa faz a sua tomada de decisão. O capítulo sobre Gestão Operacional destaca como a SANASA trabalhou para incentivar a fabricação de um modelo de torneira que contribui para diminuir a vazão de água e, assim, obter economia em escolas. E em Gestão Social é possível conhecer, entre outras ações sociais da SANASA, como o Programa de Ação Sustentável – PAS atende aos núcleos urbanizados e não urbanizados.



Foto: Luiz Granzotto/PMC

Uma sociedade bem informada é uma sociedade crítica e exigente. A verdade liberta o povo e anuncia o progresso. Assim é possível olhar para o futuro sem temer os tempos de luta que hoje enfrentamos. Cada cidadão é parte importante nisso tudo, pois a história de um povo é uma narrativa diária de muitos esforços.

Boa Leitura!

Jonas Donizette
Prefeito de Campinas

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Na pior crise hídrica dos últimos 84 anos, a SANASA foi protagonista na busca de soluções capazes de garantir água para a população de Campinas.

A gestão da crise foi capitaneada pelo Prefeito Jonas Donizette, que fez gestões, em caráter preventivo, junto ao governo do Estado e à ANA – Agência Nacional de Águas, pela preservação dos patamares de vazão.

Também foram realizadas ações com os governos Estadual e Federal, com a finalidade de viabilizar recursos financeiros e de agilizar a construção das barragens Duas Pontes, no rio Camanducaia, e Pedreira, no rio Jaguari, bem como para o sistema adutor, que tem como objetivo aumentar a disponibilidade hídrica nas bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiáí-PCJ.

A compreensão de que a água é um recurso finito e que, portanto, necessita de políticas públicas e investimentos capazes de garantir o abastecimento com quantidade, qualidade e segurança, sempre foram a base dos projetos e planos da SANASA.

Em seus 40 anos, completados em 2014, a empresa sempre buscou responder com assertividade e prontidão às demandas impostas pelo crescimento demográfico e econômico.

Em 2013, o Prefeito Jonas Donizette lançou uma política pública capaz de assegurar a melhoria da qualidade de vida da população. Trata-se do Plano 300%, que trouxe metas para atingir a universalização do saneamento, conforme foi apresentado no Relatório de Sustentabilidade/GRI - 2013.

Em 2014 a SANASA assegurou, junto aos Governos Federal e Estadual, cinco projetos que totalizam recursos da ordem de R\$ 93 milhões, aplicados em obras a partir do presente ano. Uma dessas obras é a ETE Boa Vista, que fará com que a SANASA atinja o índice de 100% de capacidade de tratamento de esgotos, atendendo a uma população de 74.200 habitantes.

Além disso, em 2014 a SANASA apresentou proposta ao Governo Federal de investimentos em Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário da ordem de R\$ 415,17 milhões, que visam atender ao Plano 300% de Universalização do Saneamento, além de melhorar



Foto: DMC Propaganda

a capacidade de reserva para abastecimento da população, auxiliando no enfrentamento da crise hídrica, e mais R\$ 505,05 milhões em obras de melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, que contribuirão para redução do índice de perdas na distribuição.

Essas propostas perfazem um total de R\$ 920,22 milhões, que estão em análise pela Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades do Governo Federal. Esses investimentos beneficiarão 902 mil habitantes.

Foram entregues à população obras para melhoria da qualidade da distribuição de água potável e redução das perdas, além de sistemas de esgotamento sanitário, com a substituição de redes antigas e instalação de redes de esgotamento sanitário em bairros como Satélite Íris I e IV, Vila Joaquim Inácio, Jardim Nova Europa, Jardim Eulina e IV Centenário, e a ampliação e reforma da Estação de Tratamento de Lodos.

Ainda em 2014, foram retomadas as obras das Estações de Tratamento de Esgotos Nova América e

San Martin enquanto prosseguiram as obras de implantação do 2º Módulo na EPAR - ETE CAPIVARI II, dos Sistemas de Esgotamento Sanitários Anhumas Santa Cândida, Parque das Universidades e da substituição de redes de água no Jardim das Oliveiras, Jardim Nova Europa, Jardim Paulistano, Vila Carminha, Jardim Primavera, Nova Campinas e Jardim Planalto.

A gestão da crise hídrica constitui um grande desafio para 2015. Estão previstos impactos sobre as operações e o faturamento. Dentro desse contexto, os desafios para a empresa também se concentram na atração e fixação de negócios e oportunidades de investimentos. A SANASA está empenhada em manter a eficiência da gestão e em contribuir para a boa qualidade de vida da população de Campinas.

O Conselho de Administração reconhece a competência técnica dos funcionários da empresa, que se empenharam para garantir o abastecimento da cidade. Isso faz com que possamos olhar para o ano que passou certos de que iremos avançar e obteremos sucesso nesta empreitada que enfrentaremos em 2015.

A SANASA é uma empresa de economia mista, patrimônio de uma sociedade e um pilar da sustentabilidade da nossa região. A empresa trabalha pelo desenvolvimento sustentável, pela geração de valor junto aos funcionários, clientes, fornecedores e à população – premissas desta gestão.

A SANASA sabe da importância de atuar pela mudança de cultura e valor organizacional e, por isso, em 2014 os Temas Estratégicos foram aprovados pelo Conselho de Administração. Da mesma forma, o Relatório de Sustentabilidade/GRI passou a ser aprovado simultaneamente com as demonstrações financeiras. A relação da SANASA com os investidores e a sociedade é pautada pela transparência e por ações responsáveis, visando à sustentabilidade do negócio.

Hamilton Bernardes

Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Água boa e segura, com a confiança dos consumidores. Esse tema deste Relatório de Sustentabilidade revela o desafio que encaramos em 2014, um ano igualmente desafiador para todas as empresas do setor de saneamento, especialmente na região sudeste do País.

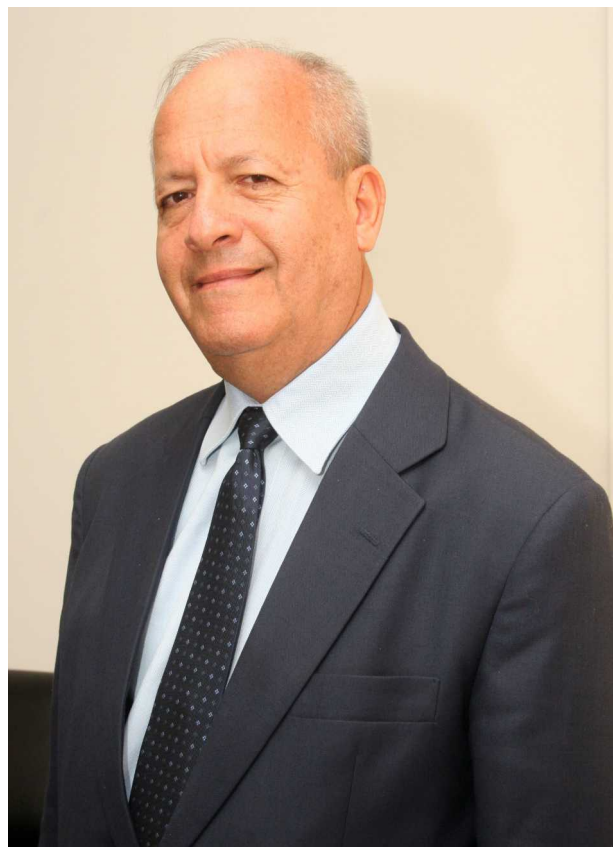
A escassez hídrica, resultado de um volume de chuvas menor que a média dos anos anteriores, levou-nos a terminar 2014 operando com a segunda cota do volume morto do sistema Cantareira. Esse ano iniciou-se com uma reserva do Sistema Cantareira inferior à metade da registrada no início do ano anterior – em janeiro de 2013 o Sistema Cantareira contava com um volume de 51,07%; em janeiro de 2014 o volume registrado era de 24,75%. A situação superou a pior expectativa projetada por nossos especialistas.

Para enfrentar esse momento foi necessária a ação eficaz dos funcionários da SANASA, a parceria com a população da cidade e, especialmente, com a liderança do Prefeito Jonas Donizette que, desde o primeiro momento, chamou para si a responsabilidade da gestão de crise.

O cenário exigiu um esforço ainda maior nas operações para garantir não apenas o abastecimento da população de Campinas – 1.154.617 de habitantes (população estimada para 2014 - IBGE), mas também a qualidade da água ofertada. A população apoiou e trouxe excelente resposta ao apelo pela economia e uso racional da água.

Em razão de intensa campanha na mídia, a SANASA conseguiu uma economia no consumo de água potável da ordem de 20%, comparando o volume tratado em novembro de 2014 (7.837.247 m³) com relação ao verificado em janeiro de 2014 (9.831.656 m³).

Foi nesse quadro de crise que a empresa confirmou sua visão estratégica para a sustentabilidade. Em 2012 Campinas foi a primeira cidade da América Latina a ter em funcionamento uma Estação Produtora de Água de Reúso por membranas filtrantes. Essa solução configura o ciclo ambiental completo no tratamento da água, representando um novo paradigma para o setor de saneamento.



A eficiência tecnológica da operação permite realizar um processo de produção de água através do esgoto tratado, com elevada qualidade em termos de aceitação física, química e bacteriológica.

Estudos estão sendo desenvolvidos para a aplicabilidade da água de reúso, entre outras a utilização dessa água pelo Corpo de Bombeiros no combate a incêndio. Campinas é a primeira cidade paulista a ter regulamentação municipal para esse fim, a qual estabelece critérios e modalidades gerais para o uso. Foi então celebrado um convênio entre a SANASA, a Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros, que prevê cinco reservatórios de 20 m³, em fase de instalação. Além disso, a SANASA iniciou a implantação de unidades de comercialização e distribuição de água de reúso a granel para consumo de grandes volumes.

A SANASA avançou positivamente no Plano de Segurança da Água – PSA, que em 2014 definiu a matriz de riscos nos pontos de captação, o que representou a identificação da análise qualitativa dos riscos e sua potencialidade. Conforme

recomendação da portaria MS2914/2011, o monitoramento abrange todo o sistema de abastecimento, desde o manancial até a torneira dos consumidores. O plano incorporou questões que influenciam a segurança hídrica, como a elevação da temperatura ambiente, o índice pluviométrico e todas as interferências registradas no Sistema Cantareira e nas bacias PCJ.

Em 2014, a SANASA aprovou a primeira versão do Mapa de Riscos Corporativos. Os riscos identificados foram avaliados e validados pelos gerentes das áreas a que pertencem e pelos respectivos diretores.

A versão final do Mapa foi resultado de um extenso trabalho, no qual foram feitas apresentações personalizadas para todos os gestores da empresa (*stakeholders* internos): diretores, gerentes e coordenadores. Após treinamento, os próprios gestores fizeram a identificação dos riscos corporativos de suas áreas, com o suporte e acompanhamento da Gerência de Governança Corporativa, responsável pela Gestão de Riscos na empresa.

A SANASA, enquanto empresa de economia mista, cuja acionista majoritária é a Prefeitura de Campinas, sabe que deve ser exemplo. Por isso, está trabalhando no avanço e aprofundamento dos compromissos com a sustentabilidade. Em 2014 a Diretoria Executiva tomou a decisão de aderir ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção e à Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente, do Instituto Ethos.

Direitos Humanos, Água e Saneamento constituem um tema presente em nosso dia a dia, considerando nossas operações e razão de ser do negócio. Assim, como no ano passado, integramos os Indicadores

Ethos no Relatório de Sustentabilidade/*GRI* como ferramenta de gestão, e também os 10 Princípios do Pacto Global. E nos dedicamos ao estudo do Relato Integrado, um próximo passo na gestão da empresa.

Em 2014, como Diretor Presidente assinei o compromisso CEO Water Mandate das Nações Unidas, que incentiva as empresas a atuar por maior eficiência na gestão da água. Conduzi diretamente os trabalhos pela definição dos nossos temas estratégicos, os quais foram, pela primeira vez, aprovados pelo Conselho de Administração.

O próximo passo é aprofundar os estudos da Cadeia de Valor e trabalhar no engajamento dos clientes e fornecedores. Esse trabalho é parte do esforço para colaborar com a agenda pós-2015 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Cumpre-se, assim, o compromisso assumido por esta presidência em 2013, durante o Leaders Summit em Nova York, que reuniu presidentes de empresas signatárias do Pacto Global em todo o mundo.

No exercício de 2014, a SANASA somou novos aprendizados. A empresa conhece seu próprio potencial e sua capacidade de articulação, pois tem uma equipe engajada e comprometida com os resultados. Com a crise, ampliou o olhar em relação a novas possibilidades, à reservação de água bruta e a novas perspectivas de abastecimento, tendo em vista a segurança hídrica, tanto em relação à qualidade como quanto à quantidade de água para a população e os clientes.

Arly de Lara Romêo

Diretor Presidente

PERFIL ORGANIZACIONAL

G4-4	Principais marcas, produtos e serviços
G4-5 e 6	Localização da sede da organização
G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização
G4-8	Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários)
G4-9	Porte da empresa, incluindo: número total de empregados, número total de operações; receita líquida (para organizações do setor público); quantidade de produtos ou serviços prestados

Indicador Ethos 1: Estratégias para a Sustentabilidade, Estágio 1 - A empresa inclui aspectos sociais e questões ambientais em suas estratégias.

R. A SANASA Campinas - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. é empresa de economia mista, criada pela Lei Municipal 4.356, de 28 de dezembro de 1973.

Sociedade por ações, foi constituída com o objetivo de planejar, executar, fiscalizar e operar os serviços públicos de saneamento básico do município de Campinas podendo, esses serviços, ser estendidos para outros municípios, seja no território nacional,

seja no exterior, desde que comprovada sua viabilidade econômico-financeira, devidamente aprovada em Assembleia Geral da Sociedade.

A SANASA também exerce atividades de aperfeiçoamento da administração, operação e manutenção de seus serviços, inclusive a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica ao município, entidade ou empresa pública ou privada de sua área de atuação. Em 2014 somava 2.280 funcionários.

TRATAMENTO DA ÁGUA

Entre outras atribuições, a SANASA Campinas é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, no Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (92,3%) e Capivari (7,6%) e 0,1% de um poço existente no Residencial Village Campinas para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99,5 % da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento (ETA 1 e 2 no Swift, ETA 3 e 4 na estrada de Sousas, com água captada

no Rio Atibaia, e a ETA Capivari, junto à Rodovia dos Bandeirantes, com água proveniente do Rio Capivari). O conjunto de Estações de Tratamento de Água tem capacidade de produção de até 4.530 litros/segundo.

O volume médio anual de água potável produzido é da ordem de 110 milhões de metros cúbicos, transportado por mais de 4.558 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 65 reservatórios dispersos pela cidade (25 elevados e 40 apoiados), com capacidade total de 123.497,37m³. Esse sistema contempla 323.622 ligações de água e 477.336 economias*, todas equipadas com hidrômetros.

TRATAMENTO DO ESGOTO

O sistema de esgotamento sanitário da SANASA Campinas atende a 89,19% da população urbana da cidade, com 288.520 ligações e 423.350 economias*, por meio de 4.251 km de redes, emissários e interceptores, além de 81 Estações Elevatórias de Esgoto e 24 Estações de Tratamento de Esgoto.

A SANASA é pioneira na utilização da tecnologia empregada para tratamento de esgoto na Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Capivari II, uma das mais modernas do mundo, com utilização de

membranas filtrantes para remoção de nitrogênio e fósforo. As membranas filtrantes garantem a remoção da maioria dos vírus, bactérias e protozoários, sem utilização de produtos químicos desinfetantes, além da remoção dos sólidos, deixando a água com elevada qualidade em termos de aceitação física, química e bacteriológica.

**(Número de economias é a quantidade de unidades de consumo ou imóveis dependentes de um único hidrômetro)*

G4-11

Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva



Princípio 3 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva no trabalho.

Indicador Ethos 25: Relações com Sindicatos - Estágio 3 - A empresa não somente permite a atuação dos sindicatos no local de trabalho, como também fornece informações sobre as condições de trabalho e se reúne periodicamente com seus representantes para ouvir sugestões e negociar reivindicações.

R. Todos os funcionários da SANASA são abrangidos nos acordos coletivos, sendo algumas cláusulas extensivas aos estagiários e patrulheiros. Todos os funcionários têm liberdade de associação aos sindicatos.

G4-12

Cadeia de fornecedores da organização

R. Em 2014, a SANASA trabalhou no reconhecimento de sua cadeia de fornecedores e planejou iniciar o engajamento a partir de 2015.

G4-13

Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização

R. Não aconteceram mudanças significativas.

G4-14

Relate se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Indicador Ethos 18: Mapeamento dos Impactos da Operação na Gestão de Riscos. Estágio 2 - A empresa utiliza informações externas (pesquisa de mídia, de percepção e outros) para identificar os principais impactos econômicos, sociais e ambientais que sua atividade pode acarretar e utiliza esse conhecimento no processo de tomada de decisão – e, quando se faz necessário, adota medidas de remediação em caso de demandas pontuais.

R. Em 2014, foi aprovada a primeira versão do Mapa de Riscos Corporativos. Os riscos identificados foram avaliados e validados pelos gerentes das áreas a que pertencem e pelos respectivos diretores.

A versão final do Mapa foi resultado de um extenso trabalho, no qual foram feitas apresentações personalizadas para todos os gestores da empresa (*stakeholders* internos): diretores, gerentes e coordenadores. Após treinamento, os próprios gestores fizeram a identificação dos riscos corporativos de suas áreas, com o suporte e acompanhamento da

Gerência de Governança Corporativa, responsável pela Gestão de Riscos na empresa.

O Mapa de Riscos Corporativos será utilizado como ferramenta para tomada de decisões estratégicas de gestores, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

Outros canais de feedback são provenientes da Pesquisa de Satisfação, feita no Setor de Atendimento ao Cliente, e da Ouvidoria, na Gerência de Governança Corporativa (leia mais adiante neste Relatório).

G4-15

Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa

Indicador Ethos 6: Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/Sustentabilidade, Estágio 3 - A empresa implementa políticas alinhadas a esses compromissos, além de proceder ao acompanhamento formal das iniciativas voluntárias de que participa.

R. A SANASA participa voluntariamente de várias iniciativas internacionais. Em 2012 assumiu os 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas – UNGC, tornou-se signatária do Instituto Ethos e passou a adotar os indicadores Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. No mesmo ano, aderiu ao *Organizational Stakeholders Program da Global Reporting Initiative - GRI*.

Em 2014 a SANASA começou a participar dos grupos de trabalho Direitos Humanos e Trabalho, Água e Saneamento e Energia e Clima do Pacto Global das Nações Unidas. Nesse mesmo ano, foi recebida no Comitê da Rede Brasileira do Pacto Global e participou do *United Nations Forum On Business And Human Rights*, em Genebra - Suíça,

organizado pelas Nações Unidas.

Também em 2014, a empresa aderiu ao *CEO Water Mandate*, mandato das Nações Unidas para gestão da água. Junto ao Instituto Ethos iniciou sua participação nos grupos de trabalho Direitos Humanos e Governança. E passou a fazer parte do GT de Empresas Pioneiras em Relatórios de Sustentabilidade, promovido pelo Ponto Focal da *GRI* no Brasil e pelo Comitê Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBEDS.

Ainda em 2014 participou do *Climate Reality Leadership Trainings* – treinamento para formação de lideranças no enfrentamento das mudanças climáticas, por iniciativa do *Climate Reality Project*.

G4-16

Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização tem assento no conselho de governança; participa de projetos ou comissões; contribui com recursos financeiros além da taxa básica como organização associada; e considera estratégica a sua participação

R. A SANASA é atuante nas políticas de recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, em trabalho conjunto com a Secretaria Municipal do Verde e de Desenvolvimento Sustentável de Campinas. A companhia representa, no Comitê Estadual e Federal da Bacia Hidrográfica dos rios PCJ, a Associação Nacional das Empresas Municipais de Saneamento – ASSEMAE.

Na ASSEMAE, a SANASA também ocupa a Diretoria de Assistência Técnica aos Serviços Municipais de Saneamento Associados e a Vice-Presidência da unidade regional do Estado de São Paulo e tem assento em todas as Câmaras Técnicas que formulam e executam a política de recursos hídricos da região e o plano de bacias. Atualmente, ocupa a Vice Presidência dos Comitês.

Também está presente no Conselho de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA e nas Câmaras Temáticas da Região Metropolitana de Campinas, já que trata do planejamento de obras de saneamento, instrumento de saúde pública do município de Campinas e de toda a região.

Desde a adesão ao Consórcio PCJ, em 2003, o Diretor Presidente da SANASA ocupa a Vice-Presidência de

Sistemas de Monitoramento das Águas, em face de sua relevância regional. E ocupa também a Vice-Presidência dos Comitês das Bacias Hidrográficas da Bacia PCJ. Todo ano a SANASA inscreve projetos visando a obtenção de recursos disponibilizados pela Agência Nacional de Águas - ANA e oriundos da arrecadação da Bacia PCJ, além de dar prosseguimento ao seu plano de cobertura total de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Campinas.

Também tem participação na Comissão de Estudos CE-2 da ABNT/CB-25, que irá tratar da revisão das normas que compõem a série ISO 9000.

Participa, como membro, do Grupo de Estudos e Trabalhos de Assistência Humanitária - GETAH em Campinas; participa, no Tema Saneamento, da manutenção do Portal de Indicadores de Competitividade de Campinas; e no levantamento das metodologias utilizadas pela SANASA para elaboração e compilação dos dados fornecidos ao planejamento financeiro, a serem encaminhados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

As atividades da SANASA são reguladas pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento - ARES PCJ.

APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS

A SANASA firmou parceria, em 2014, com o Ministério das Cidades, para participação no projeto PROBIOGÁS Projeto Brasil - Alemanha de Aproveitamento Energético do Biogás no Brasil.

O projeto é iniciativa do governo alemão, que atualmente é referência no reaproveitamento do biogás. Visa transferir conhecimento e tecnologia, além de aprofundar os estudos relativos ao potencial de

geração de biogás em reatores anaeróbios, utilizados em larga escala no Brasil no tratamento de esgoto.

Em 2014, a SANASA participou de treinamento internacional realizado na Alemanha, com o intuito de ampliar os conhecimentos quanto ao aproveitamento do biogás e elaborar um treinamento para operadores de estações de tratamento de esgoto.

TEMAS ESTRATÉGICOS NO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE – EXERCÍCIO 2014

A SANASA apresentou seus Temas Estratégicos, identificados por meio de metodologia e estudos aplicados ao longo do primeiro semestre de 2014, registrados em atas e listas de presenças para fins de auditoria externa. A coordenação dos trabalhos coube à Presidência. Os Temas Estratégicos foram discutidos e aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Os Temas apresentados passaram por teste de materialidade, momento em que os *stakeholders* consultados tiveram a oportunidade de se manifestar, como também introduzir novos temas,

conforme sua avaliação e ponto de vista.

Os *stakeholders* consultados foram: Diretores, Gerentes, Coordenadores, além de *stakeholders* chave, ou seja, gestores que atuam junto a *stakeholders* externos, tendo conhecimento de suas demandas e, ao mesmo tempo, visão sistêmica do negócio. Esses *stakeholders* chave estão relacionados aos Terceirizados, Clientes, Fornecedores e Sindicato. A pesquisa abrangeu também as informações consideradas nas demonstrações financeiras, como mostra o indicador GRI - G4 - 17.

G4-17

Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização

R. Governo, acionistas, Prefeitura de Campinas, consumidores, trabalhadores, terceiros, órgãos financiadores, consumidores.

ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

G4-24

Grupos de *stakeholders* engajados pela organização

G4-25

Base usada para a identificação e seleção de *stakeholders* para engajamento

G4-26

Abordagem adotada pela organização para envolver os *stakeholders*

G4-27

Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de *stakeholders* e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações

R. A definição do Mapa de *Stakeholders* da SANASA segue as diretrizes da **Global Reporting Initiative – GRI** e colabora com o teste da Matriz de Materialidade, visando o reconhecimento dos Temas Estratégicos.

Mapear e administrar desejos e reivindicações dos *stakeholders* faz parte da metodologia de sustentabilidade e da gestão da empresa. Com a identificação dos *stakeholders*, a empresa consegue controlar melhor toda sua cadeia de valor, sabe onde esses *stakeholders* estão e o quanto eles podem impactar no negócio.

- **Stakeholders Primários:** estão diretamente relacionados com a cadeia de valor da empresa.

- **Stakeholders Secundários:** constituem o público que tem interesse e influência no negócio mesmo sem participar diretamente de sua cadeia de valor.

- **Stakeholders internos:** são os empregados diretos e indiretos, gestores, diretores e acionistas.

- **Stakeholders externos:** órgãos reguladores e governo, clientes/consumidores, fornecedores, entidade de classe patronal, entidade sindical dos trabalhadores, comunidades de modo geral, comunidade científica, imprensa, ONGs nacionais e internacionais, mercado financeiro (bancos, analistas de mercado), conselheiros.

METODOLOGIA E MATERIALIDADE

Ao longo do primeiro semestre de 2014, a SANASA trabalhou na estruturação de uma pesquisa para definição do Mapa de *Stakeholders* e de Fornecedores. A metodologia para identificação, classificação e avaliação de *stakeholders* foi construída a partir do levantamento de todas as partes que têm relação com a SANASA.

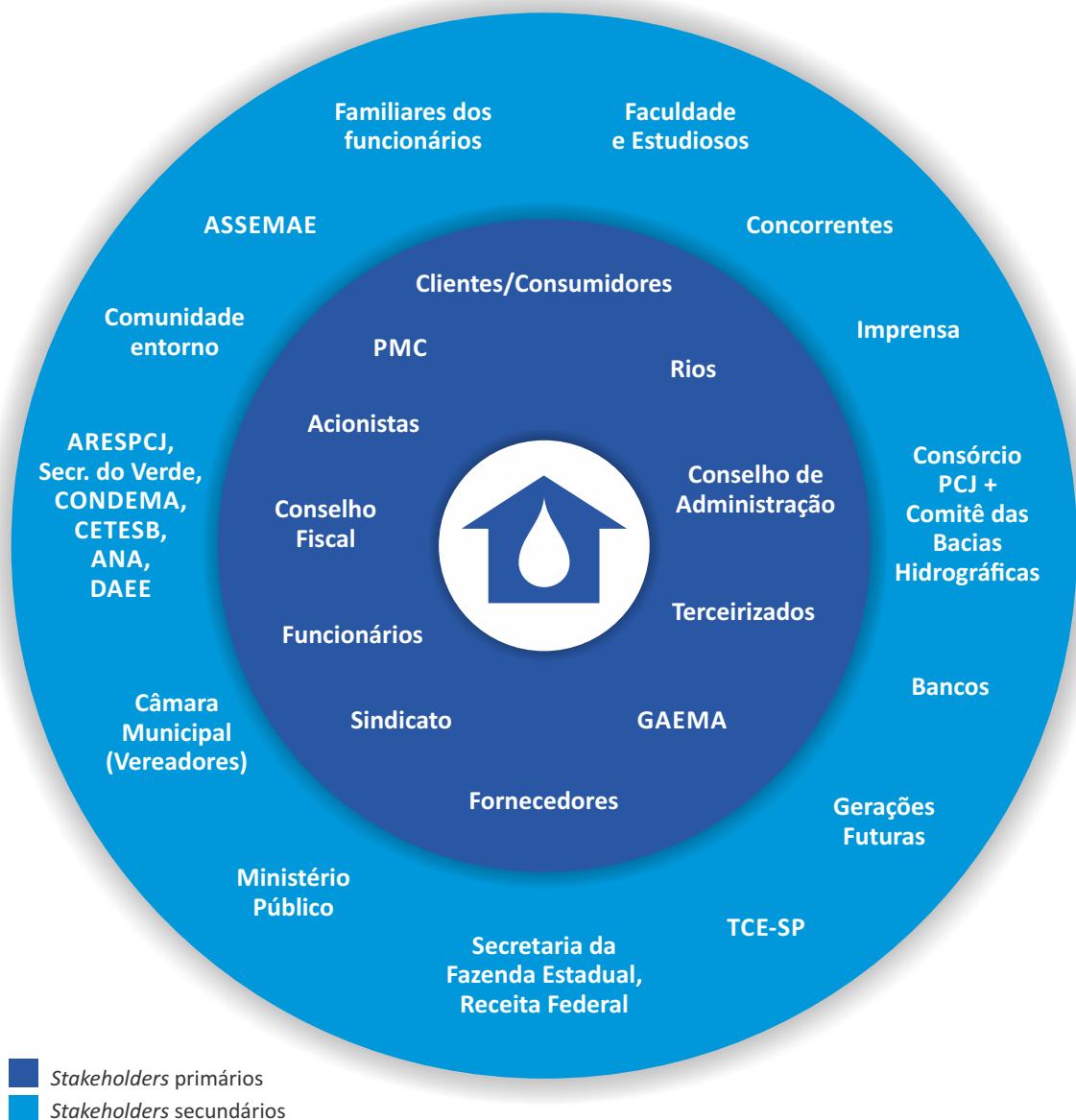
No trabalho foram considerados os seguintes critérios: proximidade do *stakeholder* (primário ou secundário), se é interno ou externo, tipo de engajamento existente, maturidade e avaliação de quanto o *stakeholder* é impactado e de quanto a SANASA é impactada por ele.

Para promover o preenchimento do formulário “Identificação, avaliação e classificação de

Stakeholders da Sanasa” foi aplicado um workshop, que contou com a abertura realizada pelo Presidente, Dr. Arly de Lara Romêo. Participaram funcionários de diversas áreas da empresa que, após apresentação da metodologia e de discussões em grupos, identificaram, classificaram e avaliaram os *Stakeholders*. Como resultado foi gerado o Mapa de *Stakeholders*. Ao todo foram realizadas três reuniões para definição desse mapa.

Em continuação dos trabalhos, foi realizado o teste da Matriz de Materialidade com alguns dos *Stakeholders* elencados no Mapa de *Stakeholders* o que permitiu conhecer, assim, o grau de importância dada por esses públicos aos temas propostos.

MAPA DE STAKEHOLDERS DA SANASA



Conforme solicitação do Conselho de Administração, Clientes/Consumidores foram destacados no alto do mapa. Na construção de uma política de engajamento, esses *stakeholders* serão priorizados, com atenção especial a Educação Ambiental e novos comportamentos sobre consumo e política tarifária.

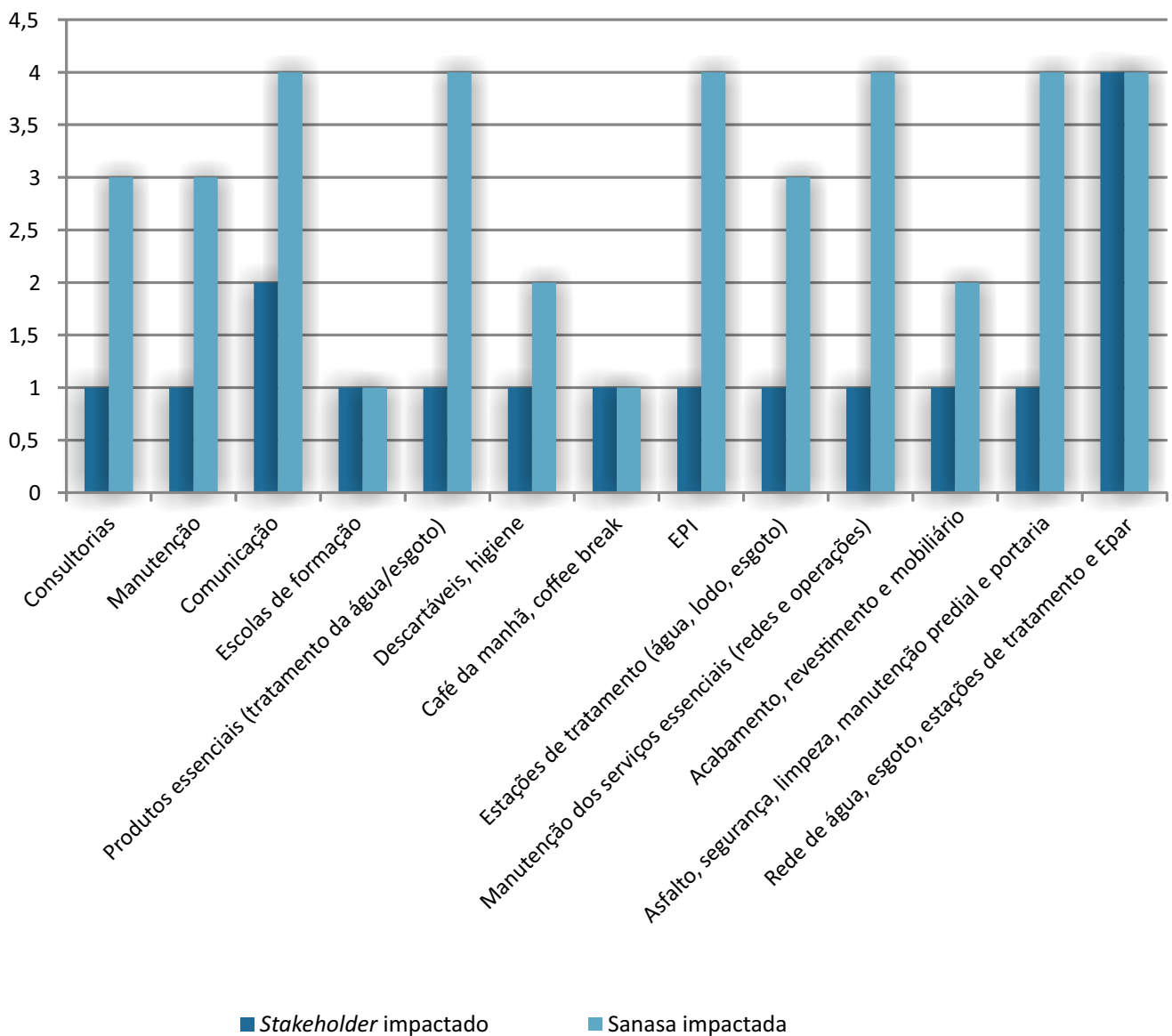
ENGAJAMENTO DA CADEIA DE FORNECEDORES

Para fazer o preenchimento do formulário “Identificação, classificação e avaliação de Categorias de Fornecedores da Sanasa” foi realizada reunião envolvendo funcionários de Governança e setores relacionados com o assunto.

O Mapa de Fornecedores será desenvolvido com base em informações e metodologias próprias.

O trabalho que será realizado junto aos fornecedores da SANASA inicialmente contará com o envio de um questionário, que possibilitará conhecer as práticas adotadas por esses *stakeholders*. Posteriormente será realizado workshop para promover a integração desses *stakeholders*. Haverá, ainda, participação do Instituto Ethos no engajamento dos fornecedores. Essa etapa está programada para 2015.

Cadeia de Fornecedores



PESQUISA DOS TEMAS ESTRATÉGICOS

G4-18

Processo adotado para definir o conteúdo do Relatório e os limites dos Aspectos. Como a organização implementou os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório

R. A pesquisa documental para definição dos Temas Estratégicos foi elaborada pela funcionária Tatiana Ricci, Analista Administrativa da Gerência de Controladoria/Diretoria Financeira. O trabalho fez parte de sua pesquisa de conclusão do mestrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP, que inclui a construção da materialidade pelas empresas. Essa participação representou um ganho significativo para a SANASA, ao aprofundar os conhecimentos do seu corpo técnico, reconhecido pela competência e alto desempenho. Importante destacar que a funcionária é beneficiada pelo programa de bolsa de estudos da empresa.

Os trabalhos aconteceram durante a Crise Hídrica, o que norteou grande parte dos estudos. O objetivo foi tornar esse documento capaz de contribuir na busca de soluções de médio e longo prazos. Ao mesmo tempo, foi estudado o Report of the Special Rapporteur on the Human Right to Safe Drinking Water and Sanitation of United Nations, o qual apresenta um diagnóstico de Direitos Humanos, Água e Saneamento no Brasil. Isso contribuiu para adensar a pesquisa e orientar os temas.

A base dos estudos foi definida pelos 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas, compromisso maior que orienta o pensamento sustentável, e considerou as Diretrizes Estratégicas da empresa. A pesquisa abrangeu o Plano Nacional de Saneamento, o Plano Municipal de Recursos Hídricos, o Plano Municipal de Saneamento, o Plano 300% (que prevê 100% de abastecimento de água, 100% de coleta e afastamento e 100% de tratamento de esgoto) e as orientações advindas do Ministério Público do Meio Ambiente, no que se refere à universalização do saneamento. Também foi trazida para o escopo dos estudos a Lei de Acesso à Informação – LAI e a Lei Anticorrupção.

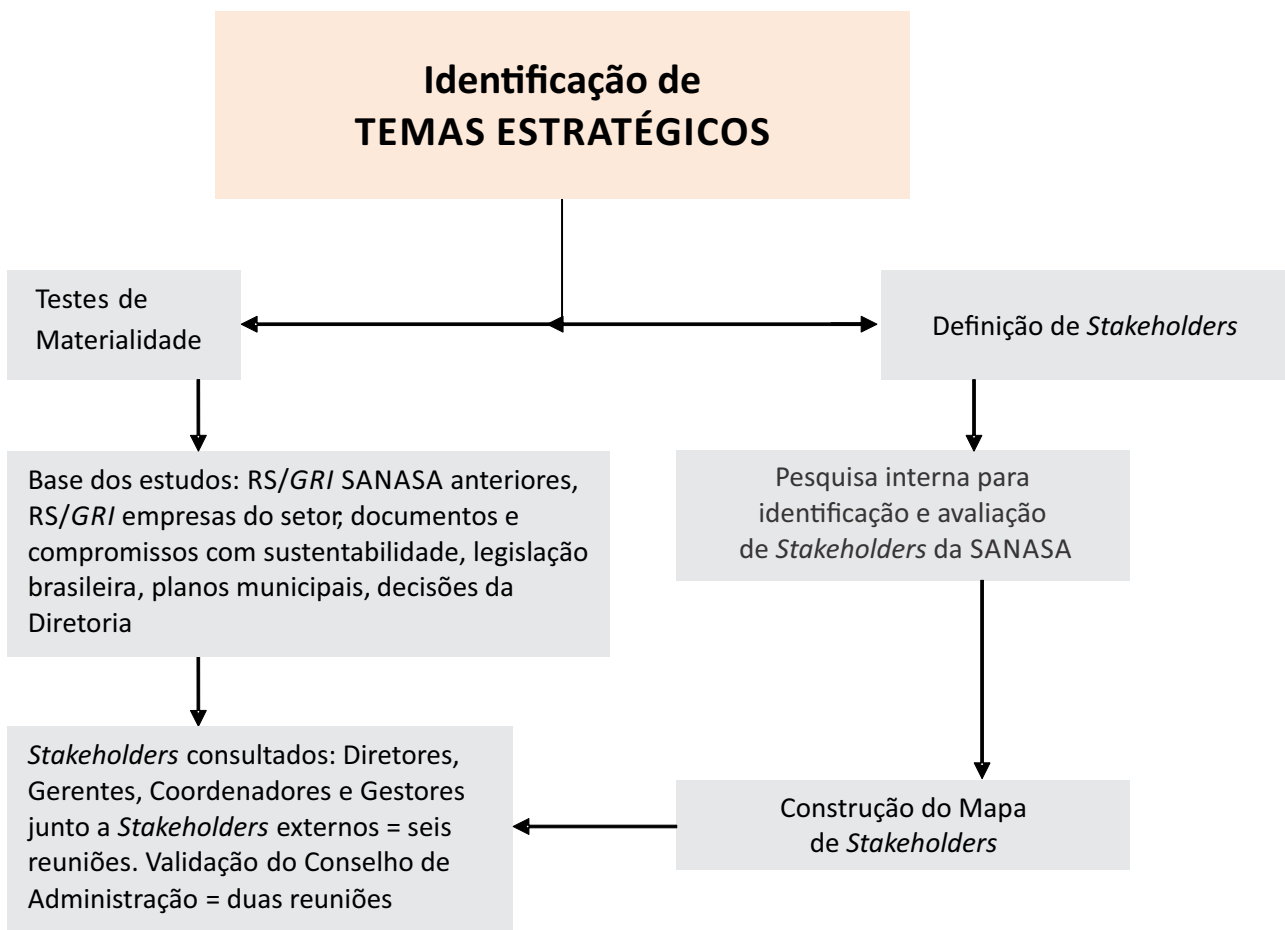
Os compromissos públicos assumidos com a sustentabilidade, grande parte deles firmados pelo Presidente da SANASA, também foram atendidos. Em toda a construção dos temas estão os seis elementos do CEO Water Mandate; a Carta Empresarial do Encontro de Líderes de Nova York – 2013; o draft dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, o que irá contribuir para que a empresa seja capaz de estabelecer sua Agenda Pós-2015. Essa pesquisa ainda reflete os aspectos da *Global Reporting Initiative – GRI*, os indicadores Ethos e o framework do Relato Integrado, além do Pacto Empresarial pela Integridade contra a Corrupção do Instituto Ethos.

Quanto aos concorrentes, a pesquisa levou em consideração Relatórios de Sustentabilidade/*GRI* de empresas do setor de saneamento.

Sobre os estudos internos, foram realizadas discussões baseadas no próprio Relatório de Sustentabilidade/*GRI* da SANASA e nos Mapas de Riscos Corporativos e de Riscos da Água (Plano de Segurança da Água).

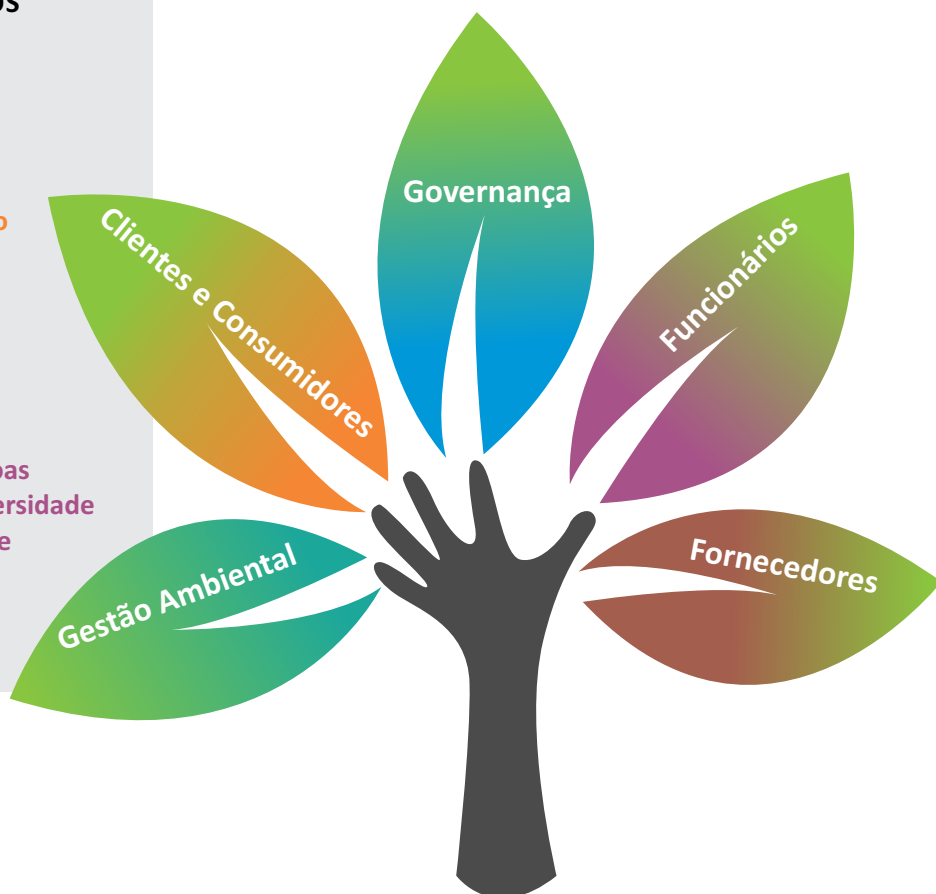
Apurados os temas, foram promovidas reuniões com o objetivo de conseguir visualizar quais deveriam ser os Temas Estratégicos da empresa para os próximos anos. Toda a construção desse trabalho contou com o acompanhamento direto do Presidente, inclusive com a tomada de decisões estratégicas, compartilhadas junto aos Diretores. Ao todo foram seis reuniões envolvendo gerentes e diretores e duas com o Conselho de Administração.

A próxima etapa será aprofundar os estudos da Cadeia de Valor, visando reconhecer os riscos, impactos e oportunidades para o negócio.



- 15 TEMAS ESTRATÉGICOS**
1. Água
 2. Esgoto
 3. Mudanças Climáticas
 4. Inovação tecnológica
 5. Política de Relacionamento com o Cliente
 6. Política tarifária
 7. Educação Ambiental
 8. Satisfação
 9. Política de Transparência
 10. Política Anticorrupção
 11. Política de gestão de pessoas
 12. Igualdade de gênero e diversidade
 13. Cultura da sustentabilidade
 14. Treinamentos constantes
 15. Cadeia de fornecedores

ESTRUTURA DOS TEMAS ESTRATÉGICOS:



CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

Os estudos levaram em conta:

a) A Gestão da Crise Hídrica: a atuação da SANASA durante o primeiro ano da crise hídrica e como a empresa trabalhou para garantir o abastecimento da

população da cidade de Campinas, bem como seu papel articulador mediante a bacia do PCJ.

b) Direitos Humanos, Água e Saneamento: o trabalho da SANASA pela universalização do saneamento.

TEMAS ESTRATÉGICOS

G4-19

Aspectos Materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório

R. A pesquisa apurou 15 Temas Estratégicos, com o cenário da crise hídrica integrando os demais temas. São os seguintes:

Ambientais

1. Água
2. Esgoto
3. Mudanças Climáticas
4. Inovação tecnológica

Clientes e Consumidores

5. Política de Relacionamento com o Cliente
6. Política tarifária
7. Educação Ambiental

8. Satisfação

Governança

9. Política de Transparência
10. Política Anticorrupção

Funcionários

11. Política de gestão de pessoas
12. Igualdade de gênero e diversidade
13. Cultura da sustentabilidade
14. Treinamentos constantes

Cadeia de Fornecedores

15. Fornecedores

ABRANGÊNCIA DOS TEMAS ESTRATÉGICOS:

Ambientais

Água

1. Universalizar o saneamento (100% do abastecimento de água e 100% de esgotamento sanitário).
2. Levar educação Ambiental para os seus diversos *stakeholders* (uso racional de água e lançamento consciente do esgoto, entre outros projetos e programas que a SANASA realiza e assume como compromissos).
3. Fomentar a discussão hídrica, a fim de garantir o abastecimento de água para a população de Campinas e sua região metropolitana.
4. Fomentar políticas públicas capazes de minimizar o impacto hídrico. Exemplo: promover a discussão no âmbito do PCJ sobre o uso de tecnologias alternativas ao processo de irrigação, com objetivo de minimizar a retirada de água dos rios.

Esgoto

5. Elevar o nível de tratamento de esgoto, visando a disponibilidade de água de reúso.

Mudanças Climáticas

6. Fomentar modelo de negócio com inovação tecnológica para adaptação às mudanças climáticas.
7. Fomentar a pesquisa e aplicação de tecnologia, visando o controle das emissões de gases de efeito estufa.

Inovação Tecnológica

8. Modernizar o parque industrial, visando reduzir o índice de perdas na distribuição e buscar maior eficiência energética.
9. Fomentar a pesquisa e aplicação de fontes alternativas de energia.

Governança

1. Estabelecer política de transparência e assertividade com seus *Stakeholders*, visando melhorar a comunicação e o engajamento.
2. Estabelecer política anticorrupção.

Funcionários

1. Estabelecer política de gestão de pessoas.
2. Estabelecer política pela igualdade de gênero,

diversidade e promoção das mulheres.

3. Estabelecer política de educação para implantar cultura de sustentabilidade (inclui alta gestão).
4. Estabelecer política de treinamentos constantes para aprimoramento e desenvolvimento profissional.

Fornecedores

1. Estabelecer política de engajamento da cadeia de fornecedores, visando gerar valor para o negócio.

ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES

G4-20

Para cada Aspecto material, relate o Limite do Aspecto dentro da organização

G4-21

Para cada Aspecto material, relate seu limite fora da organização; se o Aspecto for material fora da organização, identifique as entidades, grupos de entidades ou elementos para os quais o Aspecto é material. Além disso, descreva a localização geográfica na qual o Aspecto é relevante para as entidades identificadas

R. Todos os aspectos identificados são considerados relevantes para a estratégia do negócio. Os mesmos aspectos resultam em impactos também relevantes na população abrangida pelos serviços fornecidos pela empresa na região de Campinas. Mesmo tendo

adotado as diretrizes do modelo de Relatório da *Global Reporting Initiative*, a particularidade deste Relatório é o compartilhamento, no decorrer dos textos, dos indicadores *GRI*, do Pacto Global, do Instituto Ethos e do *CEO Water Mandate* (este, no final da publicação).

G4-22

Efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações

G4-23

Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites de Aspecto

R. Não foram registradas alterações significativas quanto ao período do relato ou quanto às informações.

AUDITORIA EXTERNA

A SANASA tem como objetivo submeter seu Relatório de Sustentabilidade/*GRI* a auditoria externa. No entanto, a empresa reconhece a necessidade de aprofundamento dos processos de gestão do modelo *GRI*, com maior integração entre

os indicadores de sustentabilidade e da empresa. Neste momento, a equipe da SANASA trabalha no sistema de gestão dos indicadores, os quais já são submetidos anualmente à auditoria externa com base na norma NBR da ISO 9001 pela ABNT.

PRINCIPAIS INDICADORES

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

G4-EC1

Valor Econômico direto gerado e distribuído

O valor adicionado evidencia a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição aos *stakeholders*, representados pelos empregados, governos (municipal, estadual e federal), terceiros e

acionistas. A distribuição do valor adicionado da SANASA em 2014 alcançou R\$ 403.942 mil, com aumento de 0,86% em relação ao exercício de 2013, quando distribuiu R\$ 400.503 mil.

Demonstração do Valor Adicionado	2012	2013	2014
Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)	412.557	400.503	403.942
Empregados (remuneração direta, benefícios e FGTS)	214.626	250.750	278.515
Governo (impostos, taxas e contribuições)	78.442	80.851	83.653
Terceiros (juros e alugueis)	61.069	50.595	60.533
Acionistas (dividendos e juros sobre o capital próprio)	58.420	18.307	-18.759

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

G4-EC4

Assistência financeira recebida do governo

A SANASA recebeu, em 2014, R\$ 28.779 mil de recursos oriundos de subvenções governamentais, sendo R\$ 20.933 mil provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, R\$ 2.340 mil do Consórcio

das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, R\$ 3.145 mil do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO e R\$ 2.361 mil do Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas - REÁGUA.

	2012	2013	2014
Total (em R\$ mil)	19.270	45.859	28.779
PAC	14.438	41.597	20.933
PCJ	3.516	2.243	2.340
FEHIDRO	1.316	1.071	3.145
REÁGUA	-	948	2.361

ENDIVIDAMENTO

A SANASA encerrou o ano de 2014 com dívida líquida de R\$ 296.784 mil, que representa um aumento de 26% em relação ao exercício anterior. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos doze meses foi de 6,60.

	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Dívida Líquida (1 + 2 + 3 + 4 - 5) em R\$ mil	244.399	235.548	296.784
1. Empréstimos	129.228	140.755	216.950
2. Finame	2.606	6.752	10.292
3. Financiamento	60.771	41.053	34.364
4. Arrendamento Mercantil	57.694	56.381	54.910
5. Caixa e Aplicações Financeiras	5.900	9.393	19.732

IMPACTO DOS INVESTIMENTOS



G4-EC7

Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos

A SANASA realizou um montante de investimentos de R\$ 113.409 mil em 2014, que representa um acréscimo de 9,89% em relação ao total investido em 2013, sendo 33,12% destinados às obras de abastecimento de água, 57,85% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 9,03% restantes aplicados em outros investimentos. O imobilizado da companhia, líquido das depreciações, atingiu o valor de R\$ 827 milhões.

Descrição	2012	2013	2014
Total de Investimentos (em R\$ mil)	55.988	103.201	113.409
Sistema Operativo de Água	11.014	15.823	37.559
Sistema Operativo de Esgoto	37.017	77.687	65.611
Outros Investimentos	7.956	9.691	10.239

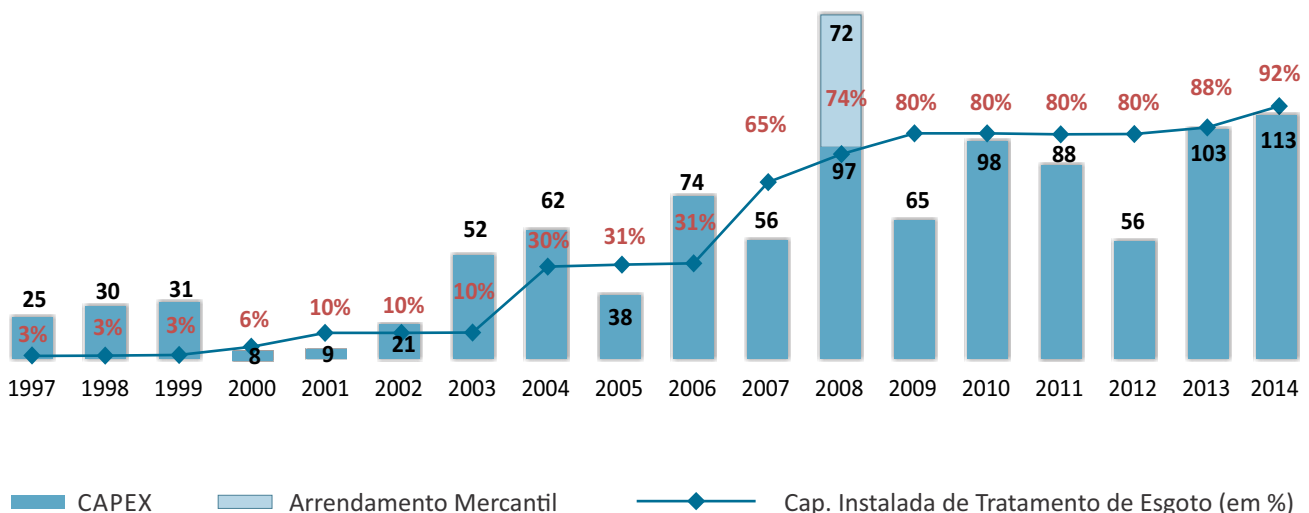
Entre as diversas obras realizadas nos sistemas de abastecimento de água destacam-se as substituições de redes nos bairros Jardim Planalto, Nova Campinas, Vila Carminha, Jardim Primavera, Jardim Paulistano, Jardim Nova Europa, Vila Joaquim Inácio, Jardim das Oliveiras e Jardim Chapadão.

No que se refere às obras nos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto destacam-se: Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Capivari II - Lote 2; SES Parque das Universidades; SES

Sousas/Joaquim Egídio; SES Taubaté - Etapa 1; SES Satélite Íris - bacias 1 e 2; SES Região de Viracopos e Interceptor de Esgotos do Sistema Anhumas - trecho Santa Cândida.

Vale destacar que desde a abertura do capital da companhia, em 1997, já foram investidos R\$ 1.097.427 mil, sendo a maior parte deste valor (70,62%) aplicado no sistema de esgotamento sanitário, permitindo que a capacidade instalada de tratamento de esgoto saísse de aproximadamente 3% (em 1997) para 92% (em 2014).

Histórico dos Investimentos (CAPEX) (em R\$ milhões)



PROTEÇÃO AMBIENTAL

G4-EN31

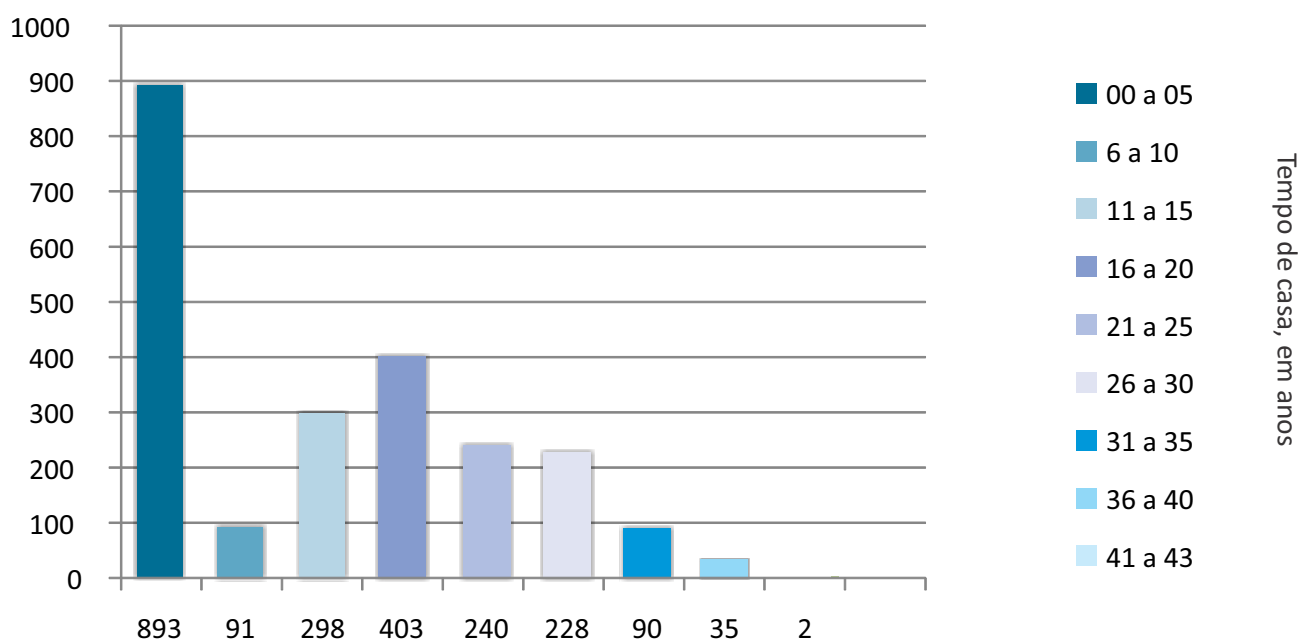
Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, por tipo

A Sanasa registrou, em 2014, investimentos para controle e proteção ambiental no valor de R\$ 7.961 mil. Do total dos investimentos, 13,9% foram destinados aos programas e projetos externos em meio ambiente, 43,1% foram para remoção de lodos e resíduos, 16,2% para a Agência Nacional

de Águas (ANA), 23,5% para a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES PCJ) e 3,2% para o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Consórcio PCJ.

Descrição - em R\$ mil	2012	2013	2014
Total	9.940	8.711	7.961
Contribuição Inv. Cons. Bac. Rios Piracicaba/Capivari	282	625	255
Taxa de Regulação e Fiscalização de Saneamento Básico - ARES/PCJ	1.685	2.534	1.871
Taxa de Cobrança de Recursos Hídricos - ANA	2.216	1.315	1.293
Remoção de Lodos e Resíduos	3.709	3.054	3.434
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.048	1.183	1.108

Distribuição de empregados por tempo de casa - em anos - 2014



GOVERNANÇA

G4-40

Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança, incluindo diversidade, independência, conhecimentos e envolvimento de *stakeholders*

R. O Conselho de Administração é composto por sete membros, acionistas residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral Extraordinária, sendo uma vaga ocupada por conselheiro independente, uma vaga ocupada por representante dos empregados, uma vaga ocupada pelo Presidente da Companhia e as demais vagas ocupadas por indicações do

acionista controlador, sendo um deles Presidente do Conselho.

Os membros do Conselho cumprem mandato de três anos, permitida a reeleição. Veja organograma e saiba mais detalhes no Relatório de Sustentabilidade 2014, sobre exercício 2013, indicadores G4 - 40 e G4-42, em www.sanasa.com.br.

G4-34

Estrutura de Governança

G4-38

Composição do mais alto órgão de governança

R. Os mandatos dos membros do Conselho de Administração, eleitos em 2013, foram renovados e estão em vigor até 2016. *Veja organograma do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no Relatório 2014, referente ao exercício 2013, na*

abertura do capítulo sobre Governança (em www.sanasa.com.br). Verifique regimento para composição da Diretoria Executiva e para o Conselho de Administração no presente Relatório, nos indicadores G4-35 e G4-40, respectivamente.

G4-39

Relate se o Presidente do mais alto órgão de governança é também um Diretor executivo

R. O presidente do Conselho de Administração não pode ser diretor executivo da empresa.

G4-42

Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais da organização

R. Veja parte do Estatuto, publicado no Relatório 2014, referente ao exercício 2013, sobre as atividades e papéis que competem ao Conselho de Administração.

G4-35

Delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados

R. Regimento Interno: Art. 11. A Diretoria Executiva da SANASA é composta por um Diretor Presidente e quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, todos com mandato de três anos, permitida a recondução, sendo o Diretor da Área Técnica pertencente ao quadro de carreira da SANASA.

§ 4º Na ausência do Diretor Presidente assumirá o

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

§ 5º Na ausência deste, bem como na dos demais Diretores, assumirá o Diretor que o Conselho de Administração indicar.

O Diretor Técnico e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são funcionários de carreira e já ocupavam os cargos de Diretores nas gestões anteriores (2012/2013).

G4-36

Relate se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança

Indicador Ethos 7: Engajamento das Partes Interessadas Estágio 2 - A empresa confere prioridade às principais partes interessadas, relacionando-se com elas por meio de canais que favorecem a recepção de opiniões, gerando relatórios gerenciais e planos de engajamento.

R. A SANASA criou o Grupo Técnico de Trabalho com objetivo de alcançar a “Meta dos 300% de Universalização” referente a:

- 100% de capacidade instalada para o tratamento de esgotos, até junho de 2016;
- 100% de coleta e afastamento de esgotos, até dezembro de 2017, em bairros que já possuem redes de água;

- 100% de abastecimento, coleta e afastamento de esgotos, até dezembro de 2020, nos bairros que ainda não possuem saneamento (redes de água e esgoto).

O grupo reporta-se diretamente à Diretoria Executiva e é composto de 10 membros, sendo nove de nível executivo.

G4-14

Relate se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução

G4-37

Processos de consulta usados entre os *stakeholders* e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se a consulta for delegada a outras estruturas, órgãos ou pessoas, indique a quem e quaisquer processos existentes de *feedback* para o mais alto órgão de governança

G4-46

Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais

Indicador Ethos 6: Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/ Sustentabilidade - Estágio 3 - A empresa implementa políticas alinhadas a esses compromissos, além de proceder a um acompanhamento formal das iniciativas voluntárias de que participa.

Indicador Ethos 5: Governança da Organização Estágio 3 - A empresa adota procedimentos formais de prestação de contas de seus resultados e seus documentos expressam princípios e valores que são difundidos para os públicos interno e externo. Reconhece que o processo de tomada de decisão que implementa leva em conta impactos sociais e ambientais.

Indicador Ethos 8: Relações com Investidores e Relatórios Financeiros Estágio 3 - A empresa possui uma política ou um estatuto que define prazos e práticas para a prestação de contas contábeis que, auditadas, se tornam um documento público. Além disso, a empresa convida todos os investidores da companhia para uma assembleia geral de apresentação e aprovação das demonstrações financeiras, e mantém um canal de comunicação aberto.

Indicador Ethos 18: Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos Estágio 3 - A empresa possui diretrizes e políticas que orientam o mapeamento dos impactos econômicos, sociais e ambientais que a operação eventualmente provocará e que serão monitorados periodicamente por meio de indicadores que influenciam o planejamento estratégico e a tomada de decisão.

R. Em 2014, foi aprovada a primeira versão do Mapa de Riscos Corporativos. Os riscos identificados foram avaliados e validados pelos gerentes das áreas a que pertencem e pelos respectivos diretores.

A versão final do Mapa foi resultado de um extenso trabalho, no qual foram feitas apresentações personalizadas para todos os gestores da empresa (*stakeholders* internos): diretores, gerentes e coordenadores. Após treinamento, os próprios gestores fizeram a identificação dos riscos corporativos de suas áreas, com o suporte e

acompanhamento da Gerência de Governança Corporativa, responsável pela Gestão de Riscos na empresa.

O Mapa de Riscos Corporativos será utilizado como ferramenta para tomada de decisões estratégicas de gestores, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

Outros canais de feedback são provenientes da Pesquisa de Satisfação, feita no Setor de Atendimento ao Cliente, e da Ouvidoria na Gerência de Governança Corporativa.

G4-43

Relate as medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais

Indicador Ethos 8: Relações com Investidores e Relatórios Financeiros Estágio 3 - A empresa possui uma política ou um estatuto que define prazos e práticas para a prestação de contas contábeis que, auditadas, se tornam um documento público. Além disso, a empresa convida todos os investidores da companhia para uma assembleia geral de apresentação e aprovação das demonstrações financeiras, e mantém um canal de comunicação aberto.

Indicador Ethos 9: Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados, Estágio 3 - A empresa possui procedimento interno definido para a elaboração do relatório de sustentabilidade, além de envolver os públicos interno e externo nesse processo. Os dados do relatório, analisados pela alta administração da empresa, abordam aspectos econômicos, sociais e ambientais.

R. As Demonstrações Financeiras, a Auditoria interna e o Relatório de Sustentabilidade são meios eficientes para o aprimoramento dos conhecimentos do Conselho de Administração.

G4-45

Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais. Relate se processos de consulta e relacionamento com *stakeholders* são usados para apoiar o mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais

G4-47

Relate com que frequência o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais

Indicador Ethos 18: Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos Estágio 3 - A empresa possui diretrizes e políticas que orientam o mapeamento dos impactos econômicos, sociais e ambientais que a operação eventualmente provocará e que serão monitorados periodicamente por meio de indicadores que influenciam o planejamento estratégico e a tomada de decisão.

R. A Gerência de Governança Corporativa irá reportar, quando necessário, o Mapa de Riscos e os respectivos monitoramentos para o Conselho de Administração.

O Mapa de Riscos Corporativos será atualizado de forma contínua e dinâmica, com a possibilidade de

reavaliação, inclusão ou exclusão de riscos, conforme pertinência. As notas dos riscos também devem mudar conforme os mesmos sejam mitigados ou tornem-se mais graves. O Mapa de Riscos pode, ainda, ser revisado em mudanças de Administração, conforme diretrizes e apetite ao risco de cada gestão.

G4-48

Órgão ou cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o Relatório de Sustentabilidade da organização

R. O Relatório é analisado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

G4-49

Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança

Indicador Ethos 5: Governança da Organização Estágio 3 - A empresa adota procedimentos formais de prestação de contas de seus resultados e seus documentos expressam princípios e valores que são difundidos para os públicos interno e externo. Reconhece que o processo de tomada de decisão que implementa leva em conta impactos sociais e ambientais.

Indicador Ethos 8: Relações com Investidores e Relatórios Financeiros Estágio 3 - A empresa possui uma política ou um estatuto que define prazos e práticas para a prestação de contas contábeis que, auditadas, se tornam um documento público. Além disso, a empresa convida todos os investidores da companhia para uma assembleia geral de apresentação e aprovação das demonstrações financeiras, e mantém um canal de comunicação aberto.

R. Auditoria Interna e Mapa de Riscos Corporativos são meios para comunicar preocupações críticas.

A Auditoria Interna da empresa reporta as preocupações críticas, bem como o andamento do trabalho desenvolvido através do Portal de Auditoria, disponibilizado no site da empresa, com acesso restrito aos Conselheiros. A Auditoria Interna também faz apresentações do trabalho em reuniões

do Conselho de Administração.

O Mapa de Riscos Corporativos, que teve sua primeira versão avaliada e validada em 2014, foi desenvolvido no ano de 2013 pelos gestores das áreas com a orientação e acompanhamento da Governança Corporativa, tendo o objetivo de mitigar riscos, aproveitar oportunidades e tornar-se uma ferramenta de tomada de decisões para a alta administração da empresa.

G4-50

Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las

Indicador Ethos 18: Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos Estágio 3 - A empresa possui diretrizes e políticas que orientam o mapeamento dos impactos econômicos, sociais e ambientais que a operação eventualmente provocará e que serão monitorados periodicamente por meio de indicadores que influenciam o planejamento estratégico e a tomada de decisão.

R. A empresa elencou 121 riscos, divididos por tipo de natureza: estratégica, operacional ou financeira. Entre eles foram destacados 35, considerados como riscos à SANASA, os quais refletem grande impacto na empresa e terão tratamento prioritário.

Todos os riscos elencados serão tratados pela empresa, em um trabalho conjunto da Governança Corporativa com as Gerências envolvidas, que serão representadas pelos Agentes de Governança.

Cada Agente de Governança é funcionário de uma gerência da empresa, indicado como ponto focal na área para assuntos de governança corporativa. Após treinamento, o agente de governança será responsável por monitorar o tratamento de riscos em sua área.

A Gerência de Governança Corporativa irá acompanhar todos os trabalhos junto às gerências, dando consultoria, sanando dúvidas e disseminando conceitos e prática do que é a Gestão de Riscos.

G4-51

Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores

R. Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração de 10% da média mensal da remuneração paga aos membros da Diretoria Executiva, conforme Decreto Municipal 17.673 de 13/08/2012. Os Diretores, Gerentes e todos os funcionários da empresa recebem PLR –

Participação nos Lucros e Resultados, parcelada em duas vezes, em maio e em novembro.

Todos recebem o ATS - Adicional por Tempo de Serviço, correspondente a 1% do salário por ano trabalhado na empresa.

G4-52

Processo adotado para a determinação da remuneração. Relate se consultores de remuneração são envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração. Relate quaisquer outras relações entre os consultores de remuneração e a organização

R. Em 2014 foi feito mapeamento dos funcionários contratados entre 2008 e 2012 e que nunca haviam passado por esse procedimento. O feedback para esses funcionários será feito pelos Gestores – Coordenadores e Gerentes, em 2015.

Os mapeamentos são avaliações realizadas a partir de 2004, quando a empresa contratou uma

consultoria independente para implantar um Plano de Cargos e Salários. Esse plano criou cargos amplos e estruturas compatíveis com a necessidade da empresa, diminuindo a quantidade de cargos isolados que existia anteriormente. Para cada cargo foram definidas as respectivas atividades. Em 2004, 2006, 2008 e 2010 foram feitas avaliações, baseadas nessa nova estrutura.

G4-53

Relate como opiniões dos *stakeholders* são solicitadas e levadas em conta em relação à remuneração, incluindo os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração, se aplicável

Indicador Ethos 5: Governança da Organização Estágio 3 - A empresa adota procedimentos formais de prestação de contas de seus resultados e seus documentos expressam princípios e valores que são difundidos para os públicos interno e externo. Reconhece que o processo de tomada de decisão que implementa leva em conta impactos sociais e ambientais.

Indicador Ethos 8: Relações com Investidores e Relatórios Financeiros Estágio 3 - A empresa possui uma política ou um estatuto que define prazos e práticas para a prestação de contas contábeis que, auditadas, se tornam um documento público. Além disso, a empresa convida todos os investidores da companhia para uma assembleia geral de apresentação e aprovação das demonstrações financeiras, e mantém um canal de comunicação aberto.

R. Sindicatos e representantes da empresa (Diretoria) se reúnem para firmar o acordo coletivo, anualmente. As discussões ocorrem em abril, para vigência a partir de 1º de maio. As cláusulas sociais são discutidas e revisadas a cada dois anos.

G4-54

Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago)

R. A Sanasa não tem operações fora do município de Campinas. A remuneração dos empregados é conforme o Plano de Cargos e Salários, não tendo diferença entre as unidades.

G4-55

Relate a proporção entre o aumento percentual de remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possui operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago)

R. A Sanasa não tem operações fora do município de Campinas.

Os aumentos de salários ocorrem nos seguintes casos:

1. Dissídio coletivo – reajuste salarial anual, com percentual igual para toda a empresa.

2. Mapeamento – avaliação dos empregados conforme critérios do Plano de Cargos e Salários.

3. Nomeação – quando o empregado assume função em cargo de chefia/confiança.

Segundo esses critérios, não há diferença nenhuma de salário por motivo de unidade de trabalho diferente.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA SANASA

G4-56

Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização

Indicador Ethos 1: Estratégias para a Sustentabilidade Estágio 1 - A empresa inclui aspectos sociais e questões ambientais em suas estratégias.

PRINCÍPIOS

- Assiduidade e pontualidade
- Cooperação mútua
- Dignidade
- Eficiência
- Finalidade
- Honestidade
- Igualdade

- Imparcialidade
- Impessoalidade
- Iniciativa
- Integridade
- Justiça
- Lealdade
- Legalidade
- Liberdade

- Melhoria contínua
- Moralidade
- Prevalência do interesse público
- Publicidade
- Responsabilidade social e ambiental
- Satisfação dos clientes
- Segurança

MISSÃO

- Contribuir para a qualidade de vida da população de Campinas, visando atender às necessidades atuais e futuras de saneamento básico;
- Planejar e promover ações para o saneamento ambiental municipal;
- Participar de atividades vinculadas ao saneamento no âmbito nacional e internacional;
- Desenvolver ações voltadas à responsabilidade socioambiental.

VISÃO

- Ser reconhecida como uma das melhores empresas municipais na área de saneamento no país.

METAS EMPRESARIAIS

- 100% de Abastecimento de Água;
- 100% de Coleta e Afastamento de Esgotos;
- 100% de Tratamento de Esgotos;
- Satisfação dos Clientes;
- Garantia de abastecimento;
- Garantia de integridade do negócio;
- Abrir novos negócios para: venda de água de reuso e tratamento de efluente não doméstico.

DIRETRIZES

- Eficiência na gestão empresarial;
- Eficácia tecnológica e nas éticas empresariais;
- Responsabilidade socioambiental;
- Certificações e creditações;
- Código de conduta ética e capacitação profissional.

G4-57

Mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento (por ex.: Ouvidoria)



Princípio 10 do Pacto Global - UNGC das Nações Unidas: combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Indicador Ethos 4: Código de Conduta Estágio 1 - O código de conduta da empresa é avaliado e aprovado por órgão ou diretoria de governança superior, abrange todos os empregados da empresa; inclui regras de relacionamento com agentes públicos; contempla proibição de práticas ilegais, imorais e antiéticas. A empresa, por sua vez, comunica seus padrões de comportamento às partes interessadas e possui práticas voltadas para o desenvolvimento de valores éticos.

R. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

A SANASA disponibiliza o Portal da Transparência Pública, com as seguintes atas e relatórios:

- Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias
- Atas do Conselho Fiscal
- Atas do Conselho de Administração
- Balanço Social
- Comunicados a Investidores
- Demonstrações Financeiras
- *Fact Sheet*
- Diretrizes estratégicas
- Receitas e Despesas

- Processos licitatórios
- Remuneração de funcionários
- Relatório de Sustentabilidade.

Contatos diretos:

- Através do *site* www.sanasa.com.br
- O serviço de *Call Center* funciona 24 horas, sete dias por semana, seguindo os procedimentos de atendimento. A fim de garantir a segurança das informações e o respeito ao consumidor, as ligações são gravadas.
- Agências de Atendimento: a SANASA possui 11 Agências de Atendimento no Município de Campinas, sendo duas móveis.

G4-SO1

Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local; avaliação de impactos e desenvolvimento local; processos formais de queixa na comunidade social

G4-SO11

Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade, registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Indicador Ethos 14: Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas - Estágio 4 - A empresa participa ativamente do desenvolvimento de políticas públicas que visem equacionar os temas críticos de seu setor de atuação, levando em consideração o interesse da sociedade e os benefícios de que usufruirá.

Indicador Ethos 7: Engajamento das Partes Interessadas, Estágio 2 - A empresa confere prioridade às principais partes interessadas, relacionando-se com elas por meio de canais que favorecem a recepção de opiniões, gerando relatórios gerenciais e planos de engajamento.

R. A Ouvidoria, vinculada à Governança Corporativa, é um canal permanente de comunicação com o cidadão. Recebe e analisa as manifestações sobre os serviços prestados pela empresa, identifica as eventuais causas da deficiência no atendimento e, em parceria com as demais áreas da empresa, encaminha as questões levantadas, buscando o

aprimoramento do atendimento e da qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, a Ouvidoria recebeu o total de 2.414 manifestações, das quais 99% foram respondidas e finalizadas. O tempo de resposta foi de até 5 dias úteis em 84% dos casos e de até 3 dias úteis em 79%.

G4-58

Mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias

Indicador Ethos 4: Código de Conduta Estágio 1 - O código de conduta da empresa é avaliado e aprovado por órgão ou diretoria de governança superior, abrange todos os empregados da empresa; inclui regras de relacionamento com agentes públicos; contempla proibição de práticas ilegais, imorais e antiéticas. A empresa, por sua vez, comunica seus padrões de comportamento às partes interessadas e possui práticas voltadas para o desenvolvimento de valores éticos.

R. A Sanasa é signatária do Pacto Global da Nações Unidas com seus princípios de Direitos Humanos, Trabalho, Proteção Ambiental e Anticorrupção, e também assinou com o Instituto Ethos o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção - Empresa Limpa.

Em 2014, a Sanasa trabalhou no desenvolvimento do Programa de Compliance, composto pelos documentos: Política de Compliance e Anticorrupção; Código de Conduta, para todos os funcionários; Manual Empresa Limpa, voltado para funcionários que tem contato com terceiros; e Código de Conduta para Fornecedores. O Programa está em fase de revisão e aprovação.

O Programa de Compliance busca transparência, ética e certificar que todos estejam cumprindo a legislação, além de criar mecanismos preventivos, que evitem e inibam possíveis atos de corrupção.

O Compliance abrange todas as áreas, como ambiental, fiscal, jurídica e inclui questões anticorrupção, visando atender a Lei Federal Nº 12.846/13 que entrou em vigor em 2014. No novo modelo de Comitê de Conduta, há a participação de funcionários da Governança Corporativa como membros permanentes, para secretariar os trabalhos, orientar e sanar dúvidas, bem como participar como membro votante e manter o arquivo e histórico permanente dos processos.

GESTÃO OPERACIONAL

FORNECEDORES



R. A licitação é o procedimento administrativo formal em que é possível assegurar oportunidade igual a todos os interessados em fornecer produtos e serviços e que possibilita a participação do maior número possível de concorrentes.

Os pregões, tanto o presencial quanto o eletrônico, foram instituídos na SANASA com a finalidade de aperfeiçoar o regime de licitações. Em 2004 foi implantado o presencial e, em 2012, o eletrônico. Com o Pregão Eletrônico houve maior concentração, flexibilização e desburocratização dos procedimentos licitatórios.

Por privilegiar a forma eletrônica e eliminar alguns procedimentos burocráticos, o pregão torna

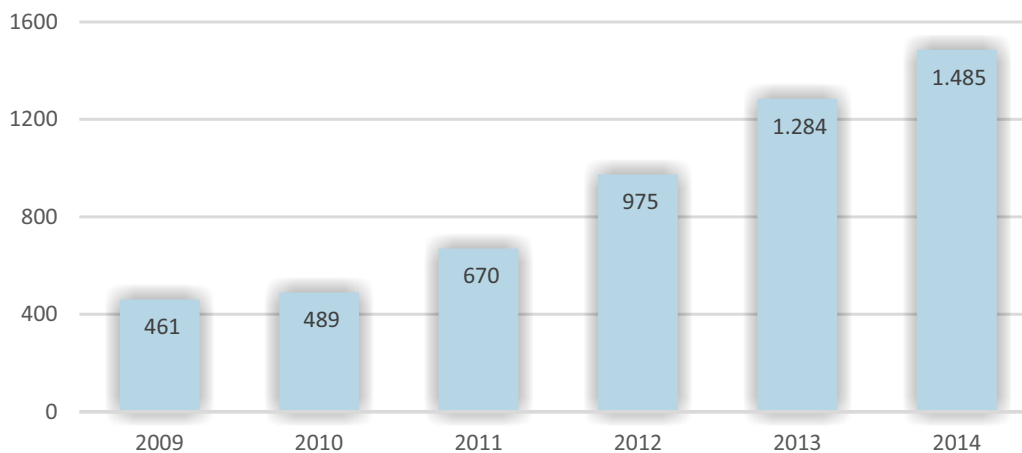
b. Políticas e práticas para selecionar fornecedores

transparente o processo de compras. A licitação realizada pela internet, sem a necessidade da presença física dos licitantes na sessão, possibilita a ampliação do universo de participantes e aumenta a competitividade entre eles. O funcionamento do pregão é semelhante ao dos leilões: as empresas participantes dão lances nos preços inicialmente oferecidos.

Para participar, as empresas devem atender às especificações contidas nos editais para compras de bens e serviços. Depois do processo competitivo e o ordenamento das ofertas, o pregoeiro verifica o atendimento das condições fixadas no edital.

Quantidade de novos fornecedores cadastrados na SANASA:

Novos Fornecedores x Ano

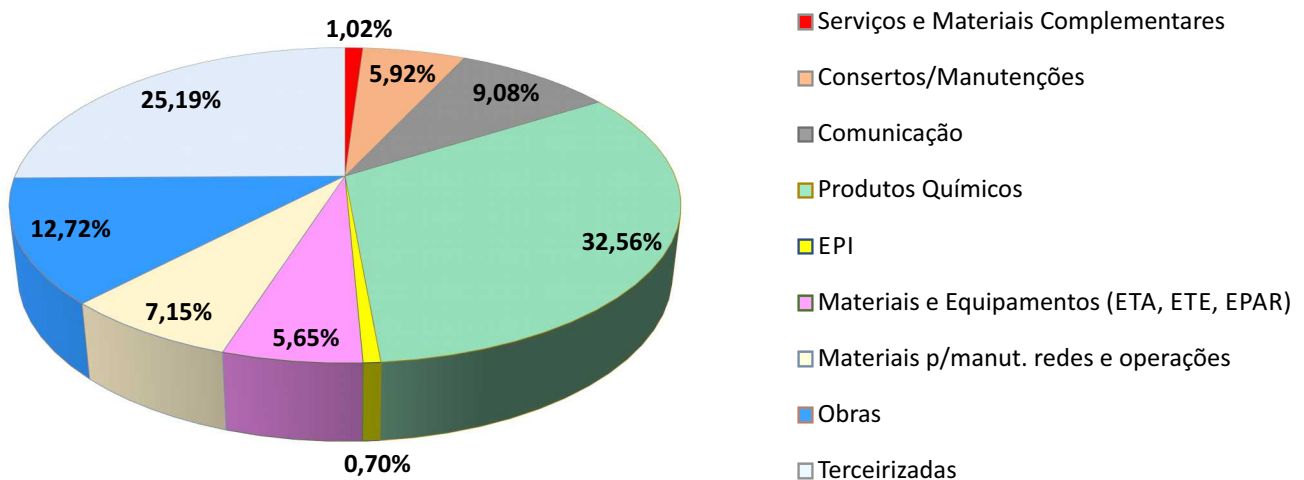


Em 2.357 licitações encerradas até 31 Dezembro de 2014, as contratações atingiram o montante de R\$ 212,5 milhões, com redução de 41,66%, ou R\$ 151,8 milhões, entre os preços referenciais obtidos por meio de pesquisa de mercado na preparação de cada pregão, e os preços finais. Essa economia não seria obtida em licitações tradicionais e evidencia o empenho dos pregoeiros, que têm sido bem-sucedidos ao enfrentar o desafio de estimular a competição entre os fornecedores: o número de novas empresas cadastradas no Setor de Banco de

Preços e Cadastro de Fornecedores da SANASA está crescendo, conforme demonstra o gráfico.

Em 2014, houve aumento nas contratações em comparação a 2013, principalmente na aquisição de produtos químicos (percentual de recursos gastos de 32,56%) devido à crise hídrica. Do total, 25,19% foram novas contratações com terceirizadas e 12,72% referentes a obras e serviços de engenharia, conforme mostra gráfico sobre Gestão da Cadeia de Suprimentos.

Gestão da Cadeia de Suprimentos



* Os dados informados referem-se a processos finalizados até 14/01/2015.

G4-DMA

b. Políticas e práticas para promover a inclusão econômica no processo de seleção de fornecedores (ex.: pequenos e médios fornecedores)

R. As licitações devem conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, na fase de julgamento da habilitação. A diferenciação se dá com a concessão, caso necessária, do prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a resolução de pendências referentes a documentos de regularidade fiscal.

O processo de inclusão contribui para dinamizar as economias regionais e impulsiona o crescimento

local, conforme está previsto na Lei complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014. Além disso, há previsão legal para que as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, após a licitação atingir o menor preço, possam cobri-lo caso sua oferta esteja em um percentual de valor estabelecido pela lei, de até 10% superior ao menor preço, nas licitações convencionais e no Regime Diferenciado de Contratações - RDC, e de até 5% cinco por cento nas licitações realizadas na modalidade de pregão.

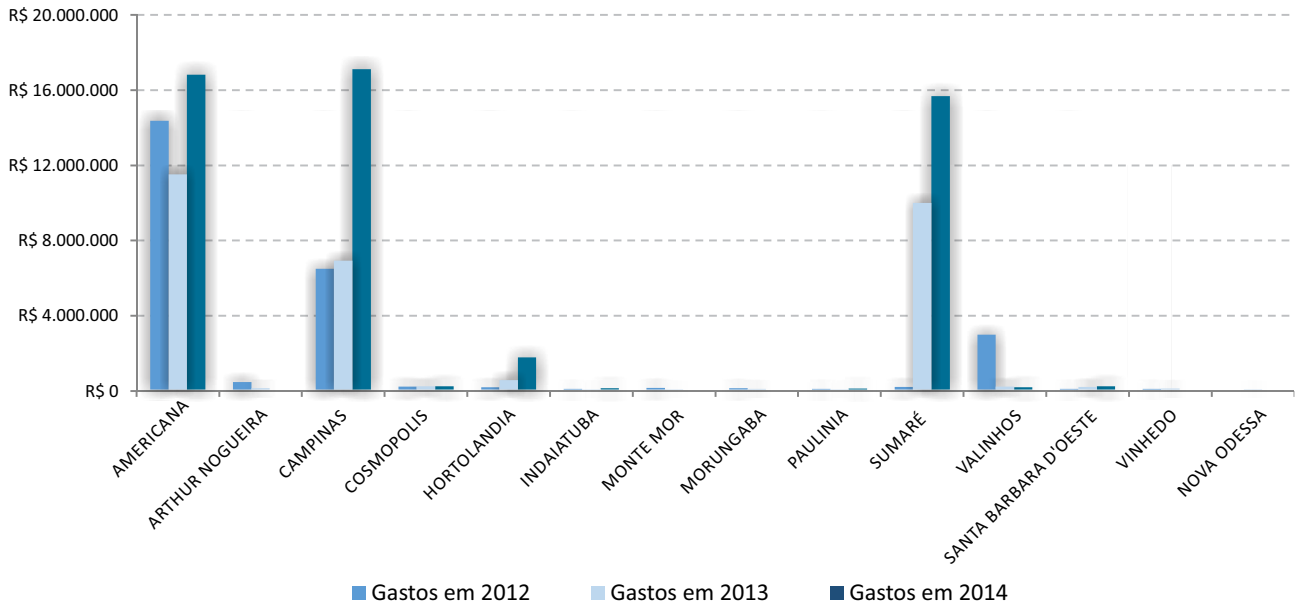
Regime Diferenciado de Contratações

O governo federal instituiu uma nova modalidade de licitação, o Regime Diferenciado de Contratações - RDC, a fim de ampliar a eficiência nas contratações públicas e incrementar a competitividade, promover a troca de experiências e de tecnologia e incentivar a inovação tecnológica. A modalidade foi criada no Brasil para atender às necessidades de contratações para obras destinadas à Copa do Mundo FIFA de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, além de obras de infraestrutura aeroportuária em

capitais distantes até 350 quilômetros daqueles eventos esportivos.

O RDC foi instituído pela Lei nº 12.462, de 2011, sendo estendida a modalidade às licitações e contratos necessários à realização de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos, e alterada pela Lei n.12.688 de 18 julho de 2012, que estendeu o RDC para as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Contratações de Microempresas na Região Metropolitana de Campinas



PRÁTICAS TRABALHISTAS DOS FORNECEDORES

A SANASA se empenha na promoção do trabalho decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho - OIT como um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer

formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas. Para reafirmar esse empenho, em 2014 a SANASA tornou-se signatária da Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente do Instituto Ethos.



Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito



Princípio 1 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Respeitar e proteger os direitos humanos.



Princípio 2 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
impedir violações de direitos humanos.



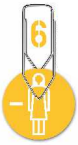
Princípio 3 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva no trabalho.



Princípio 4 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Abolir o trabalho forçado ou compulsório.



Princípio 5 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Erradicar o trabalho infantil.



Princípio 6 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

R. A SANASA fiscaliza as empresas terceirizadas, visando o cumprimento das garantias previstas na lei trabalhista. A fiscalização procura identificar se estão sendo respeitadas as condições dignas de trabalho, o uso de equipamentos de segurança e o cumprimento do acordo coletivo, relacionado à categoria a qual pertencem os trabalhadores.

Fiscalização de Campo

A SANASA tem uma rotina de fiscalização em dias e horários alternados no campo de atuação das empresas terceirizadas para:

- identificar os trabalhadores terceirizados e certificar que aqueles são os mesmos fornecidos pela empresa e se estão integrados na SANASA.
- inspecionar visualmente os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, verificar se estão adequadas as condições do local de trabalho e se oferecem risco de acidentes.
- conversar com os trabalhadores para saber das condições de trabalho, entre as quais: se estão fazendo horas extras e se não as registram; e se o funcionário que deveria estar em férias se encontra no canteiro de obras.
- inspecionar se as condições de higiene e descanso são respeitadas e se o horário de almoço é efetuado

de acordo com as normas trabalhistas.

Em caso de ocorrência, o relatório de fiscalização é enviado ao gestor do contrato para tomar providências junto à empresa terceirizada. A reincidência de infrações é punida com multas, conforme o contrato.

Em caso de serviços insalubres, verifica-se:

- o uso devido de luvas, máscaras, calçados etc.
- oferta de condições ideais para o desenvolvimento do trabalho, tais como: refeitório, banheiros e área de descanso, de acordo com o serviço desempenhado.

O setor de Fiscalização de Terceiros da SANASA também controla todos os documentos fiscais e trabalhistas das terceirizadas, assim como os acordos coletivos de trabalho e a concessão de benefícios.

G4-DMA

R. O contrato da SANASA exige que os funcionários de fornecedores sejam cobertos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, a qual impede a contratação de mão de obra escrava e infantil.

Em 2014, a SANASA registrou 20 ocorrências por fiscalização externa pela falta de uso de equipamentos de segurança, integração de funcionários e empresas subcontratadas que não são informadas.

A gestão prevê que as ocorrências sejam comunicadas ao gestor do contrato para conhecimento. A reincidência do fato acarreta multas previstas em contrato.

Em 2014, duas empresas terceirizadas tiveram cerca de R\$ 1 milhão retidos, referentes ao pagamento de contratos, por conta de irregularidades no cumprimento das leis trabalhistas e de dívidas com a União.

G4-LA3

Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por gênero

R. Todos os 1070 funcionários terceirizados que trabalham na SANASA têm o direito, assegurado por acordo coletivo, de licença maternidade/paternidade.

- Em 2014 apenas três mulheres estiveram em licença maternidade.
- Outras mulheres – no total de quatro – que

voltaram da licença maternidade continuam empregadas após doze meses.

- No mesmo período ocorreram 15 casos de licença paternidade. A predominância masculina se justifica por conta do tipo de trabalho, em sua maioria relacionada à construção civil, que contrata em larga escala mão de obra masculina.

G4-LA14

Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas

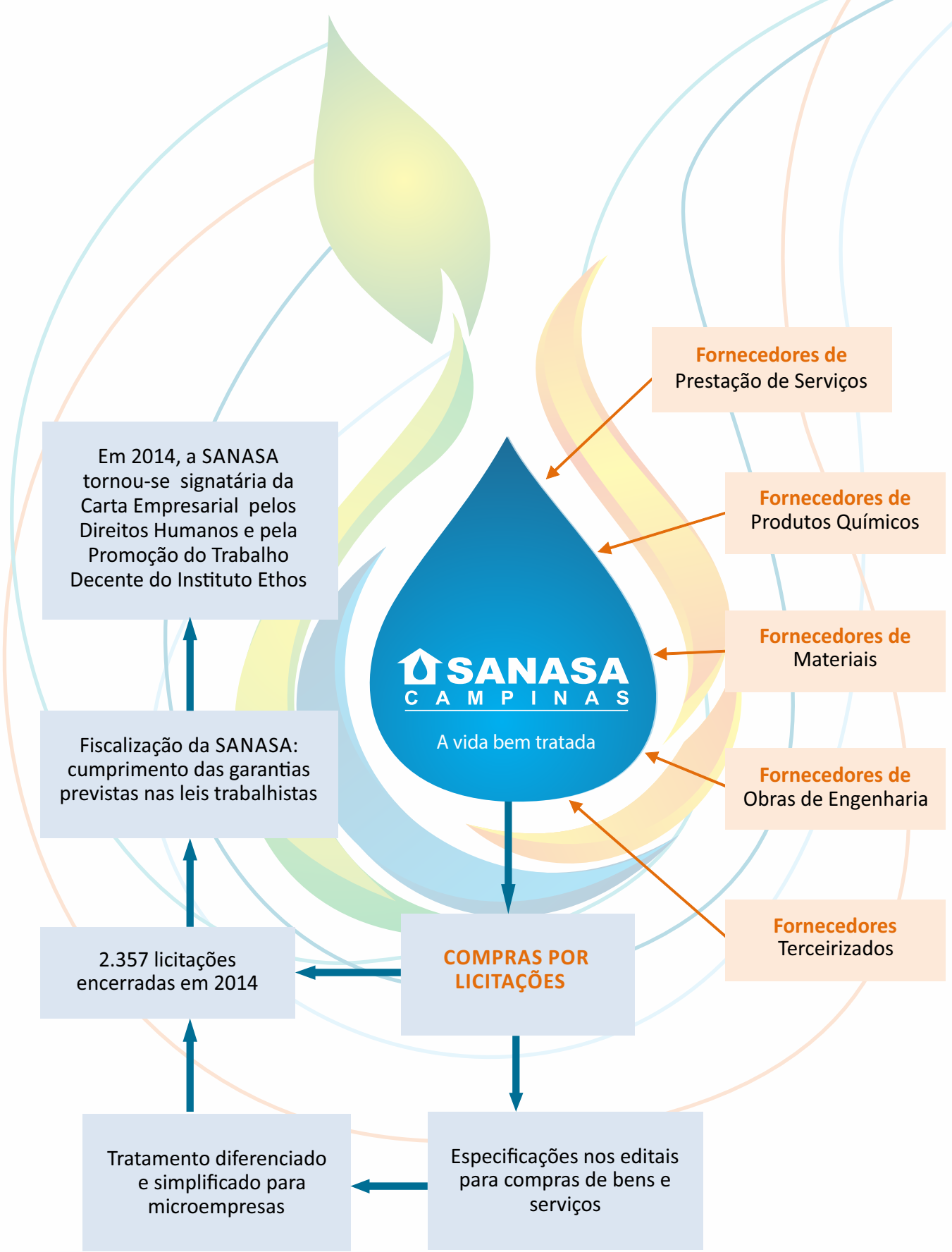
R. Todos os fornecedores são avaliados em critérios relativos a práticas trabalhistas, entre outras avaliações.

A SANASA não contrata e nunca contratou empresas que utilizam mão de obra infantil. Para se cadastrar na SANASA, cada fornecedor deve cumprir a exigência de declarar, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de

1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui no seu quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Regularmente a SANASA fiscaliza a atualização desses documentos.

Setor	Nº de trabalhadores nas empresas terceirizadas	Homens	Mulheres
Construção Civil	414	410	4
Manutenção predial	22	22	-
Limpeza predial	148	34	114
Corte de fornecimento de água	21	20	1
Vigilância e Portaria	465	453	12
Total de trabalhadores terceirizados	1.070	947	123

CADEIA DE FORNECEDORES



Ação da Engenharia promove economia de água em escolas públicas

G4-EC8

Impactos econômicos indiretos significativos



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.



Princípio 9 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

R. Em atenção ao projeto Uso Racional da Água em Escolas Públicas (veja relato mais adiante), a área de engenharia da SANASA envolveu-se no alcance dos seguintes objetivos:

- atender a meta de redução de consumo de água de no mínimo 25% por aluno por dia;
- promover a redução de consumo pela adoção de equipamentos e dispositivos com princípios voltados a economia de água;
- instalar equipamento para monitoramento mensal de consumo;
- monitorar a qualidade da água nos pontos de consumo.

A SANASA buscou soluções junto a fornecedores para atender à necessidade de instalação de torneiras modelo antivandalismo em áreas externas das escolas, que também fossem econômicas na vazão de água. Esse modelo de torneira apresenta

grande resistência a atos de depredação, vandalismo e furto, pois além de possuir mecanismo de fechamento automático (hidromecânico), a torneira fica envolvida por concreto, sendo ideal para utilização em locais públicos com grande circulação de pessoas.

Quando foi iniciada a instalação do modelo de torneira antivandalismo nas escolas do projeto Reágua verificou-se que o volume de água liberado em cada acionamento variava de 600 a 1000 ml por acionamento, quando apenas 200 ml seriam suficientes no caso de bebedouros e lavatórios.

Basicamente, as torneiras antivandalismo disponíveis no mercado atendem a norma ABNT NBR 13713/2009, que estabelece vazão de operação de 6 litros por minuto e tempo de fechamento variando de 6 a 10 segundos, e não possibilitam ajuste da vazão de operação.

A SANASA, então, buscou no mercado medidas alternativas para reduzir a vazão da torneira e, conseqüentemente, o volume liberado em cada acionamento.

A medida imediata foi realizar parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, que produz um dispositivo chamado 'restritor' de vazão para torneiras, o qual se encaixa na torneira antivandalismo das marcas adquiridas pela SANASA.

O SENAI desenvolveu um dispositivo 'restritor' de vazão com orifício de 1 mm para utilização nas torneiras antivandalismo, que reduziu a vazão de operação.

A SANASA considerou a solução adotada como uma medida paliativa, pois o ideal seria que a torneira antivandalismo permitisse a instalação de um dispositivo denominado 'arejador' na ponta da bica, como ocorre com a maioria das torneiras disponíveis no mercado, sendo possível a utilização do dispositivo com vazão correspondente à necessidade de cada aplicação.

Além disso, a SANASA solicitou aos fabricantes Fabrimar e Docol – únicos que produzem a torneira antivandalismo no Brasil – a adaptação no produto para permitir a utilização do arejador.

A empresa Docol entendeu que a solicitação agregava valor a seu produto e rapidamente providenciou as alterações necessárias. Desde então sua cadeia produtiva substituiu o modelo anterior pelo atual, que permite a instalação de diversos modelos de arejadores, com variadas vazões, adequando o produto às necessidades do mercado. Os equipamentos passaram a ser oferecidos no mercado.

Em licitação posterior a SANASA adquiriu torneiras antivandalismo, já com arejadores antifurto, de vazão constante de 1,8 litro por minuto, que foram instaladas nas escolas do projeto e contribuem para a redução do desperdício de água, com plena aceitação dos usuários. Como resultado, 110 escolas já receberam 901 torneiras nesse novo modelo.

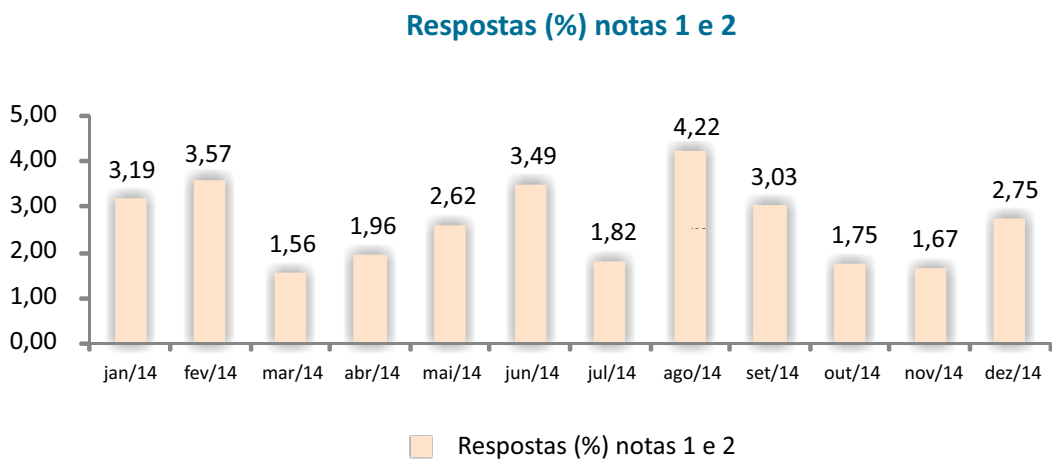
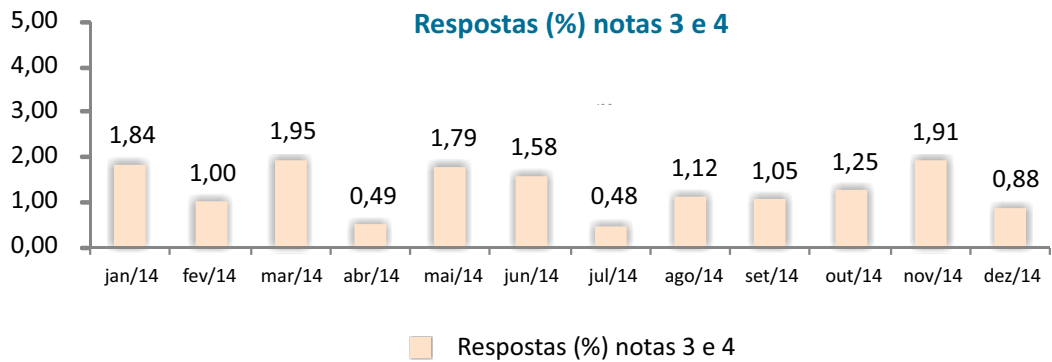
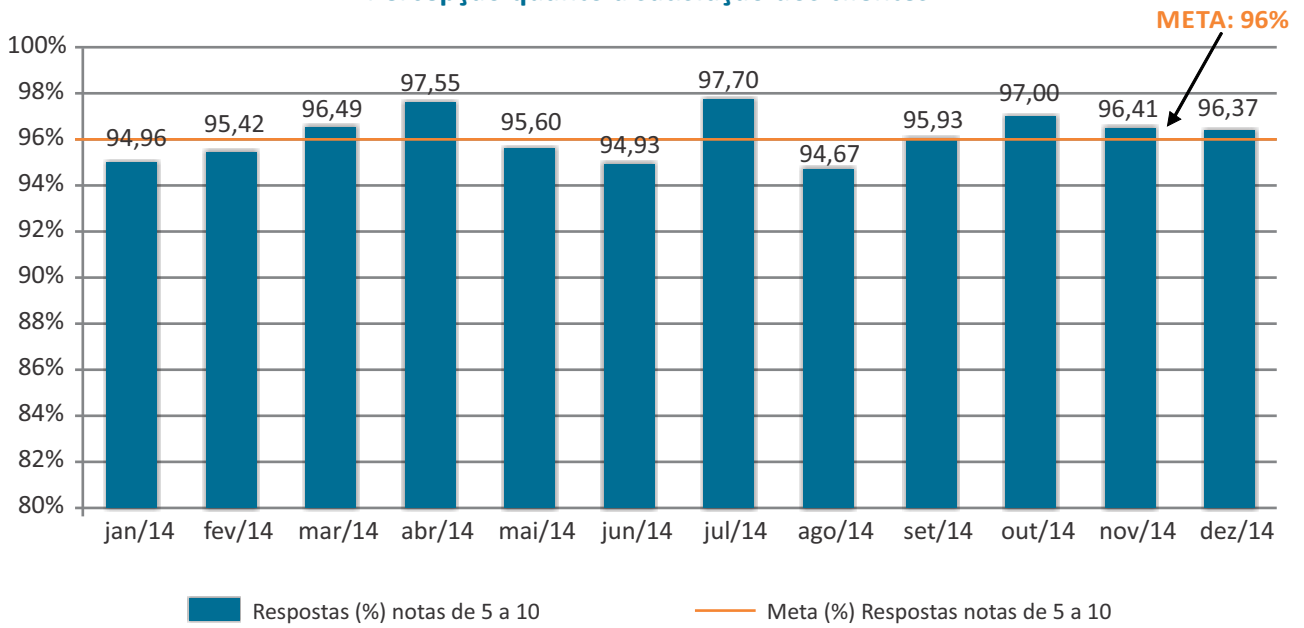
Com esse trabalho, a SANASA propiciou aprimoramento no processo de produção e agregou valor aos equipamentos do fornecedor, considerado líder brasileiro na fabricação de produtos sustentáveis e maior exportador de metais sanitários na América Latina, único a obter o selo máximo de economia de água da Water Efficiency Labelling Scheme - WELS no Brasil. Foi beneficiado também o SENAI, um dos mais importantes polos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial.

CLIENTES

G4-PR5

Principais resultados ou conclusões de pesquisas de satisfação do cliente realizadas no período coberto pelo Relatório, referentes a informações sobre a organização como um todo

Percepção quanto à satisfação dos clientes



INADIMPLÊNCIA

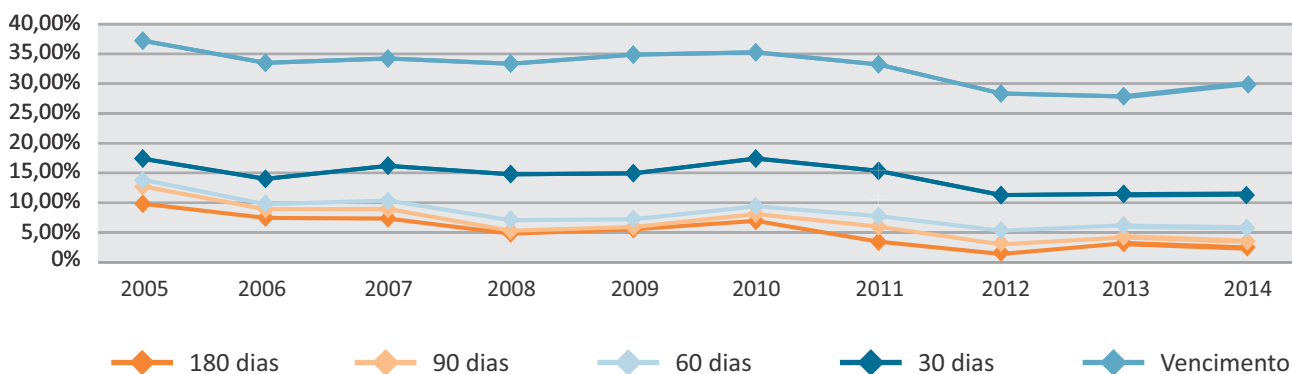
O controle mantido desde 2005 pela SANASA sobre a inadimplência vem contribuindo para manter índices estáveis e gradativa redução de não pagamento nas datas corretas (veja gráficos).

Esse progresso é decorrente de medidas preventivas adotadas pela empresa, que abrangem desde a conscientização dos consumidores, através da sistematização da cobrança, até o fortalecimento

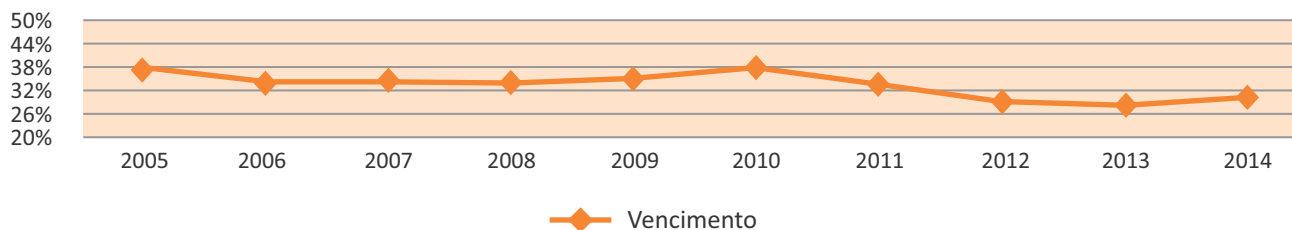
das ferramentas utilizadas na comunicação entre SANASA e usuários.

Os consumidores são informados com antecedência sobre as ações a serem tomadas em caso de inadimplência, como corte no fornecimento de água, protesto, negativação e ação judicial, o que incentiva a solução de pendências e faz cessar o processo de cobrança.

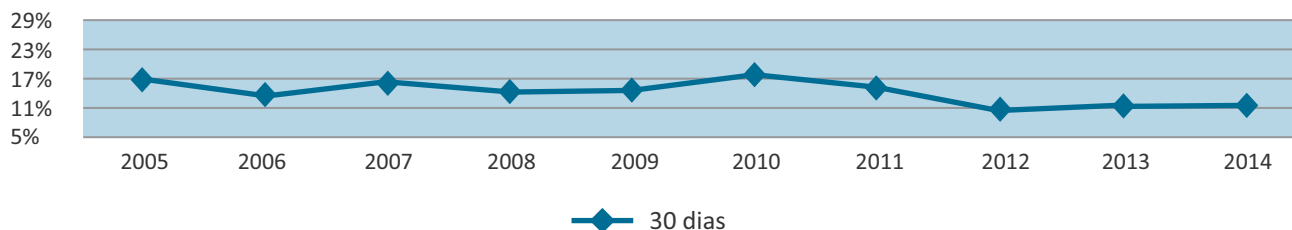
Inadimplência 2005 a 2014



Inadimplência no Vencimento



Inadimplência em 30 dias



FIDELIDADE

G4-EC8

Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos

Indicador Ethos 2: Proposta de valor, Estágio 3 - A empresa identifica as necessidades de seus consumidores e clientes e para satisfazê-las imprime características e aspectos socioambientais em seus produtos ou serviços.

R. Em dezembro de 2014, 264 clientes – industriais, comerciais e hospitalares – estavam fidelizados à SANASA, total 11,86% maior que os 236 clientes comerciais, industriais e hospitalares somados em 2013.

O contrato de fidelidade, implementado há mais de dez anos pela SANASA como complemento de procedimentos da política tarifária, tem a finalidade de atrair e reter clientes.

O contrato de fidelidade concede desconto nas tarifas de água e esgoto para os clientes comerciais e industriais que consomem acima de 80m³/mês.

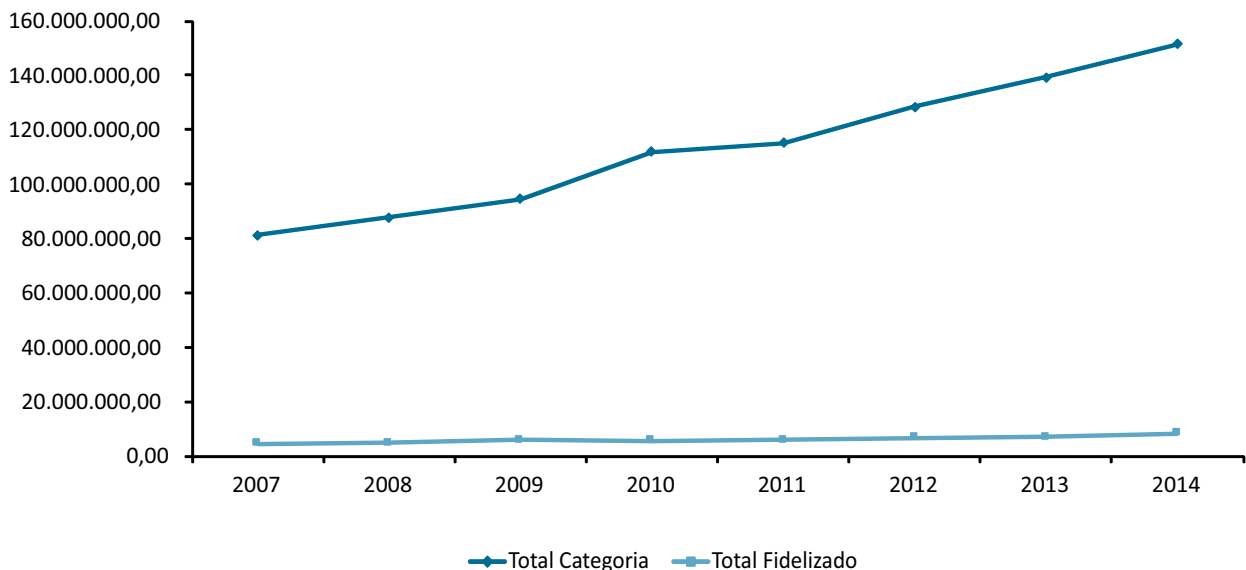
A partir de 2005, a rede hospitalar do município foi beneficiada com 50% de desconto linear nas tarifas

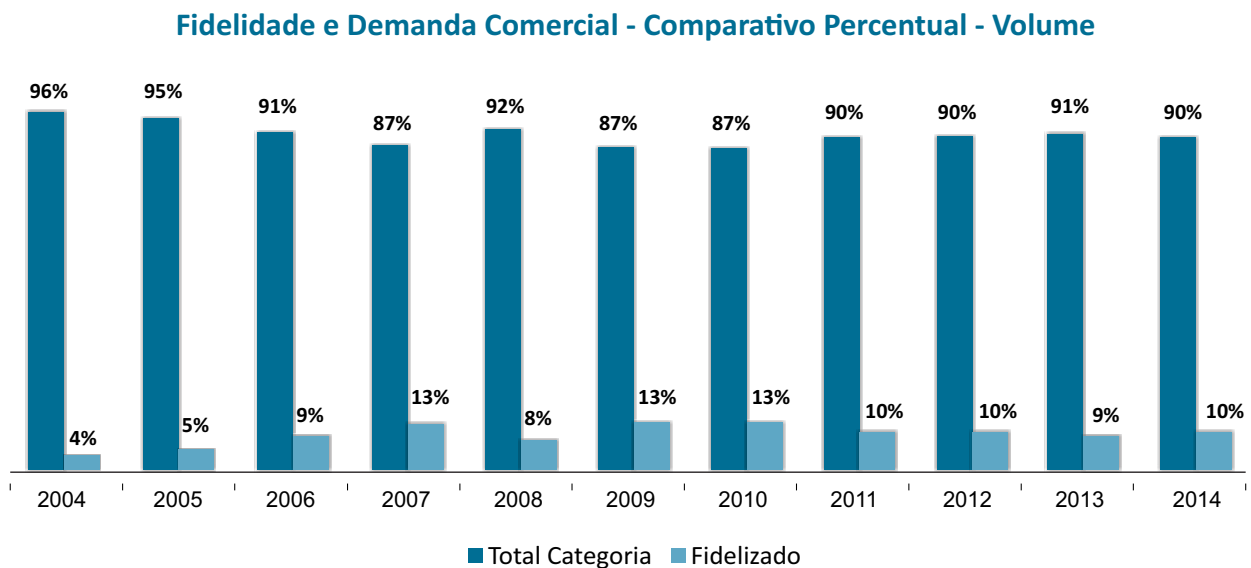
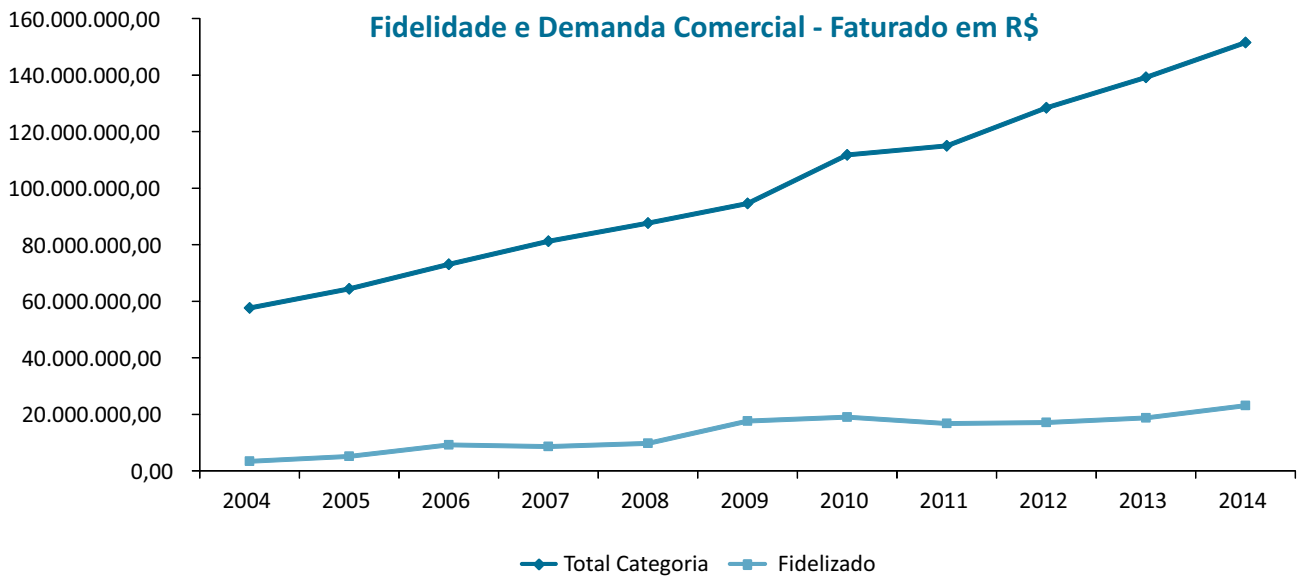
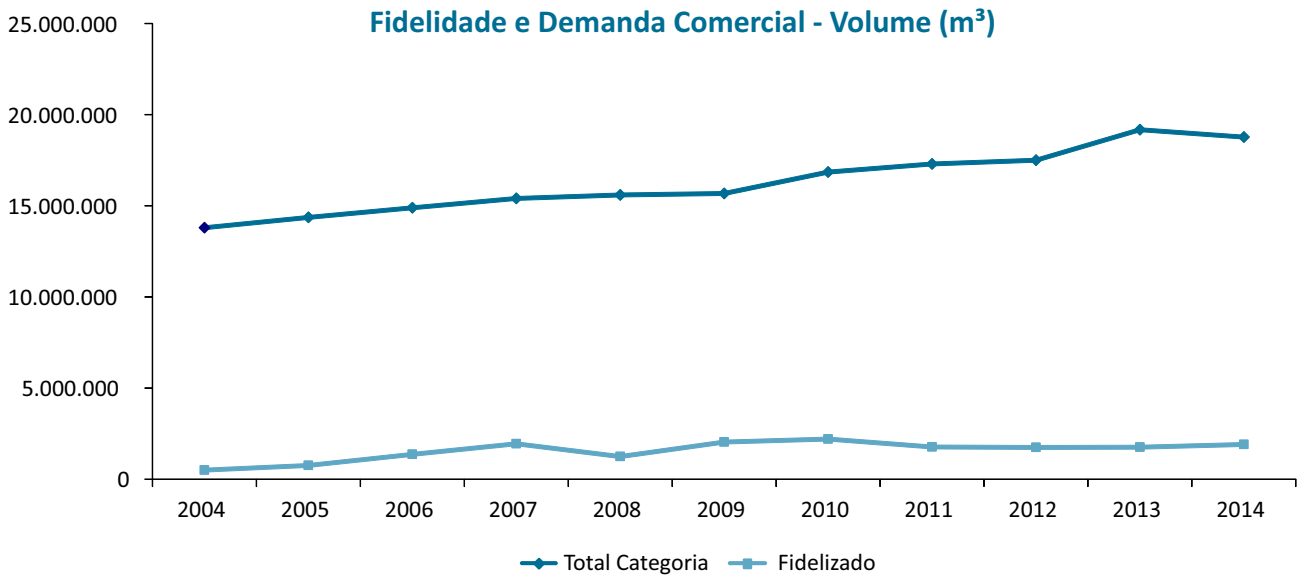
de água e esgoto para os que aderem ao Contrato de Fidelidade Hospitalar. Para isso, a instituição deve ser conveniada junto ao Sistema Único de Saúde - SUS ou comprovar atendimento beneficente contínuo (não esporádico).

O hospital não deve usufruir de outro benefício da SANASA. Se não for conveniado com o SUS, o hospital deve disponibilizar exames médicos laboratoriais para o Hospital Municipal Mario Gatti.

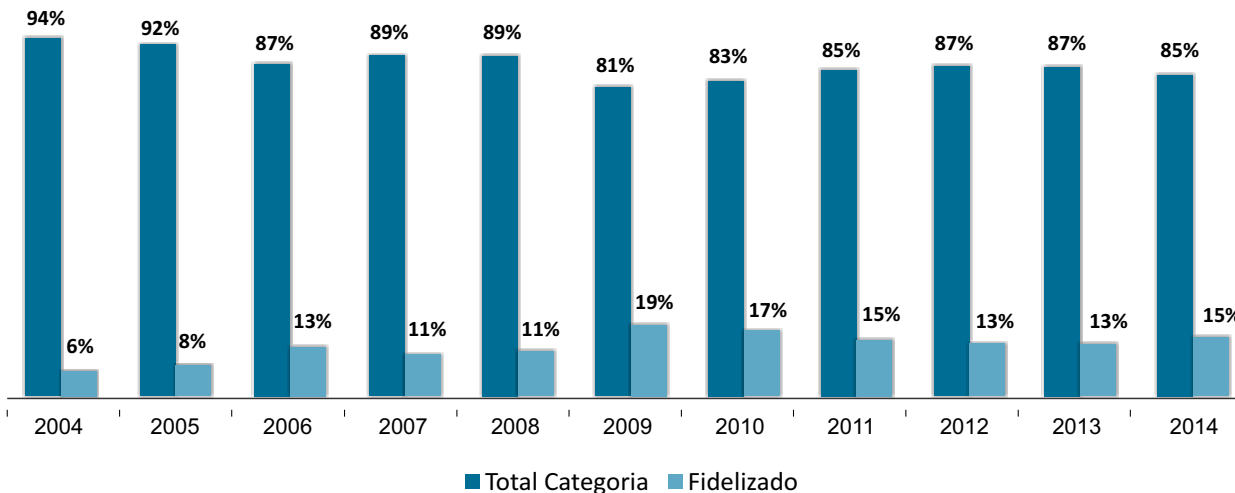
O programa obteve êxito junto à rede hospitalar, pois contribuiu para minimizar a demanda reprimida de exames médicos laboratoriais do Hospital Municipal e promoveu o aumento do consumo da água distribuída pela SANASA.

Fidelidade Hospitalar - Faturado R\$

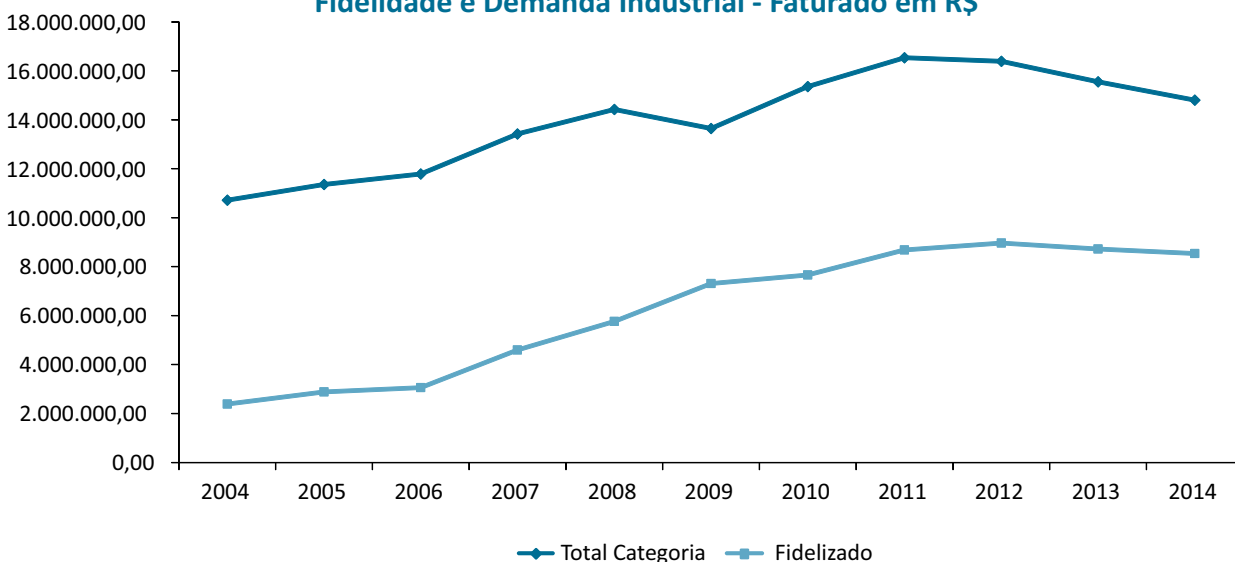




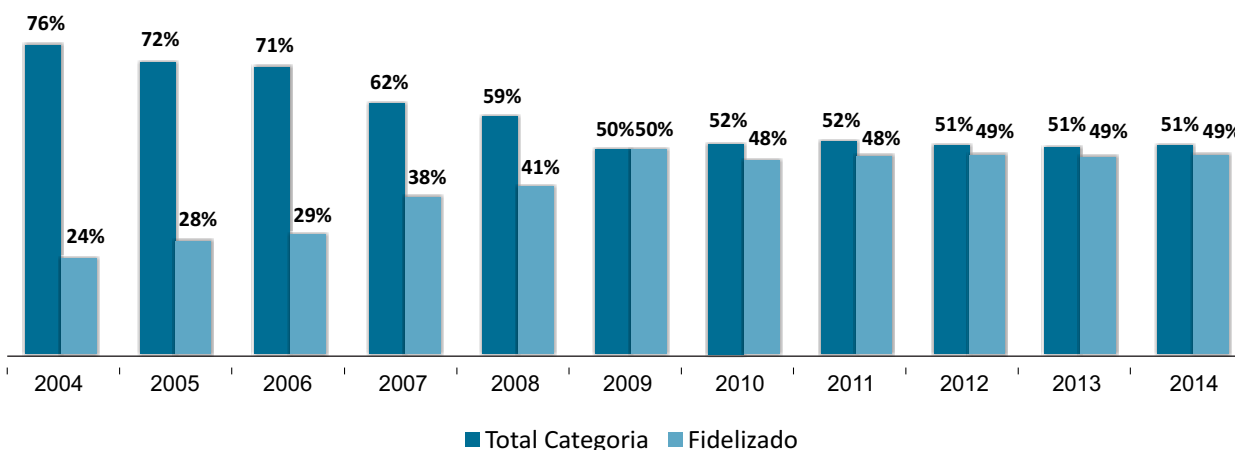
Fidelidade e Demanda Comercial - Comparativo Percentual - Faturado



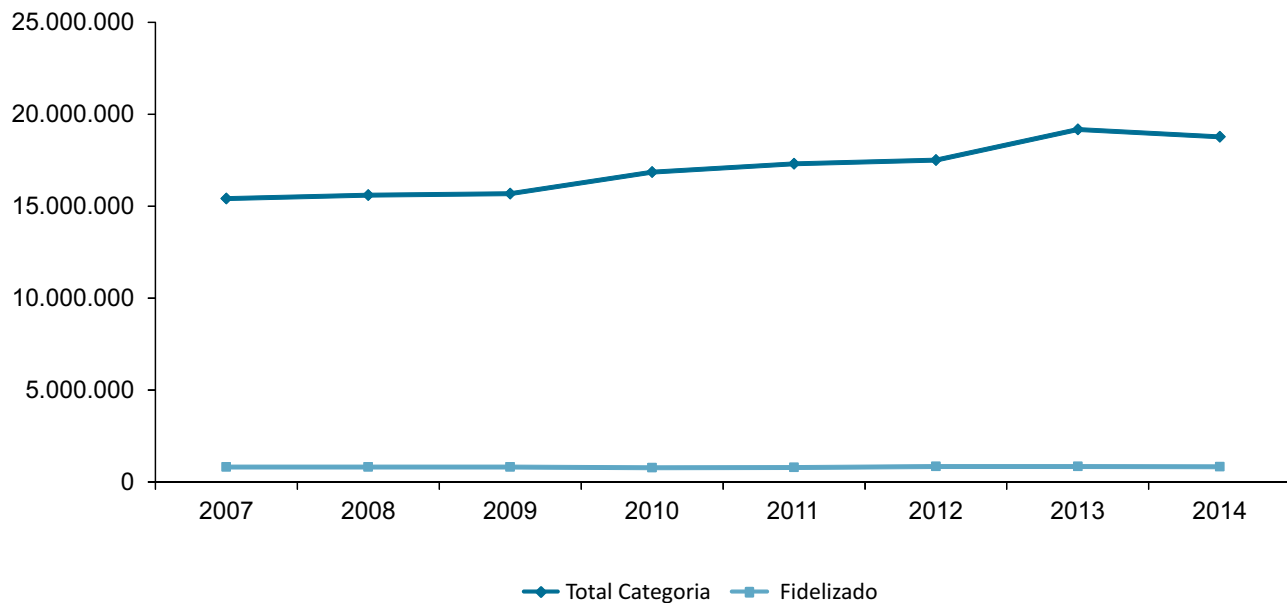
Fidelidade e Demanda Industrial - Faturado em R\$



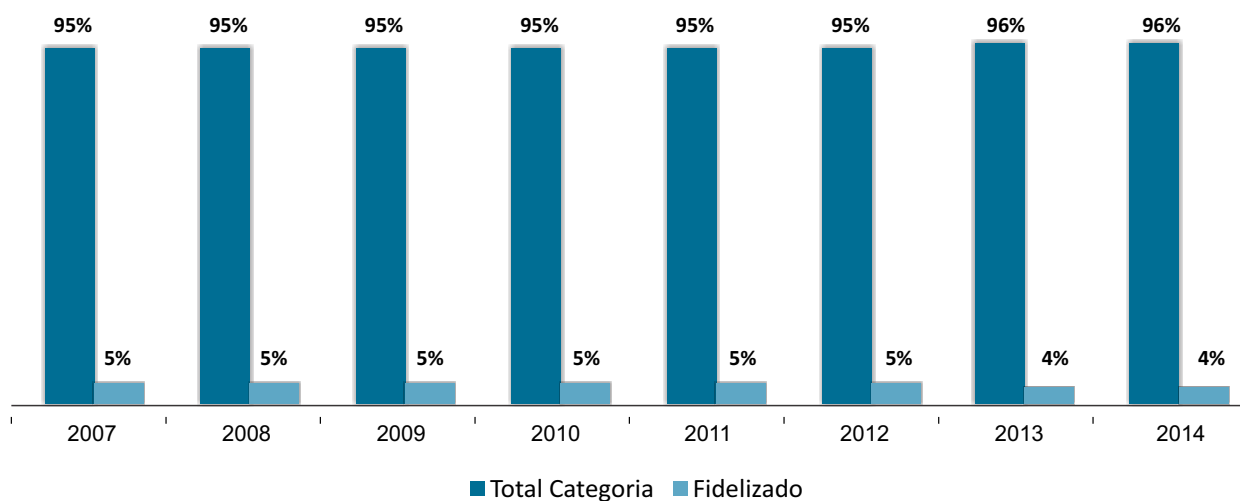
Fidelidade e Demanda Industrial - Comparativo Percentual - Volume



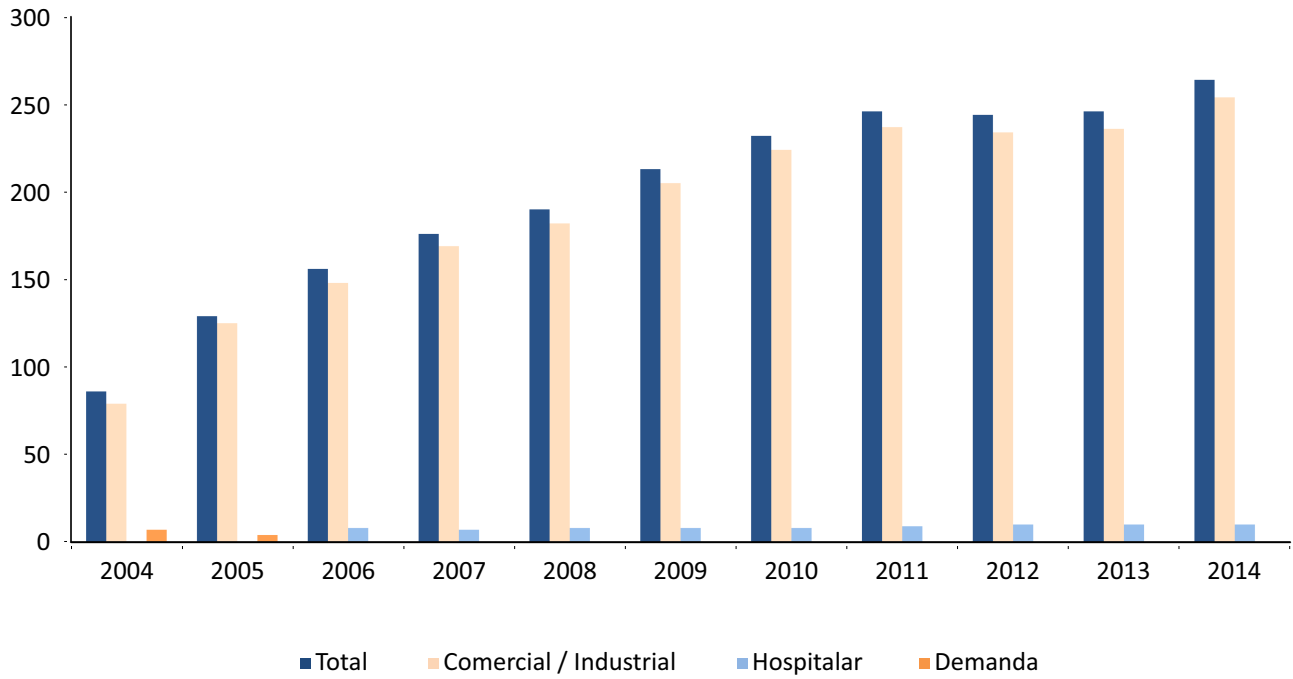
Fidelidade e Demanda Hospitalar - Volume (m³)



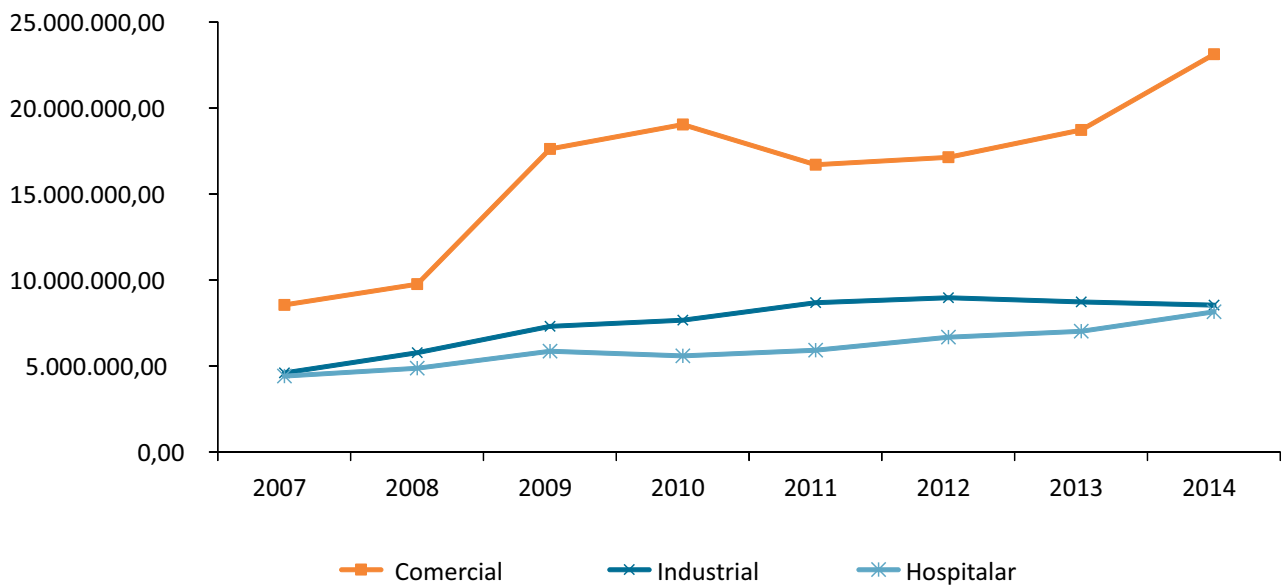
Fidelidade e Demanda Hospitalar - Comparativo Percentual - Volume



Quantidade Clientes Fidelidade - Geral e Categorias



Faturado Fidelidade Por Categoria



POLÍTICA TARIFÁRIA

Como empresa responsável pelo saneamento básico de Campinas a SANASA tem como objetivo prestar serviços e atendimento de boa qualidade à população, contribuindo assim para a melhoria nos indicadores de saúde pública do município. Para atingir esses indicadores, a melhoria operacional da empresa é uma preocupação constante, e esta busca contínua se dá através da otimização e do aprimoramento técnico-operacional dos sistemas, utilizando-se sempre que possível os avanços tecnológicos disponíveis no mercado. Para tanto, e para a manutenção dos serviços prestados à população, além da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da empresa, uma peça fundamental é a Política Tarifária.

Em atendimento à Lei de Saneamento nº 11.445 de 05/01/2007, o Município de Campinas aderiu, em 2012, à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES-PCJ que, sendo assim, passou a regular a SANASA, tanto na área operacional quanto nas tarifas praticadas pela companhia.

A Estrutura Tarifária da SANASA está baseada em faixas de consumo cobradas em forma de cascata, ou seja, cada faixa de consumo tem um valor crescente em Reais, garantindo a transição suave entre as faixas distintas de consumo. Nesse modelo o valor do metro cúbico é mais caro conforme o consumo vai progredindo, visando assim o consumo sustentável, fazendo com que o consumidor evite o desperdício de água e colabore para preservar esse bem finito.

A Estrutura Tarifária também separa os consumidores por tipo de setor. Está dividida em quatro tipos principais de consumidores: Residencial, Público, Industrial e Comercial, cada um com uma estrutura de faixas e valores distintos entre si.

Em cada uma das faixas de consumo, para cada uma das categorias existentes, o consumo é cobrado levando em consideração o tipo de serviço que cada consumidor possui, como captação e distribuição de água, coleta e afastamento de esgoto e tratamento de esgoto.

A Política Tarifária da SANASA possui benefícios específicos para a população carente, desde que sejam cumpridos integralmente os requisitos préestabelecidos. É a chamada Tarifa Social. Também oferece descontos nas tarifas das Categorias Industrial, Comercial e Hospitalar para consumidores que adiram ao Contrato de Fidelidade da empresa.

Obedecendo ao artigo nº 37 da Lei Federal nº 11.445, o intervalo mínimo para reajuste dos preços é de 12 meses, atualmente calculado pela ARES-PCJ de acordo com uma Fórmula Paramétrica que leva em consideração a variação de custos no período, o volume faturado no período e também a variação de índices de preços nesse mesmo período.

Além disso, podem ser feitas revisões de preços nas tarifas (art. Nº 38 da lei Federal 11.445), aprovadas pela ARES-PCJ, em um intervalo periódico, ou mesmo extraordinárias.

TARIFA SOCIAL


G4-EC8

Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos

Indicador Ethos 2: Proposta de valor, Estágio 3 - A empresa identifica as necessidades de seus consumidores e clientes e para satisfazê-las imprime características e aspectos socioambientais em seus produtos ou serviços.

R. A Tarifa Social foi criada em Agosto de 2001, propiciando desconto inicial de 27% para os beneficiários. Ao longo dos anos ocorreram variações de desconto sobre a tarifa da Categoria Residencial Padrão. Em 2014 o desconto passou a ser de 73,50%. Em 2015, o desconto chega a ser de 76,34%.

Descontos Praticados

Ano	Percentual
2001 a 2004	27%
2005	38,04%
2006 a 2009 (até jun/09)	42,70%
2010	67,73%
2011	67,71%
2013	73,49%
2014	73,50%
2015	76,34%

Em núcleos urbanizados, a Tarifa Social atende:

Ligações Individualizadas: 45.120

Economias: 47.808

Em núcleos não urbanizados atende a:

Ligações Coletivas: 1.224

Economias: 13.571

A Tarifa Social solicitada pelos clientes abrange:

Ligações: 3.634

Economias: 4.555

São requisitos e condições para cadastramento na Tarifa Social solicitada pelos clientes:

- Não possuir débitos com a SANASA;
- Ligações de água com até três residências (economias);

- Imóvel com cadastro na SANASA em categoria residencial;
- Assinar termo de declaração e responsabilidade;
- Seguir os parâmetros de consumo definidos pela resolução tarifária vigente.

O benefício será válido pelo prazo de 12 (doze) meses. Ao final do período, o descadastramento é automático e leva o cliente à tarifa residencial padrão.

Para clientes cadastrados ou não no Programa Bolsa Família ou no Benefício de Prestação Continuada – INSS: o cadastramento poderá ser realizado em qualquer agência de atendimento da SANASA mediante apresentação de cópias de documentos pessoais e familiares.

GESTÃO DA QUALIDADE

Indicador Ethos 15: Gestão Participativa, Estágio 2 - A empresa torna disponíveis informações relevantes sobre sua gestão e acerca dos resultados obtidos por todos os seus empregados.

O Sistema de Gestão da Qualidade da SANASA gerencia os documentos internos e externos, que retratam as rotinas de trabalho dos setores da empresa e os indicadores de desempenho que estão ligados aos processos e ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento -SNIS. O Sistema é auditado anualmente pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, para manter a certificação de gestão da qualidade de acordo com os padrões da norma NBR ISO 9001, a Política e os Objetivos da Qualidade, que neste ano não sofreram alterações.

Com a finalidade de manter a conformidade de seus produtos, a SANASA realiza uma série de inspeções e análises laboratoriais ao longo dos processos de produção e operação de água, operação e tratamento de esgoto, além da análise crítica anual do sistema de gestão. Em 2014 foram realizadas duas auditorias internas, 16 auditorias extraordinárias e uma externa para manutenção do certificado ISO 9001, completando o 9º ano consecutivo sem não-conformidades, o que é um marco no programa de Gestão da Qualidade na SANASA.

Internamente foram registrados 710 relatórios divididos em conformidades, não-conformidades, observações, oportunidades de melhorias, treinamentos e melhorias executadas. Foi formada a 9ª turma de auditores internos da qualidade com oito participantes, totalizando 284 auditores internos já formados.

Através da Cooperação Técnica entre a SANASA e o SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Itapira/SP foi formada a primeira turma de auditores internos da qualidade do SAAE, com 13 participantes. Foram realizados dois treinamentos de integração para os novos funcionários, além dos treinamentos de reforço do sistema de gestão nos setores da empresa.

Deu-se continuidade à implantação do sistema de gestão ambiental baseado na norma NBR ISO 14001 na Captação Atibaia e ETAs 3 e 4, com o levantamento dos aspectos/impactos ambientais e a

documentação aplicável. Foi iniciada, também, a implantação do sistema de gestão da qualidade baseado na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 para os laboratórios de análise e controle da qualidade da água, de análise e controle de efluentes e de hidrometração, com o levantamento da documentação aplicável e realização de auditoria de diagnóstico inicial.

A implantação do sistema de gestão de responsabilidade social baseado na norma NBR 16001 prosseguiu com a formação da primeira turma de auditores internos da responsabilidade social, de 33 participantes.

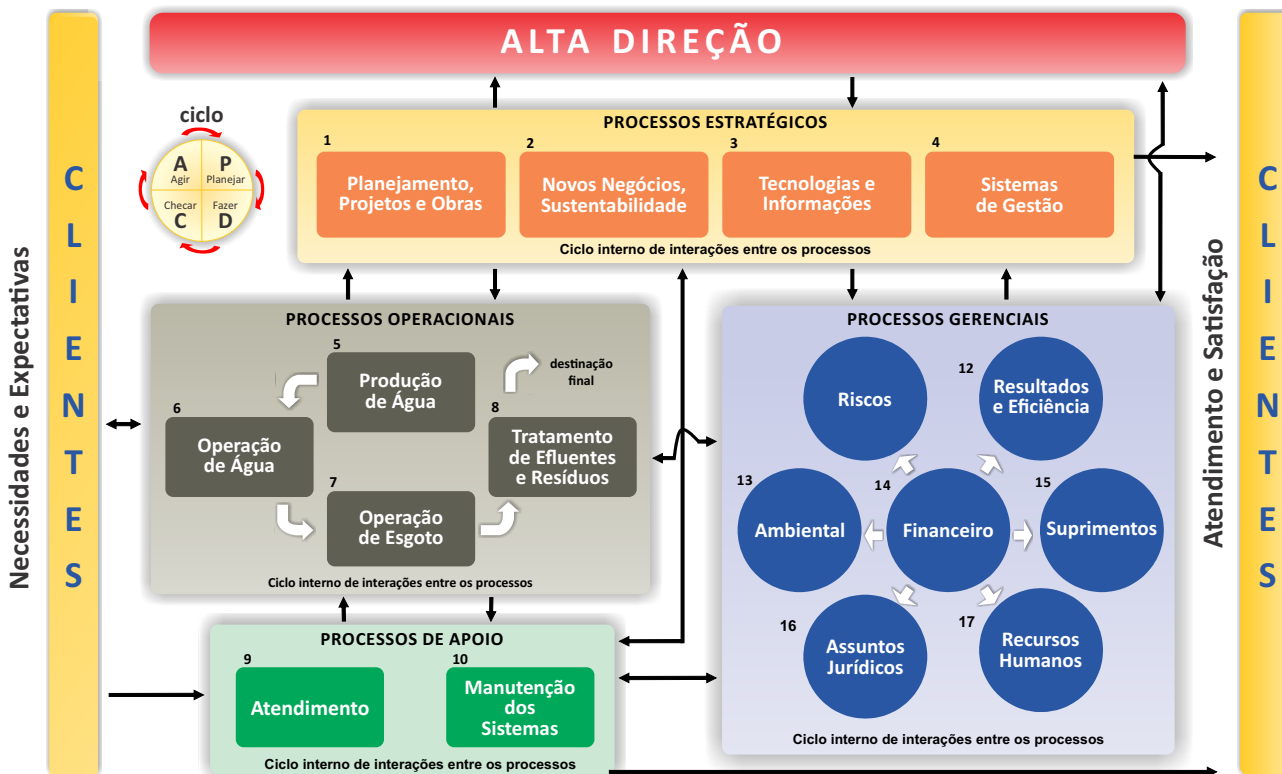
Uma companhia de saneamento reúne características de empresa pública e privada, simultaneamente. Trata-se da prestação de um serviço de fornecimento de um produto industrializado (água tratada) em domicílio e coleta de outro produto (esgoto), também a ser processado numa planta industrial durante 24 horas, com envolvimento de saúde pública e gestão ambiental, pontos diretamente ligados à administração pública e de interesse da sociedade civil.

Receber e manter uma Certificação de Qualidade, e ainda procurar inovar e melhorar as atividades numa empresa de capital misto, com processos industriais, agências de atendimento comerciais, estruturas administrativas e financeiras e diversos aparatos de operação e manutenção, divididos e serpenteados por todos os logradouros públicos, é um grande e permanente desafio. Para a melhoria do sistema é preciso que cada empregado da SANASA adote os valores de gestão da qualidade para nortear suas ações e encargos diários.

As auditorias internas e externas são aferições, mas todo o investimento feito só será justificado se utilizado dentro da rotina, que não é a simples repetição de atribuições e, sim, a evolução delas no tempo.

Os sistemas de Gestão da SANASA estão embasados no mapa de processos, revisado em 2013:

Mapa de processos e interações



A programação da auditoria interna contempla pelo menos uma atividade de cada processo ao longo de sua realização. As auditorias acontecem pelo menos duas vezes ao ano, uma por semestre. Portanto, todos os processos são auditados no ano.

Além das auditorias internas, a equipe da qualidade vem realizando auditorias extraordinárias desde 2009. Trata-se de um processo mais amplo que o da auditoria interna, pois os esforços são concentrados em um determinado processo - departamento por um tempo maior e com uma amostragem bem ampla, quase completa, ou seja, são auditadas as atividades de ponta a ponta, checando todas as

interações do processo.

Desde 2009 vem sendo utilizada uma ferramenta no ambiente intranet - web, desenvolvida pelo setor de informática, que permite o relato dos fatos identificados ao longo da realização das atividades no dia a dia (relatórios espontâneos) e ao longo das auditorias (internas e externas).

Nesse sistema, depois de gerados os fatos, o setor da qualidade efetua a classificação e o encaminhamento aos responsáveis para a tomada de ações. Os 3.320 relatórios gerados de 2004 a 31 de dezembro de 2014 estão distribuídos a seguir:

- 356 relatórios solicitados e cancelados devido a um dos seguintes motivos: não aplicável ou duplicidade.
- 2.964 relatórios solicitados já foram classificados e enviados para obter resposta dos setores.

Espontâneos: 960 ocorrências

Auditorias: 2004 ocorrências

Finalizados: 2.751 ocorrências

Para verificação de eficácia: 66 ocorrências

Para tomada de ações: 147 ocorrências

Os resultados desses 2.964 relatórios são os seguintes:

FATOS REAIS

Conformidades: 265 ocorrências

Melhorias: 399 ocorrências

Não-conformidades: 1.286 ocorrências, que geraram as devidas ações corretivas

FATOS POTENCIAIS

Observações: 399 ocorrências, que geraram as devidas ações preventivas

Oportunidades de Melhoria: 615 ocorrências, que geraram as devidas ações preventivas.

PROCESSOS COM MAIOR INCIDÊNCIA:

- Produção de Água
- Manutenção dos Sistemas
- Tratamento de Efluentes e Resíduos
- Atendimento

REQUISITOS NORMATIVOS COM MAIOR INCIDÊNCIA (NBR ISO 9001)

4.2.3: 504 ocorrências (Controle de Documentos)

6.3: 334 ocorrências (Infraestrutura)

4.2.4: 277 ocorrências (Controle de Registros)

8.5.1: 264 ocorrências (Melhoria Contínua)

7.5.5: 205 ocorrências (Rastreabilidade)

REQUISITOS NORMATIVOS COM MAIOR INCIDÊNCIA (NBR 16001*)

3.4.3: 24 ocorrências (Comunicação)

3.4.5: 19 ocorrências (Controle operacional)

3.6.1: 16 ocorrências (Monitoramento e medição)

3.3.2: 13 ocorrências (Temas centrais da responsabilidade social e suas questões)

3.4.1: 9 ocorrências (Competência, treinamento e conscientização)

3.6.2: 9 ocorrências (Avaliação do atendimento a requisitos legais e outros)

REQUISITOS NORMATIVOS COM MAIOR INCIDÊNCIA (NBR ISO/IEC 17025*)

5.3: 5 ocorrências (Acomodações e condições ambientais)

5.7: 4 ocorrências (Amostragem)

5.2: 3 ocorrências (Pessoal)

4.13: 2 ocorrências (Controle de registros)

4.3.2: 2 ocorrências (Aprovação e emissão dos documentos)

4.4: 2 ocorrências (Análise crítica de pedidos, propostas e contratos)

4.9: 2 ocorrências (Controle de trabalhos de ensaio e/ou calibração não-conforme)

5.4.6: 2 ocorrências (Estimativa de incerteza de medição).

Nota: * Sistemas em implantação. Trabalhos iniciados no 2º semestre de 2013.

Desde 2004 a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas tem sido responsável pelas auditorias externas na SANASA. A seguir o quadro resumo dos resultados obtidos:

Ano		Não Conformidades	Observações	Oportunidades de Melhoria	Auditoria
2004	2º semestre	15	7	3	Certificação*
2005	1º semestre	3	4	4	Manutenção
	2º semestre	1	3	0	Manutenção
2006	2º semestre	0	3	1	Manutenção
2007	2º semestre	0	3	1	Renovação
2008	2º semestre	0	3	0	Manutenção
2009	2º semestre	0	3	1	Manutenção
2010	2º semestre	0	1	2	Renovação
2011	2º semestre	0	3	3	Manutenção
2012	2º semestre	0	2	0	Manutenção
2013	2º semestre	0	1	3	Renovação
2014	2º semestre	0	3	0	Manutenção
2015	2º semestre	Previsão para o mês de agosto			Manutenção
TOTAL		19	36	18	

*Nota: * Auditoria externa com testemunho do INMETRO.*

INFORMAÇÕES

● O Comitê Federal e o Comitê Estadual de Bacia Hidrográfica no âmbito do Estado de São Paulo funcionam de maneira conjunta. A comprovação pode ser feita nas deliberações que regulamentam as atividades dos Comitês.

As Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ formulam e deliberam sobre a política de recursos hídricos da região. Os comitês são de domínio público, com participação aberta a todos, porém o direito a voto está restrito às Prefeituras, Universidades, Associações de Classes, Sindicatos, Indústrias, Empresas de Saneamento, ONGs e Congêneres. Os Comitês PCJ possuem 12 Câmaras técnicas.

São elas:

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 094/00, de 09/05/00, como Grupo Técnico de Águas Subterrâneas e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 008/04, de 01/06/04.

Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 002/03, de 22/05/03.

Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 033/96, de 15/03/96, como Grupo Técnico de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias.

Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria)

Criada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 001/08, de 27/06/08.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 019/94, de 21/12/94, como Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 007/04, de 01/06/04.

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 010/94, de 15/04/94, e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03.

Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 003/03, de 22/05/03. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 008/04, de 01/06/04.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 009/94, de 15/04/94, como Câmara Técnica de Assuntos Institucionais, alterada pela Deliberação CBH-PCJ 026/95, de 10/11/95, para Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL) e novamente alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 004/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Planejamento. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 007/04, de 01/06/04, e pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 008/04, de 01/06/04. Alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 009/04, de 01/06/04.

Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 011/94, de 15/04/94, e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03.

Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural)

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 022/05, de 31/03/05.

Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 056/98, de 21/08/98, e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03.

Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM)

A atual Câmara Técnica atuava desde 1995 como o Subgrupo de Algas do então Grupo Técnico e atual Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico. Criada pela Deliberação CBH-PCJ 116/02, de 28/03/02, como Grupo Técnico de Saúde Ambiental e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Saúde Ambiental.

A representação da SANASA no âmbito dos Comitês fica evidenciada na lista de membros por entidade, disponível no site: <http://www.comitepcj.sp.gov.br>.

- Associação Nacional das Empresas Municipais de Saneamento - ASSEMAE: Entidade de classe que representa as empresas, autarquias e os departamentos de água e esgoto e serviços de saneamento controladas pelo município.

A SANASA, como empresa associada, tem participação nessa entidade através da representação nos Comitês PCJ, ocupando parte das vagas a ela destinadas. Tem participado ativamente na Assemae através de apresentação de trabalhos Técnicos na Assembleia Nacional e participação nas discussões de temas relacionados ao Saneamento.

A SANASA participou da 44ª Assembleia Nacional da ASSEAME, reconhecida como um dos grandes eventos de saneamento básico, que ocorreu no período de 04 a 09 de maio de 2014 em Uberlândia/MG. Ocorreu conjuntamente com a XVIII Exposição de Experiências Municipais em Saneamento, que teve a participação da SANASA com os seguintes Painéis de Debates e Trabalhos técnicos:

- Redução de Perdas em Sistemas de Saneamento - Experiências Exitosas
- Normatização da Medição nos Serviços de Saneamento Básico

- Tecnologias de tratamento de Esgoto. Um breve comparativo
 - Aproveitamento do Biogás em Estação de Tratamento de Esgoto Palestrante: Engº. Sérgio R.
 - Projetos de Engenharia para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC: Requisitos
 - Elaboração de Plano de Segurança da Água
 - O impacto da portaria MS 2914-2011 nos laboratórios de análises de água das empresas de saneamento.
 - Projeto Gestão da Inadimplência.
 - SANASA: um investimento social e ambiental e de serviço social: um olhar além das contas.
 - Desenvolvimento de metodologia para análise de interferentes endócrinos.
 - Desenvolvimento de metodologia para análise de ácidos haloacéticos em amostras de água tratada.
 - Programa educação ambiental - Minha escola na SANASA.
 - Diretrizes para a avaliação da prestação dos serviços de água potável e esgotamento sanitário.
 - O papel da empresa de abastecimento e esgotamento na elaboração do plano municipal de saneamento básico.
 - Avaliação de Desempenho através do registro das melhorias, ações preventivas e corretivas.
 - Saneamento básico e suas consequências na mobilidade urbana.
 - A gestão da responsabilidade social voltada aos prestadores de serviços de saneamento – NBR 16001.
- Foi mais um ano em que a SANASA teve trabalhos premiados. Dois trabalhos classificaram-se entre os mais de 90 aprovados. Os trabalhos a seguir foram recomendados para publicação na Revista da Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás:
- SANASA: um investimento social e ambiental.
 - Serviço social: um olhar além das contas.
- Além dos trabalhos técnicos, o estande da SANASA disponibilizou um vídeo sobre a empresa e os seus processos de automação.
- Informações da ASSEMAE estão disponíveis no site: <http://www.assemae.org.br>

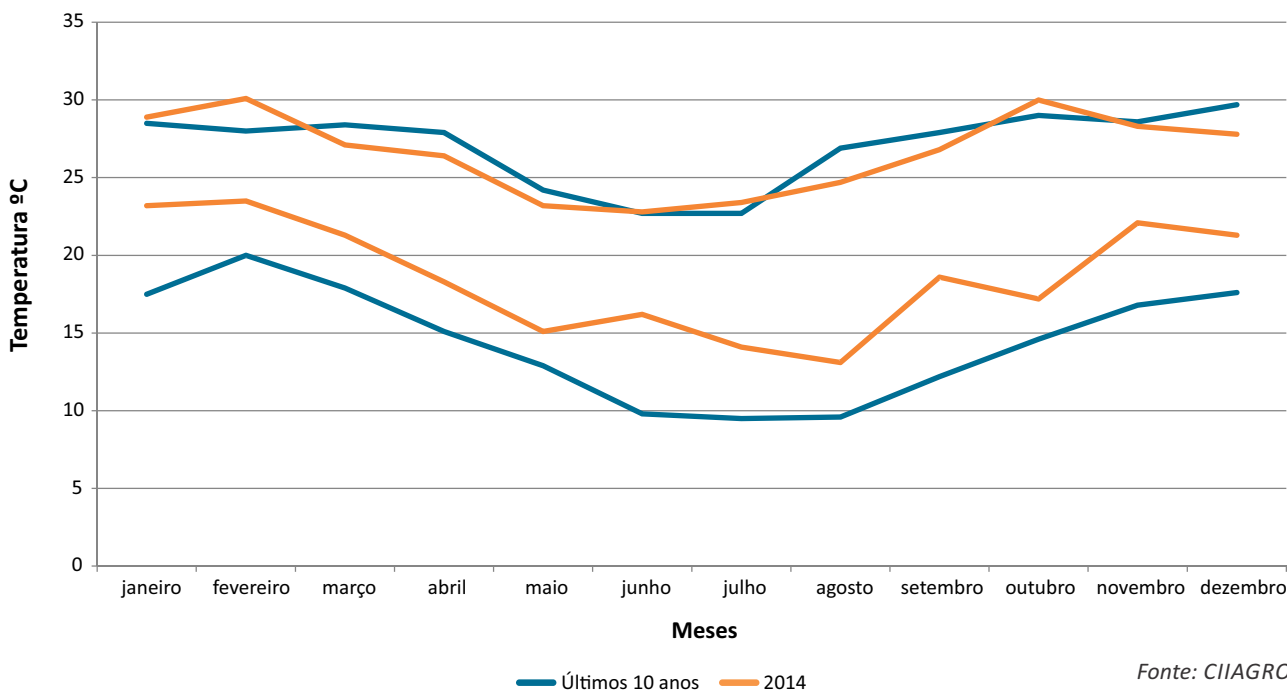
GESTÃO AMBIENTAL

INTRODUÇÃO

O ano de 2014 ficou conhecido como o “Ano da Crise Hídrica” para o Estado de São Paulo. A grave situação de escassez de chuvas verificada nos anos de 2013 e 2014, aliada a altas temperaturas, resultou em baixos volumes hídricos em todos os rios das bacias hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, afetando seriamente o abastecimento dos municípios que deles dependem.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das temperaturas médias diárias no município de Campinas, com base nas informações do CIIAGRO – Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas, entidade que disponibiliza informações meteorológicas de diversas estações pertencentes à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Evolução das Temperaturas Médias Diárias (Mínimas e Máximas), registradas em Campinas em 2014, em comparação às verificadas nos últimos 10 anos

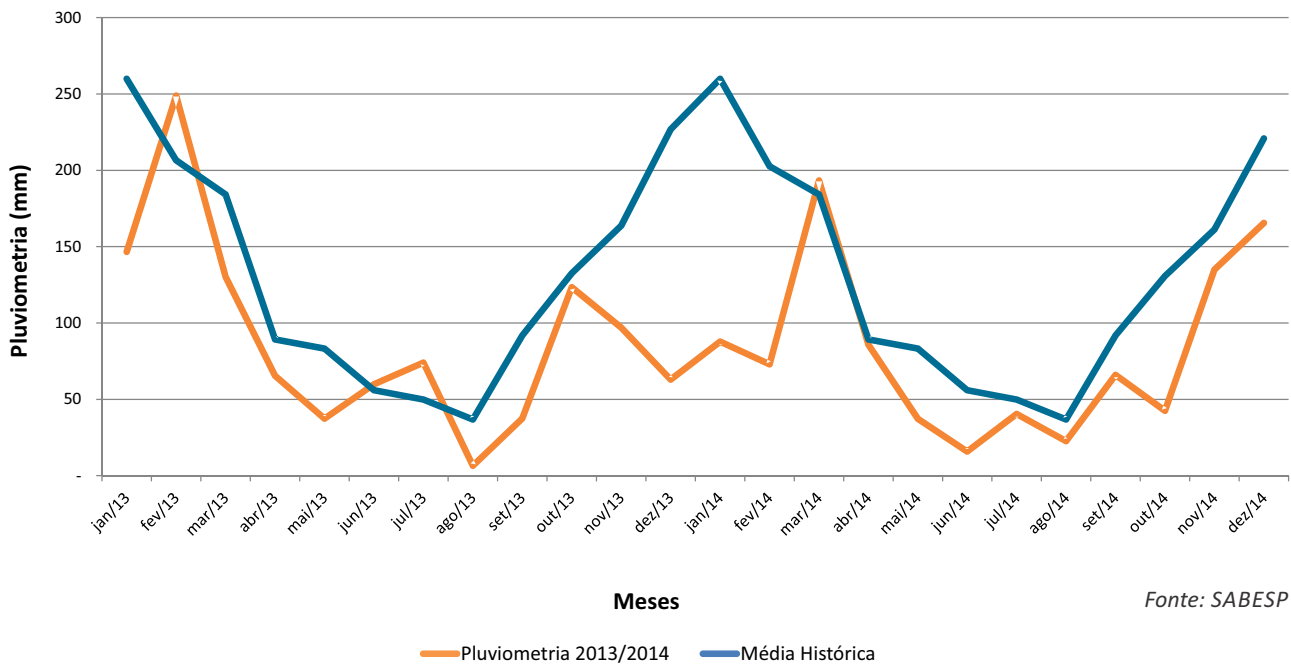


O gráfico apresenta as variações mínimas e máximas verificadas em 2014 (em laranja) e as verificadas nos últimos 10 anos. É possível concluir que, além de serem registradas temperaturas superiores em todos os meses, a variação entre a temperatura máxima e a mínima foi muito menor no último ano, resultando em temperaturas mínimas muito superiores às médias verificadas, com destaque para

o mês de junho/2014, quando a mínima foi 65% superior às médias dos últimos 10 anos.

Outra avaliação importante é a pluviometria verificada no Sistema Cantareira, com base nos dados da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP, que é apresentada no gráfico a seguir.

Evolução da Pluviometria registrada no Sistema Cantareira, nos anos de 2013 e 2014, comparada com a média histórica



O gráfico demonstra a evolução dos índices pluviométricos mensais verificados nos anos de 2013 e 2014, comparando-os com a média histórica registrada. Verifica-se que em 20 dos 24 meses analisados, ocorreram índices inferiores aos da média histórica resultando, em 2014, em um volume acumulado 38,4% inferior quando comparado com a média histórica.

Esses fatores resultaram em sério comprometimento do volume equivalente do Sistema Cantareira e, conseqüentemente, numa redução drástica dos níveis dos rios das bacias PCJ. Portanto, foram intensificadas ações municipais voltadas à garantia do abastecimento público em quantidade e qualidade necessárias ao atendimento à população.

RECURSOS HÍDRICOS

Sistema Cantareira

O Sistema Cantareira é formado por cinco reservatórios, túneis e canais, que revertem água da bacia do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê.

Esse sistema foi construído nas décadas de 70 e 80, com capacidade produtora de 33 mil litros por segundo, sendo 31 mil por segundo produzidos na bacia do rio Piracicaba e 2 mil por segundo na bacia do rio Juquery. Esse sistema foi construído com a finalidade de complementar o abastecimento da

Região Metropolitana de São Paulo, sendo responsável por 46% do seu atendimento.

O Instituto Socioambiental – ISA, publicou em 2006 um importante documento sobre o Sistema Cantareira: “Cantareira 2006 – Um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo”. Esse documento apresenta uma síntese do complexo, que é apresentada de forma resumida a seguir.

Obras situadas na bacia do rio Piracicaba:

- **Reservatório Cachoeira**

O reservatório entrou em operação em novembro de 1974, fazendo parte da 1ª etapa de obras. Situa-se no município de Piracaia, contribuindo com 5 m³/s para o Sistema e interliga-se ao reservatório Atibainha através do túnel 6, com 4.769 m e por um canal com extensão aproximada de 1.200 m.

- **Reservatório Atibainha**

O reservatório entrou em operação em fevereiro de 1975, fazendo parte da 1ª etapa de obras. Situa-se no município de Nazaré Paulista, contribuindo com 4 m³/s para o Sistema e interliga-se ao reservatório Paiva Castro através do túnel 5, com cerca de 9.840 m e por um canal com extensão aproximada de 2.000 m.

- **Reservatório Jaguari-Jacaré**

O reservatório entrou em operação em maio de 1982, fazendo parte da 2ª etapa de obras. É formado por dois reservatórios interligados por um canal com 670 m de extensão, funcionando como um reservatório único. Situa-se em áreas dos municípios de Vargem, Bragança Paulista, Joanópolis e Piracaia. É o maior reservatório do Sistema, contribuindo com 22 m³/s para o Sistema e interliga-se ao reservatório Cachoeira através do túnel 7, com 5.885 m de extensão.

Obras situadas na bacia do Alto Tietê:

- **Reservatório Juquery – Paiva Castro**

O reservatório entrou em operação em maio de 1973, fazendo parte da 1ª etapa de obras. Situa-se no município de Mairiporã, contribuindo com 2 m³/s para o Sistema e interliga-se à Estação Elevatória de Santa Inês através do túnel 3, com extensão de 994 m.

- **Estação Elevatória de Santa Inês**

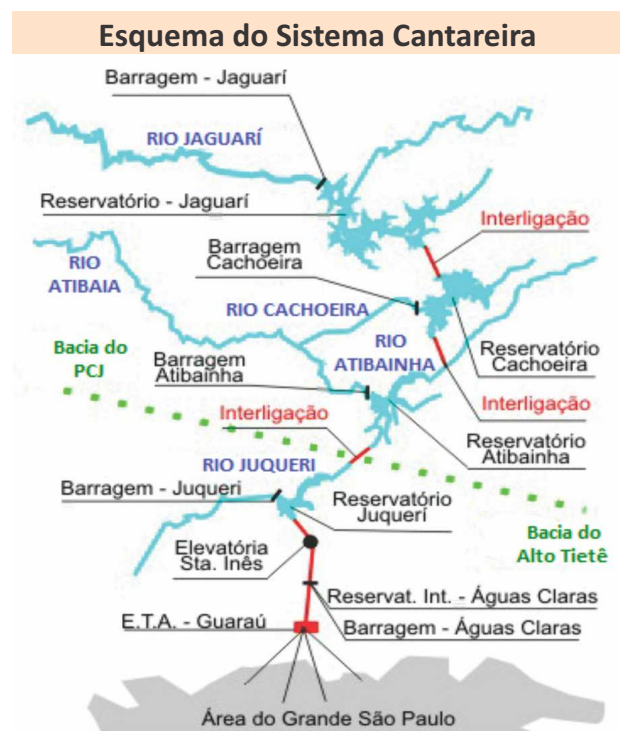
A estação entrou em operação em dezembro de

1973, fazendo parte da 1ª etapa de obras, com capacidade para 33 m³/s e altura manométrica de 120 m. Situa-se vizinha ao maciço da Serra da Cantareira, opera com 4 bombas com capacidade para recalcar 11 m³/s, com altura manométrica de 120 m, elevando as águas até o reservatório Águas Claras, através dos túneis 1 e 4, com 1.184 m de extensão.

- **Reservatório Águas Claras**

O reservatório entrou em operação em novembro de 1973, fazendo parte da 1ª etapa de obras. Funciona como reservatório de segurança, com capacidade para manter o sistema funcionando durante 3 horas, caso pare o bombeamento. A partir do reservatório Águas Claras a água é encaminhada para a ETA Guaraú, por meio do túnel 2, com 4.878 m de extensão.

O esquema a seguir apresenta de forma resumida o Sistema Cantareira.

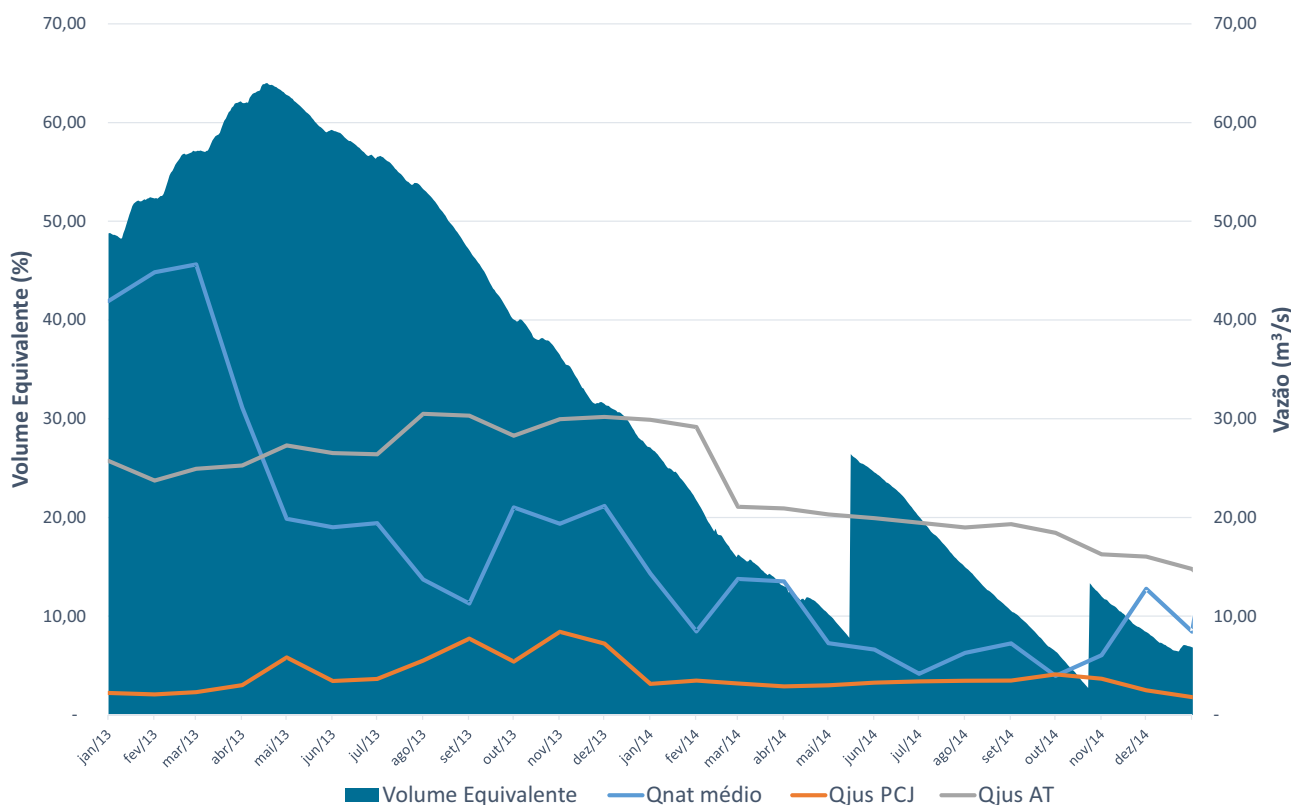


Fonte: SABESP

Indicador Ethos 38: Estágio 2 - A empresa possui conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas para seu negócio.

A crise hídrica verificada nos anos de 2013 e 2014 afetou drasticamente o volume dos reservatórios do Sistema Cantareira, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Evolução do Volume Equivalente do Sistema Cantareira em 2013 e 2014



O gráfico apresenta a variação do Volume Equivalente do Sistema Cantareira, que considera o volume dos reservatórios pertencentes à bacia do rio Piracicaba (represas Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha); a vazão natural média mensal afluente ao sistema equivalente – Qnat médio; e as vazões médias mensais de jusante do Sistema Equivalente:

Qjus PCJ – vazão descarregada para a bacia do Piracicaba e Qjus AT – vazão descarregada para a bacia do Alto Tietê.

O gráfico demonstra a situação crítica que se verificou em 2014. Destacam-se como itens de maior relevância:

Volume equivalente em janeiro de 2013: 48,78%

Volume equivalente em janeiro de 2014: 27,08%

} Redução de 44,49% de reservação

A redução média no mês de maio de 2014 era de aproximadamente 0,2% ao dia. Caso essa redução fosse mantida, considerando que as chuvas previstas para o período eram mínimas, previa-se que o volume equivalente do Sistema Cantareira zerasse em junho. Para evitar essa situação, a SABESP instalou um sistema de bombeamento na represa Jaguari-Jacareí¹ e no reservatório de Atibainha, com a finalidade de captar água abaixo das comportas, na área denominada “Volume Morto”. Com a entrada em operação do “Volume Morto 1” o volume equivalente do Sistema Cantareira da bacia PCJ

passou de 7,81% para 26,41%, em 16/05/2014, elevando em 18,6% o volume armazenado.

Entretanto, o volume continuou a cair, chegando em 23/10/2014 a um nível de armazenamento de 2,72%, iniciando-se então a retirada do “Volume Morto 2”, pela SABESP, que permitiu o aumento do volume equivalente para 13,34% (acréscimo de 10,62%).

O ano de 2014 terminou com o índice extremamente preocupante de 6,91% de volume equivalente armazenado no Sistema Cantareira, para a bacia PCJ.

¹ O Reservatório Jaguari-Jacareí, que representa 80% da capacidade de todo o Sistema Cantareira, encontrava-se em 15/05/14 com apenas 1,66% do volume operacional.



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

Indicador Ethos 39: Estágio 2 - A empresa participa ativamente de iniciativas do poder público relacionadas a sua estratégia, e se adequa rapidamente a novos acordos e regras ambientais. Também possui conhecimento das novas práticas, o que lhe permite implementar medidas de prevenção e mitigação dos impactos negativos.

Recursos hídricos na bacia do Piracicaba

A grave crise registrada alterou a agenda dos principais gestores de recursos hídricos que atuam nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Em 05 de fevereiro de 2014 o Governador do Estado de São Paulo, a Ministra de Estado do Meio Ambiente e o Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas reuniram-se com representantes do Ministério de Meio Ambiente, da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do governo de São Paulo, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, do Departamento de Águas e Energia Elétrica e da SABESP, para avaliar a situação das represas do Sistema Cantareira.

Nessa reunião foi discutida a necessidade de uma administração diferenciada do armazenamento do Sistema Cantareira, sendo decidida a formação de um Grupo Técnico de Assessoramento – GTAG-Cantareira.

Foi ainda recomendada a suspensão das discussões sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira.

A Resolução Conjunta ANA/DAEE 120, de 10 de fevereiro de 2014 formalizou a criação do GTAG-Cantareira, constituído por representantes da ANA, DAEE, CBH-PCJ, CBH-AT, SABESP, Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí e do Alto Tietê.

Os Comitês PCJ criaram, através da Deliberação 197/14 de 27/03/14, o Grupo de Trabalho para instituição da “Operação de Estiagem PCJ-2014” – GT Estiagem, com a finalidade de propor ações de planejamento para enfrentar problemas decorrentes da escassez dos recursos hídricos nas bacias PCJ.

Em 16 de maio de 2014, através do Comunicado Conjunto ANA/DAEE 233, foi autorizada a transferência, por meio de bombeamento, dos

volumes situados abaixo do nível operacional dos reservatórios Atibainha e Jacareí-Jaguari.

Em 27 de maio de 2014, por meio da Resolução Conjunta ANA/DAEE 699, foram suspensas as análises de requerimentos de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, para novas captações de águas superficiais, situadas nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

A Resolução Conjunta ANA/DAEE 910, de 07/07/2014, aprovou a prorrogação do prazo de vigência da outorga de direito de uso de recursos hídricos do Sistema Cantareira para a SABESP até 31/10/2015. O DAEE também emitiu a Portaria 1396, de 11/07/2014, com as determinações estabelecidas na Resolução Conjunta 910.

Em 17 de novembro de 2014 foi emitida a Resolução Conjunta ANA DAEE 1672, autorizando a retirada do “Volume Morto 2” dos reservatórios do Sistema Cantareira, estabelecendo novos limites mínimos para os reservatórios.

Mensalmente é emitido Comunicado Conjunto ANA/DAEE estabelecendo os limites de retirada de vazões do Sistema Cantareira.

A preocupação com a garantia de atendimento aos diversos segmentos usuários dos recursos hídricos, levou a ANA a propor regras e condições de restrição de uso para as captações de água em corpos d'água superficiais de domínio da União e dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. A proposta é que se estabeleçam estados das vazões para postos fluviométricos monitorados nas bacias PCJ, definindo os intervalos que serão classificados como Estado de Alerta e de Restrição.

A proposta foi discutida em reuniões com os usuários nos dias 01/10/14; 02/10/14; 18/12/14 e 19/12/14, recebendo várias contribuições.

G4-EN9

Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Indicador Ethos 42: Estágio 1 - Sem alterar seu padrão tecnológico, a empresa busca iniciativas para reduzir o consumo da água; respeita os limites de retirada estabelecidos pela legislação e outorgas, assim como cumpre os requisitos legais para destinação adequada dos efluentes.

Impactos da crise hídrica para os municípios da bacia do Piracicaba

Os baixos volumes registrados no Sistema Cantareira obrigaram os municípios a se mobilizarem para permitir o atendimento aos munícipes.

Já no mês de fevereiro as cidades de Vinhedo, Valinhos, Cosmópolis, São Pedro e Santo Antônio de Posse iniciaram programas de racionamento de água.

Preocupados com a situação, os municípios iniciaram campanhas de comunicação para sensibilizar a população a economizar água, sendo que alguns deles estabeleceram mecanismos para penalizar o desperdício, tais como Campinas, Valinhos e Pedreira.

A situação se agravou ao longo do ano, com a redução do volume de água nos rios. No mês de julho foi alterado o tradicional passeio pelo rio Piracicaba; o baixo nível do rio impossibilitou a viagem de barcos a partir da rua do Porto.

São Pedro, cidade conhecida pelos pontos turísticos, com diversas cachoeiras e quedas d'água, sofreu com a redução de água, aliada ao esquema de racionamento imposto para os moradores.

Iniciativas para captações alternativas de água foram intensificadas em toda a região. O município de Nova Odessa passou a captar água de uma nascente para a irrigação de canteiros da cidade, com o objetivo de minimizar o impacto da grande estiagem, em

consonância com o programa de racionamento.

Algumas cidades que contavam com reservatórios próprios também sofreram as consequências da severa estiagem. Santa Bárbara, Sumaré e Nova Odessa tiveram queda significativa do volume de suas represas já no mês de julho.

Os municípios iniciaram uma série de trabalhos para otimizar seus sistemas, com execução de obras para redução de perdas físicas; construção de piscinões, em Hortolândia; despoluição do rio Jundiá, para atender aos municípios de Várzea Paulista e Indaiatuba, entre outras ações.

A preocupação não somente com a quantidade de água nos rios, mas também com a qualidade da água bruta captada obrigou os serviços de saneamento a reverem suas unidades de tratamento, ampliando os estoques de insumos necessários para a garantia da qualidade da água distribuída. Ao longo do ano foram registradas ocorrências de mortandade de peixes no rio Piracicaba, de coloração esverdeada e de espuma branca em trechos de rios da região, resultante da baixa vazão e alta concentração de poluentes no rio.

No mês de outubro, no auge da crise, 11 municípios da região registravam problemas no abastecimento: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Bárbara, Salto, Saltinho, Valinhos e Vinhedo.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Indicador Ethos 39: Estágio 2 - A empresa participa ativamente de iniciativas do poder público relacionadas a sua estratégia, e se adequa rapidamente a novos acordos e regras ambientais. Também possui conhecimento das novas práticas, o que lhe permite implementar medidas de prevenção e mitigação dos impactos negativos.

Ações do município de Campinas para enfrentamento da crise Hídrica

Desde o início do ano o município de Campinas se mobilizou para enfrentar a crise hídrica. Entre as medidas adotadas, destaca-se a atuação junto aos Comitês das bacias PCJ no sentido de otimizar a operação de pequenas centrais hidrelétricas, solicitando paralisação da PCH de Salto Grande da CPFL.

O Prefeito Jonas Donizette e a Direção da SANASA manifestaram-se diversas vezes junto à Presidência da ANA e ao Governo do Estado de São Paulo, pleiteando o aumento da vazão descarregada pelo Sistema Cantareira para as bacias PCJ.

Também foi solicitada agilidade para a construção das represas Duas Pontes e Pedreira e do sistema adutor, com o objetivo de permitir maior autonomia para as bacias PCJ.

Preocupada com a escassez de recursos hídricos causada pela estiagem, a SANASA iniciou, em 29 de janeiro, um trabalho preventivo de desassoreamento do Rio Atibaia, na altura da captação, com a remoção de areia, lodo e entulhos. O serviço incluiu o aumento do enrocamento, com a colocação de pedras, com a finalidade de manter o nível de captação da água.

Com o objetivo de adequar e otimizar as plantas de tratamento foi implantado sistema de cloração auxiliar, para permitir o aumento da capacidade de dosagem. Além disso, a SANASA aumentou os estoques de produtos químicos, a fim de garantir a qualidade da água distribuída à população.

Em função do agravamento da situação hídrica no decorrer do ano, a SANASA preparou um plano de racionamento, identificando cenários de atendimento em função do nível de água dos rios, situação que somente ocorreria caso a demanda de consumo fosse superior à disponibilidade de captação. Durante o ano de 2014 não foi necessário instituir o programa de racionamento; entretanto, o monitoramento foi realizado diariamente e uma campanha de conscientização de uso da água foi veiculada por todos os meios de comunicação.

Foi aplicada a Lei Municipal nº11.965/2004, que

decreta período excepcional de estiagem proibindo o desperdício de água, sendo que o período de estiagem foi ampliado no ano de 2014 até o mês de novembro. A finalidade não era a aplicação de penalidades, mas de conscientizar a população para o uso racional da água. Assim, das 10.246 ocorrências registradas no período de 02 de fevereiro a 28 de novembro, 7.843 imóveis foram fiscalizados e apenas 92 notificados.

Em 2014 a SANASA assegurou junto aos Governos Federal e Estadual cinco projetos que totalizam recursos da ordem de R\$ 93 milhões, que serão aplicados em obras a partir de 2015. Uma dessas obras será a da ETE Boa Vista, que fará com que a SANASA atinja o índice de 100% de capacidade de tratamento de esgotos.

Além disso, a SANASA, em 2014, apresentou proposta ao Governo Federal de investimentos em Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário da ordem de R\$ 415,17 milhões, visando atender ao Plano 300%² de Universalização do Saneamento, além de melhorar a capacidade de reserva para abastecimento da população, auxiliando no enfrentamento da crise hídrica, e mais R\$ 505,05 milhões em obras de melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, que contribuirão para redução do índice de perdas na distribuição. Essas propostas, perfazendo um total de R\$ 920,22 milhões, serão analisadas pela Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades do Governo Federal, que deliberará sobre uma possível seleção do município de Campinas.

A situação vivenciada exigiu a revisão de todos os procedimentos de controle das unidades operacionais, constantes do Plano de Segurança da Água, com a reavaliação de procedimentos e pontos de controle. A avaliação dos novos procedimentos deverá se estender pelo ano de 2015.

Em 30 de maio de 2014 o Prefeito Jonas Donizette e o Presidente da SANASA apresentaram um pacote de 12 medidas de enfrentamento da crise hídrica, que são apresentadas de forma resumida a seguir.

² Plano 300% tem como objetivo atender 100% da população com abastecimento público, 100% com esgotamento sanitário e 100% com tratamento de esgoto.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Indicador Ethos 44: Estágio 1 - A empresa cumpre a legislação referente à proteção da biodiversidade e dos habitats naturais em terras próprias, arrendadas e/ou por ela administradas, e atende também às condicionantes estabelecidas por ocasião da concessão das licenças ambientais.

1. Plano Municipal de Recursos Hídricos – encontra-se em elaboração, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Verde e Desenvolvimento Sustentável, sendo que já foram realizados um *workshop* e sete oficinas.

2. Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares – foram definidas áreas piloto para recuperação de nascentes: Bairro rural “Pedra Branca” e APA Campinas. O Programa encontra-se em fase de elaboração de Termo de Referência para contratação dos trabalhos.

3. Política municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – Minuta do Projeto de Lei instituindo o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais e definindo os instrumentos de gestão e recursos financeiros para fomentar ações de recuperação e manutenção de bens ambientais estratégicos foi publicada, no Diário Oficial do Município, em 16/09/14, para consulta à população.

4. Regulamentação, no âmbito municipal, para

utilização da água de reúso - foi publicada em 4/08/14 a Resolução Conjunta SVDS/SMS 09/2014, que estabelece modalidades e critérios gerais para o reúso de água no município de Campinas.

5. Ampliação da substituição de redes de água, que hoje é de 70 km, para 140 km por ano – encontra-se em execução a substituição de 63,5 km de rede. Foi viabilizada, junto à CAIXA, a implantação de mais 56,7 km. Além destas, existe projeto elaborado para outros 169,4 km de redes a serem substituídas.

6. Convênio de parceria entre SANASA, Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública e Corpo de Bombeiros – estão em fase de instalação cinco reservatórios de 20 m³ para utilização de água de reúso nas atividades do Corpo de Bombeiros.

7. Comercialização de água de reúso - a SANASA está em fase de implantação de unidades de comercialização e distribuição de água de reúso a granel para consumidores de grandes volumes.



Princípio 9 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Indicador Ethos 42: Uso Sustentável de Recursos - Água, Estágio 1 - Sem alterar seu padrão tecnológico, a empresa busca iniciativas para reduzir o consumo da água; respeita os limites de retirada estabelecidos pela legislação e outorgas, assim como cumpre os requisitos legais para destinação adequada dos efluentes.

A SANASA está estudando o aproveitamento da água de reúso para o Sistema Capivari II e Anhumas:

a. Sistema Capivari II:

Em andamento a parceria com o Aeroporto Internacional de Viracopos, com a finalidade de levar 295 L/s de água tratada da Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) Capivari II, que opera com a tecnologia das membranas submersas filtrantes;

Encontra-se em fase de contratação projeto piloto para aproveitamento direto da água de reúso da EPAR Capivari II.

b. Sistema Anhumas:

Em fase de estudos projeto de Retrofit da ETE Anhumas, para aproveitamento da água de reúso, com finalidade de atendimento da região norte do município.

8. Ampliação de água bruta: foi contratada empresa para avaliar a viabilidade técnica e econômica de implantação de reservatório de água bruta, que permita autonomia para o município, caso a situação se agrave.

9. Monitoramento do rio Atibaia – foi estabelecida parceria com centro de tecnologia para monitoramento dos índices pluviométricos e de vazão do rio Atibaia em pontos de interesse da SANASA.

10. Fontes alternativas de água – elaborado projeto de Lei que regulamenta o consumo, a qualidade e a comercialização de água de fontes alternativas.

11. Ampliação dos reservatórios de água tratada:

a) 5 reservatórios em fase de licitação (11.000 m³): ETA DIC, João Erbolato, Nova Europa, San Conrado e São Vicente.

b) 18 reservatórios com recursos pleiteados junto ao PAC, totalizando 63.700 m³ de reservação.

12. Parceria entre a SANASA e a Secretaria Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável – estabelecido convênio de cooperação interinstitucional entre a SANASA e a Secretaria Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável para implementação de ações conjuntas relacionadas às políticas municipais de recursos hídricos, ao licenciamento básico e ações relacionadas ao meio ambiente.

ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Sistema de Tratamento de Água



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

G4-EN9

Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água

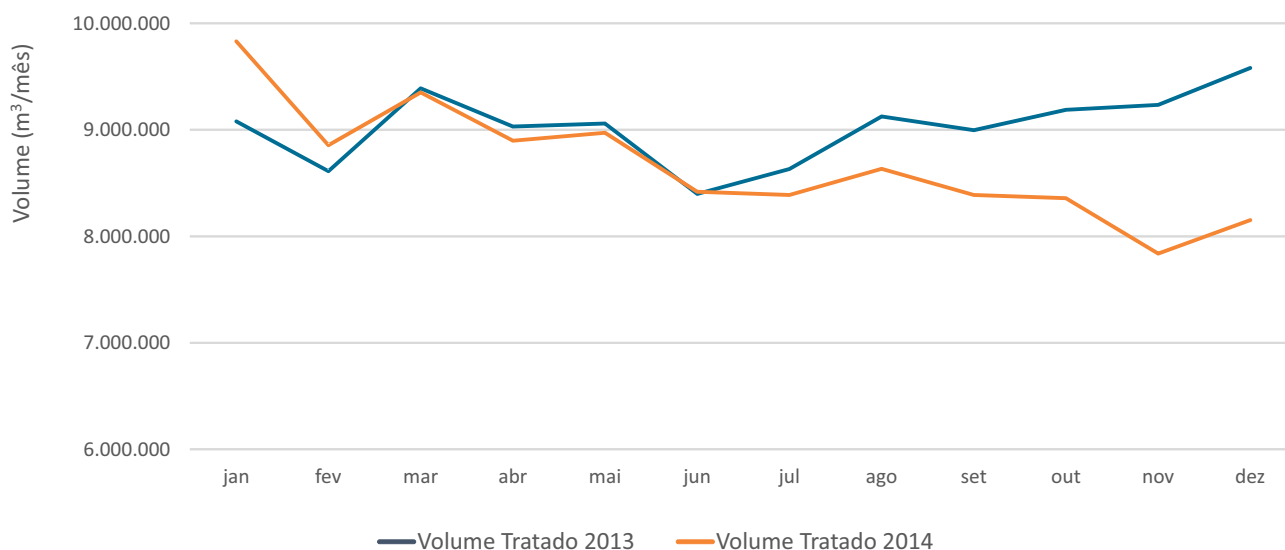
Sistema de Captação e Tratamento de Água

A grande estiagem refletiu significativamente nos volumes captados para atendimento à população. O principal manancial produtor para o município, o rio Atibaia, é responsável por 92,3% do abastecimento do município; o rio Capivari por 7,6%; e 0,1% provém

de um poço existente no Residencial Village Campinas.

A evolução dos volumes de tratamento é apresentada na figura a seguir.

Comparativo dos Volumes Tratados – 2013 e 2014



Verifica-se que o ano de 2014 foi totalmente atípico, nos meses de janeiro e fevereiro: os volumes tratados foram superiores aos verificados no ano de 2013 e permaneceram muito próximos até o mês de junho. A partir daí houve queda significativa, chegando aos meses de novembro e dezembro com redução do volume tratado superior a 15% em relação a 2013. Destaque-se que no período crítico (outubro/novembro) a redução de volume, em comparação ao começo do ano, foi de 20%.

As unidades de tratamento foram adequadas para possibilitar o tratamento da água captada, que apresentava concentração de poluentes acima da média.

Como exemplo, nas ETAs 1 e 2, a demanda de produtos químicos aumentou consideravelmente, sendo necessária a complementação de Cloro na forma de Hipoclorito de Sódio. Foi instalado um dosador/ejetor nas ETAs 1 e 2, com a finalidade de aumentar a capacidade de cloro na forma de gás. O aumento da demanda de cloro resultou no aumento do consumo de alcalinizante (Solução de Hidróxido de Cálcio). O sistema de lavagem de filtros da ETA Capivari foi otimizado, o que permitiu uma redução de 24% da perda na unidade, em comparação com o ano passado.

O quadro a seguir apresenta a evolução do consumo de produtos químicos entre 2011 e 2014.

Evolução do consumo de produtos químicos

PRODUTO QUÍMICO	2011	2012	2013	2014	Acréscimo/ Decréscimo em relação a 2013
CAL HIDRATADA	580.265	292.699	375.234	959.838	156%
CAL VIRGEM	1.195.127	929.508	1.013.316	2.269.511	124%
CLORO LÍQUIDO CILINDRO	522.785	430.565	545.227	1.200.678	120%
CLORO LÍQUIDO CARRETA	976.670	948.430	1.075.950	2.165.160	101%
HIPOCLORITO DE SÓDIO	-	-	-	503.625	100%
CARVÃO ATIVADO	27.233	18.304	68.025	394.696	480%
PAC	7.187.834	6.622.127	6.260.522	7.351.432	17%
SOLUÇÃO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	263.723	1.078.189	1.250.792	2.779.973	122%
SOLUÇÃO HIDRÓXIDO DE AMÔNIA	-	45.941	309.246	345.349	12%
ÁCIDO FLUOSSILÍCICO	364.357	373.657	370.851	332.503	-10%
AMÔNIA ANIDRA CILINDRO	41.194	42.387	44.256	32.090	-27%
AMÔNIA ANIDRA TANQUE	110.521	98.652	-	-	

Sistema de Distribuição de Água

O sistema de distribuição de água do município conta com 36 Centros de Reservação e Distribuição, 25 reservatórios elevados, 40 reservatórios semienterrados, enterrados ou apoiados, que permitem o abastecimento da população através de uma malha hidráulica de aproximadamente 4.558 km de extensão.

Esse sistema contempla 323.622 ligações de água e 477.336 economias.

Com a finalidade de manter a pressão da água dentro dos limites estabelecidos pelas normas, encontram-se instaladas 300 unidades de controle de pressão estrategicamente posicionadas.

Evolução das redes, ligações e economias atendidas com água, de 2010 a 2014

Redes/Ligações/ Economias de água	Anual				
	2010	2011	2012	2013	2014
Redes (km)	3.757	3.811	3.839	3.849	4.558
Ligações (nº)	273.185	285.139	300.282	310.426	323.622
Economias (nº)	424.828	436.493	452.905	463.785	477.336

O aumento em 18% na extensão das redes de água em 2014 foi provocado pela mudança de metodologia na apuração das informações, que em 2014 passou a ser obtida através do banco de dados

técnicos de cadastro. Esta nova metodologia de apuração apresenta resultados com maior precisão; portanto, o crescimento real foi de 27 km de rede de água.

Programa de Combate às Perdas de Água

A experiência bem sucedida, ao longo dos últimos 20 anos, apresenta um resultado totalmente favorável no aspecto sustentabilidade do Programa de Combate às Perdas de Água – PCPA.

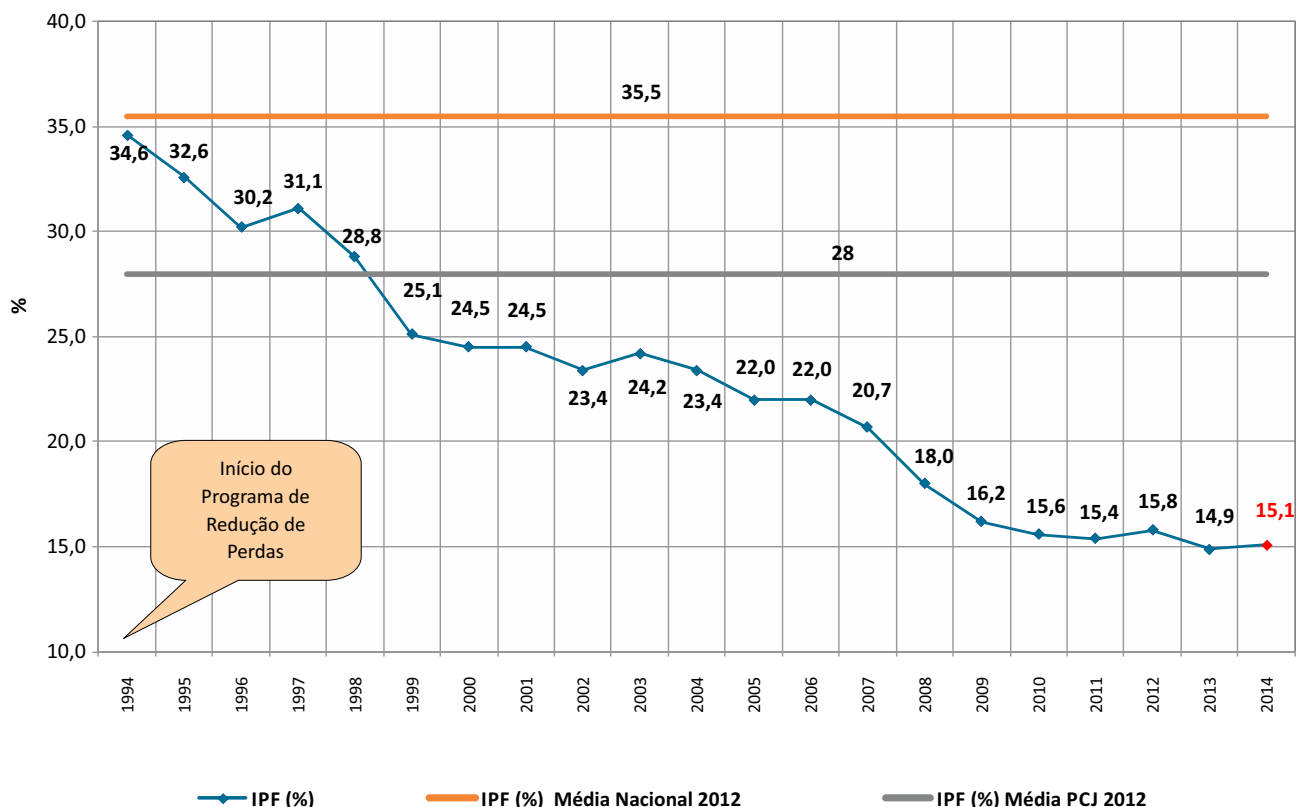
Resultados alcançados com o Programa de Controle de Perdas

	1994 - 2014
Eficiência do Sistema de Distribuição	62,3% - 78,4%
Índice de Perdas de Faturamento	34,6% - 15,07%
Volume de Água Economizado	403.050.000 m ³
Recurso Economizado	R\$ 771.559.000,00
Recurso Investido	R\$ 162.970.000,00
R\$ economizados – Recursos Investidos	R\$ 608.589.000,00

O índice alcançado no município de Campinas é menor do que as médias atingidas nas bacias PCJ e a média nacional, conforme demonstra o gráfico sobre Índice de Perdas de Faturamento.

Outro fato relevante do resultado positivo do programa foi a manutenção, ao longo dos últimos 20 anos, das vazões outorgadas junto ao DAEE, mesmo com o forte crescimento observado no município nesse período.

Evolução do Índice de Perdas de Faturamento



Atualmente a SANASA tem como maior desafio a manutenção do nível de perda alcançado, na busca do equilíbrio entre o custo operacional e o faturamento, como também praticar o uso racional dos recursos hídricos disponíveis, por meio do combate às perdas e melhoria da eficiência do sistema de água.

O monitoramento do Programa de Combate às Perdas é feito por meio dos seguintes indicadores:

• **ÍNDICE DE PERDAS DE FATURAMENTO - IPF:** Percentual do volume de água tratado e não faturado.

• **ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO - IPD:** Percentual do volume de água tratado e não consumido.

• **ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO - IH:** Percentual de ligações ativas com hidrômetros instalados e em funcionamento.

• **ÍNDICE DE DESEMPENHO DA MEDIÇÃO – IDM:** Percentual médio da eficiência metrológica dos hidrômetros.

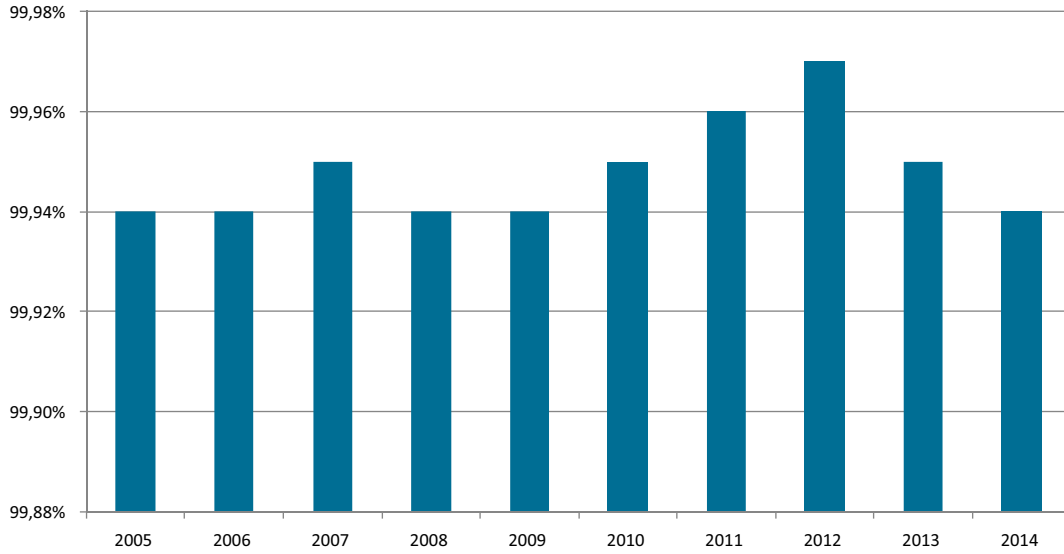
• **ÍNDICE DE MACROMEDIÇÃO - IM:** Percentual do volume de água produzido, apurado através de macromedidores instalados e em funcionamento.

• **ÍNDICE DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE ÁGUA - IMCA:** Quantidade de manutenções corretivas por tipo de material e por extensão de rede.

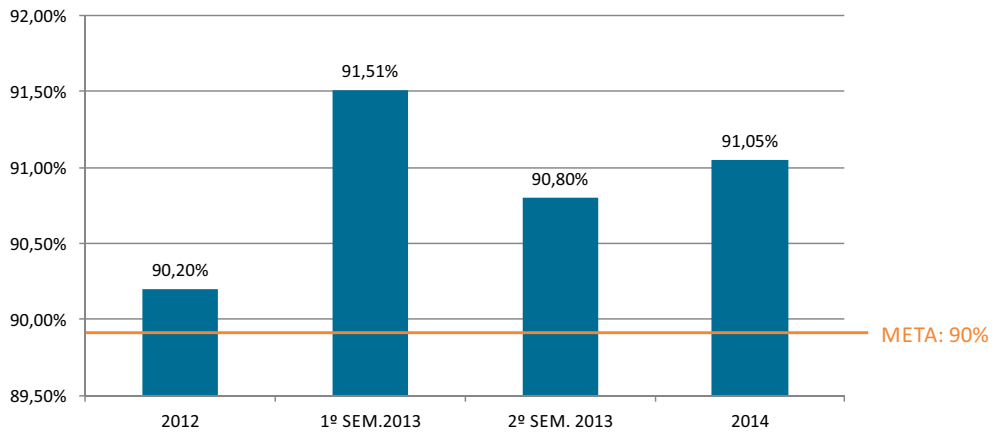
• **ÍNDICE DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS ENCONTRADOS POR QUILOMETRO:** Relação de vazamentos não visíveis encontrados, por quilômetro, em tubulações de redes e ramais de água. Indica a eficiência da metodologia empregada, quanto ao desempenho do conjunto funcionário/equipamento.

A seguir é demonstrada graficamente a evolução dos índices citados:

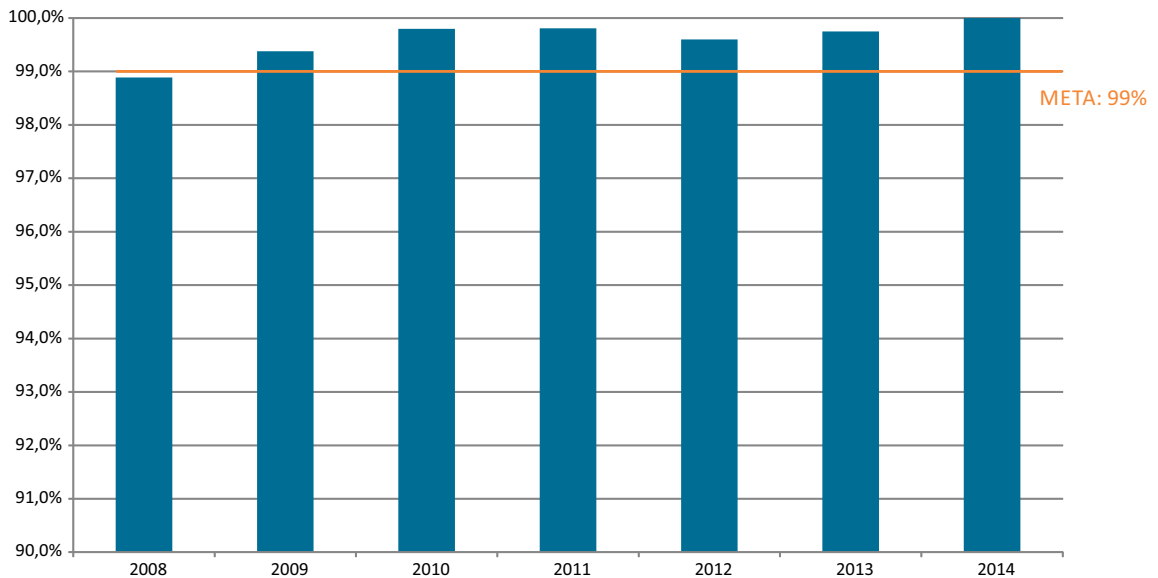
IH - Índice de Hidrometração



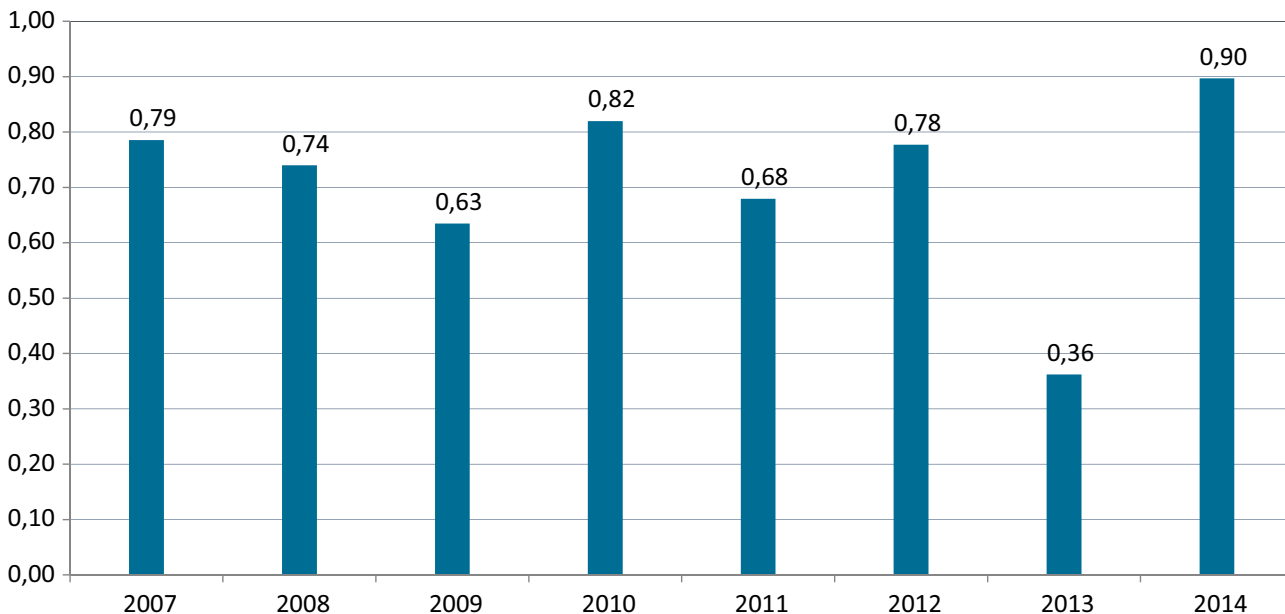
IDM - Índice de Desempenho da Micromedição



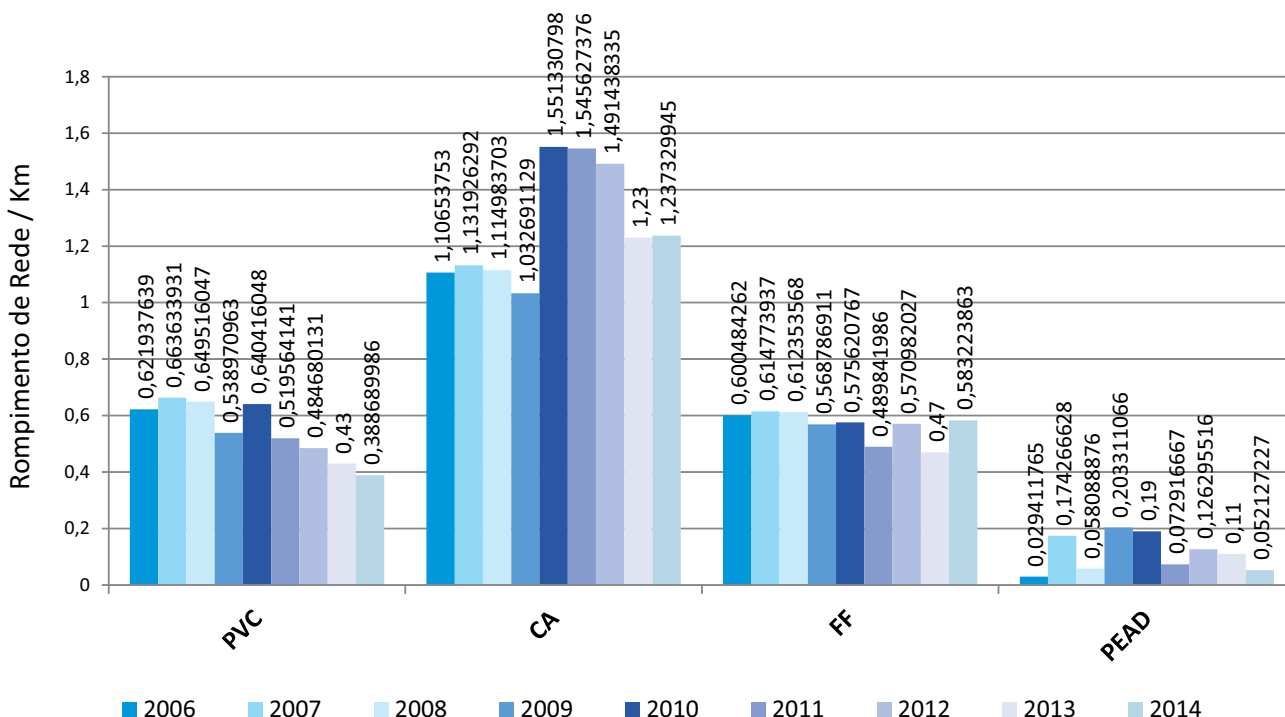
Índice de Macromedição - IM



Vazamentos encontrados por extensão de rede pesquisada (Km)



Comparativo das Manutenções na Rede de Água por Material



O gráfico evidencia que, ao longo dos últimos anos, a densidade de manutenções corretivas (vazamentos) por quilômetro, nas redes de cimento amianto - CA chega a ser até 300% maior do que a densidade dos materiais PVC e FF.

O Programa de Combate às Perdas acompanha a evolução tecnológica, em que se destacam as seguintes ações

Cadastro Técnico das Redes de Água em Banco de Dados

Em 2014 houve enorme avanço no processo de cadastramento das redes de água, devido a customização da ferramenta MapInfo Professional, com mão de obra interna. Essa customização atribuiu maior segurança e prevenção de erros comuns no processo de entrada de dados, bem como imprimiu maior agilidade aos editores gráficos da base cadastral digital.

Sistema de Medição Remota de Consumos – Telemetria

Em atendimento à diretriz do Projeto de Uso Racional da Água em Escolas Públicas – REÁGUA, foi adquirido pela SANASA um Sistema de Medição Remota – SMR, para monitoramento dos consumos de água das 100 escolas envolvidas no projeto.

Para monitoramento do consumo das 100 escolas foram necessários 118 pontos de medição, pois algumas escolas possuem mais de uma ligação de água.

O sistema consiste na instalação de um hidrômetro pré-equipado com saída de pulso, que é acoplado a um equipamento denominado transmissor universal, que capta os pulsos emitidos pelo medidor e libera um sinal de Rádio Frequência – RF. O sinal de RF é recebido diretamente por um equipamento chamado concentrador, que se comunica com o banco de dados da SANASA também através de sinais de RF; portanto não existe nenhum custo adicional para a transmissão dos dados de consumo.

O concentrador é um equipamento com capacidade para monitorar até 200.000 pontos de consumo. Porém possui alcance de 5 km de raio; portanto foram necessários oito concentradores para a cobertura da cidade de Campinas.

Caso o sinal de um transmissor não seja captado por um concentrador, existe a possibilidade da instalação de outro equipamento auxiliar, chamado de repetidor. Foram instalados 32 repetidores para captação dos dados de todas as escolas do projeto.

Os repetidores e os concentradores foram instalados estrategicamente em reservatórios elevados da

SANASA, pois estes estão localizados em pontos altos da cidade e já possuem sistema de automação, com transmissão dos dados ao Centro de Controle Operacional da SANASA; portanto, o SMR compartilha a mesma rede de RF existente na empresa.

Com a instalação desses equipamentos a SANASA passou a contar com uma macro infraestrutura de rede RF, também chamada de “nuvem”, que permite a expansão da telemetria a baixo custo, ou seja, o SMR adquirido para atender ao projeto REÁGUA trouxe um grande benefício à SANASA.

Na segunda seleção do Projeto de Uso Racional da Água em Escolas Públicas – REÁGUA, a SANASA foi contemplada com mais 100 escolas, para as quais foram adquiridos mais 100 pontos de monitoramento de consumo, além de 300 pontos para instalação em macromedidores e 200 pontos para grandes consumidores, que estão em fase de instalação.

Nessa nova licitação foram adquiridos 250 medidores com tecnologia de RF já incorporada ao equipamento, ou seja, trata-se de um hidrômetro que externamente não possui nenhum acessório e que se comunica diretamente com o concentrador, eliminando a necessidade do transmissor universal. Representa, portanto, economia e praticidade na implantação.

Sistema Automático de Controle e Otimização de Pressão em Estrutura de Controle

O objetivo do sistema é implantar o monitoramento e controle nas válvulas redutoras de pressão, de forma a trabalhar com as mínimas pressões necessárias ao sistema de abastecimento sob sua influência.

Eliminando o excesso de pressão nas áreas das Válvulas Redutoras de Pressão – VRPs, os resultados alcançados são a redução de vazamentos, arrebentamentos e, conseqüentemente, a diminuição dos custos operacionais com reparos, além de aumentar a vida útil das redes, ligações de água e dos hidrômetros, postergando assim o investimento na renovação da infraestrutura (troca das redes).

A implantação do Sistema Automático de Controle e

Otimização de Pressão mantém no ponto crítico a pressão estável em função do consumo do setor, garantindo que exista disponibilidade de pressão nas horas de alto e baixo consumo. Com a redução de sua flutuação diminui a fadiga e estende a vida útil das redes por muito mais tempo. Trabalha com as mínimas pressões que atendem a demanda e sua sazonalidade. A programação das datas e horários no setor de influência da VRP – Válvula Redutora de Pressão é feita remotamente, sem necessidade de deslocamentos de equipes e manobras no sistema.

A vantagem na implantação desse sistema é a disponibilização dos dados “online”, resultando na excelência nos níveis de serviços prestados aos consumidores e na redução dos custos operacionais.

Em 2014 foram adquiridos 10 Sistemas Automáticos de Controle e Otimização de Pressão em Estrutura de Controle.

Sistema de Medição Remota – SMR Macromedição

O Sistema de Medição Remota permite a aquisição de dados “online” de vazão/volume nos macromedidores instalados em campo, distribuídos em todo o município de Campinas, transmitidos via rádio frequência.

Inicialmente o sistema foi implementado em escolas através do projeto Reágua, onde foi montada a macro-infraestrutura necessária, sendo também utilizada para essa aplicação.

Com os dados recebidos do sistema SMR é possível aprimorar a gestão da medição do parque de macromedidores, agilizando ações preventivas e corretivas.

As informações são disponibilizadas para todos os setores da empresa envolvidos no processo, como por exemplo: Planejamento e Projetos, Manutenção, Operação e etc.

Em 2014 foram adquiridos 258 equipamentos, que estão em fase de instalação e monitoramento.

Uso de ferramenta de análise de comportamento do consumo

Além de promover o desenvolvimento tecnológico de suas unidades, a SANASA incentiva o trabalho científico de seus técnicos. Em 1997, iniciou o desenvolvimento de um software com a finalidade de monitorar os hidrômetros instalados nas ligações de água, pois havia na época grande dificuldade para

identificar os medidores que estavam com problemas, fato que gerava desperdício de recursos e perdas de faturamento.

Aliando a experiência em saneamento dos funcionários da SANASA com a prestação de serviço de um profissional especialista em informática e estatística, foi possível desenvolver uma importante ferramenta para gestão do parque de medidores, que permitiu a implantação da Manutenção Preditiva de Hidrômetros e contribuiu diretamente para a redução do índice de perdas de água nos últimos anos.

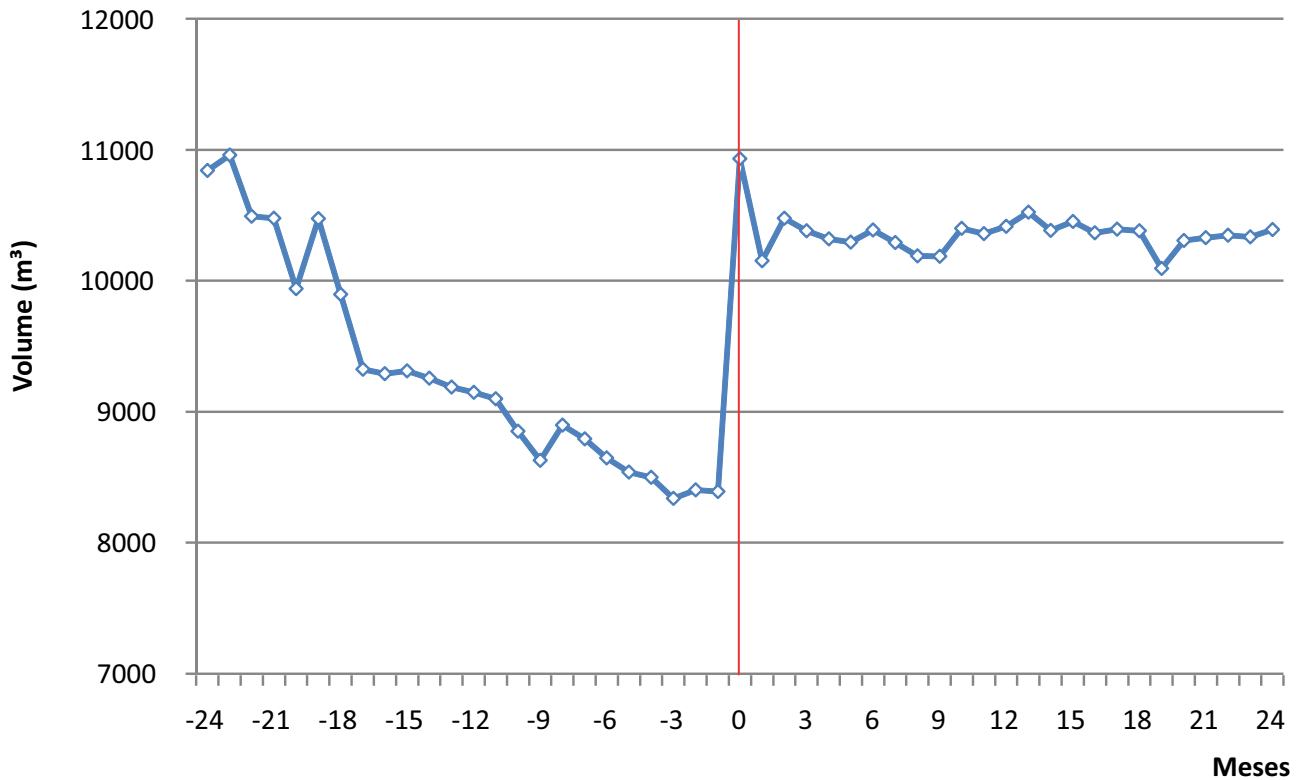
A ferramenta, pioneira no Brasil, utiliza o banco de dados histórico da SANASA, com informações de consumo desde 1992, para traçar uma reta normalizada por regressão linear, cuja inclinação indica a tendência de redução ou elevação na média de consumo dos hidrômetros. Assim é possível identificar com segurança os medidores com problema e priorizar as ações preditivas.

O *software* também é utilizado para seleção de ligações de água com suspeita de irregularidades, visando à realização de inspeção em campo, além de calcular os prejuízos causados nas fraudes e analisar os resultados obtidos nas substituições de medidores.

As substituições de hidrômetros realizadas utilizando o software em questão apresentam os melhores resultados, com retorno do investimento em menos de um ano, comprovando a eficiência do método científico adotado. A figura a seguir apresenta um gráfico com os resultados das substituições de hidrômetros realizadas em 1998, ano de implantação do *software*. No quadrante da esquerda é indicada a somatória de consumo dos últimos 24 meses anteriores às trocas e no quadrante da direita a somatória de consumo dos 24 meses posteriores às intervenções realizadas.

É possível verificar que existia uma tendência de redução nos consumos e após as trocas houve uma importante elevação, representando redução de perdas; recuperação de faturamento; melhoria da qualidade da medição; maior eficiência na gestão dos medidores.

Desde 1998 são realizadas substituições de hidrômetros pelo critério de Manutenção Preditiva, e o software “Sistema de Análise de Hidrômetros” é ferramenta indispensável para a gestão dos medidores instalados. Os resultados alcançados com a substituição de hidrômetros são apresentados na figura a seguir.



SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Sistema de Tratamento de Esgotos

Com a finalidade de reverter o quadro crítico de saneamento, a SANASA vem intensificando a implantação de unidades de tratamento. Hoje, o município conta com 24 estações de tratamento implantadas. Algumas delas foram construídas para

atendimento exclusivo a novos loteamentos e deverão ser desativadas ao longo dos anos, com a entrada em operação das estações previstas, em especial a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II, em execução.

Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs em operação

BACIA ATIBAIA

1. ETE Anhumas
2. ETE Barão Geraldo
3. ETE Terras do Barão
4. ETE Alphaville
5. ETE Samambaia
6. ETE Arboreto Jequitibás
7. ETE Bosque das Palmeiras
8. ETE Sousas (início de operação 2013)

BACIA QUILOMBO

1. ETE CIATEC
2. ETE Vó Pureza (Santa Mônica)
3. ETE Vila Réggio
4. ETE Mirassol
5. ETE Campo Florido
6. ETE Takanos

BACIA CAPIVARI

1. ETE Piçarrão
2. ETE Capivari I
3. EPAR – Estação de Produção de Água de Reúso Capivari
4. ETE Icaraí
5. ETE Eldorado
6. ETE Hospital Ouro Verde
7. ETE São Luis
8. ETE Novo Bandeirante
9. ETE Santa Lúcia
10. ETE Abaeté

Obs: A ETE Taxanos foi iniciada em meados de 2014 e está em fase de pré-operação.

O monitoramento das ETEs é realizado através de amostragem e análises periódicas, a fim de acompanhar os parâmetros operacionais e a eficiência de cada unidade.

Também são realizadas manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos para garantir o adequado funcionamento das unidades.

O sistema de coleta e reversão de esgoto para as ETEs conta com 81 Estações Elevatórias de Esgoto – EEE que visam destinar o esgoto localizado em cotas baixas para localidades mais elevadas, otimizando os sistemas de esgotamento sanitário existentes.

O CCOE - Central de Controle Operacional de EEE monitora as unidades interligadas ao sistema à distância e permite verificar o nível do poço de sucção, vazão de recalque, status de funcionamento dos equipamentos, status do sistema de potência, alarme de extravasamento de esgoto garantindo maior eficiência do sistema. Atualmente, 38 (trinta e oito) EEE estão interligadas ao CCOE e há um cronograma para que, ao longo do tempo, todas as unidades sejam conectadas ao sistema.

A SANASA firmou uma parceria, em 2014, com o Ministério das Cidades para participação do projeto PROBIOGÁS - Projeto Brasil - Alemanha de Aproveitamento Energético do Biogás no Brasil.

O projeto tem iniciativa do governo alemão, que atualmente é referência no reaproveitamento do biogás, e visa transferir conhecimento e tecnologia, além de aprofundar os estudos relativos ao potencial

de geração de biogás de reatores anaeróbios, utilizados em larga escala no Brasil no tratamento de esgoto.

Em 2014, a SANASA participou de um treinamento internacional realizado na Alemanha, com o intuito de ampliar os conhecimentos quanto ao aproveitamento do biogás e elaborar um treinamento para operadores de estações de tratamento de esgoto.

A SANASA também colabora para a elaboração de um guia técnico para aproveitamento de biogás a partir de reatores anaeróbios e está participando de um projeto de pesquisa que visa acompanhar a geração de biogás por um período de tempo, além de estudar sua produção em um UASB – reator anaeróbio de fluxo ascendente.

A Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Piçarrão, que possui como concepção UASB seguido de Tanque de Aeração, seguido de Decantadores, e opera desde 2005, foi selecionada juntamente com outras 09 ETEs no Brasil para participar de um projeto de pesquisa, além de estudar possibilidades de reaproveitamento desse subproduto.

Atualmente, a SANASA está na fase de estudo da geração de biogás, correlacionando fatores intervenientes ao sistema e irá averiguar, ao final do processo, o potencial energético da ETE, além de possibilitar maior amplitude de conhecimento sobre o tema, produzindo dados e material que podem auxiliar nos processos decisórios e na implantação de novas tecnologias para geração de energia a partir do biogás.

G4-EN10

Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.



Princípio 9 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Água de Reúso

No município de Campinas, a água de reúso poderá ser utilizada desde que atenda aos requisitos da Resolução Municipal conjunta SVDS/SMS nº 09/2014 de 04/08/2014.

A água de reúso produzida na EPAR Capivari II enquadra-se na Classe A de acordo com a referida resolução, o que permite seu uso e comercialização para diversos fins.

A demanda pela água de reúso apresentou crescimento em meados de 2014, em decorrência da ampla divulgação de disponibilidade desse recurso e da segurança em sua utilização. Aliada à crise hídrica existente em Campinas e em grande parte do Brasil, a utilização dessa solução apresenta atualmente tendência de crescimento.

Produção de Água de Reúso na EPAR – Capivari II

Água de reúso	Volume (m ³)			
	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Gerado	145.690	157.260	173.585	189.544
Lançado	143.869	154.000	171.743	187.705

Destino da Água de Reúso comercializada

Usos predominantes	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Construção civil	68%	45%	29%	7%
Irrigação Paisagística	27%	46%	39%	68%
Lavagem de espaços públicos	4%	7%	21%	17%
Desobstrução de redes e galerias	1%	1%	11%	3%
Corpo de Bombeiros	-	1%	-	-
Lavagem de veículos	-	-	-	5%

A SANASA possui e opera a Estação de Produção de Água de Reúso - EPAR Capivari II, que utiliza o processo de membranas filtrantes – UF há aproximadamente três anos. A experiência tem demonstrado ser um processo com estabilidade e altíssima qualidade de água de reúso.

É importante enfatizar que com a tecnologia de tratamento adotada na EPAR, o MBR – Membrane Bio Reactor, concebido com membranas filtrantes com porosidade nominal de 0,04 µm, e que se constitui em processo avançado de tratamento de esgoto, a qualidade obtida no produto final, água de reúso, é muito superior à obtida em outros processos de tratamento de esgoto convencionais.

Mas a SANASA, como empresa de saneamento, reconhecida pela qualidade dos serviços prestados, e sempre buscando o melhor para Campinas e sua população, entende que a água além de ser potável deve ser segura, necessitando de estudos complementares. Portanto, em parceria com o

CIRRA – Centro Internacional de Reúso de Águas, vinculado à USP – Universidade São Paulo, onde estão os principais pesquisadores na área de tratamento e reúso de águas, realizará estudos mais aprofundados visando obter subsídios para a definição de processos que complementarão o sistema de tratamento da EPAR Capivari II, como forma de obter barreiras de tratamento em série, que assegurem a qualidade da água distribuída à população de Campinas.

Esses estudos serão realizados com a água produzida na EPAR, ou seja, utilizando fontes reais. As definições serão baseadas no monitoramento da qualidade da água tratada. Para tanto, serão verificadas na água final produzida a presença de substâncias tóxicas, mutanogênicas, hormônios, vírus, além dos parâmetros de potabilidade e de qualidade das águas superficiais.

Estes estudos devem durar aproximadamente nove meses, a partir da autorização para o seu início, o que deve ocorrer no 1º trimestre de 2015.

Sistema de Coleta e Transporte de Esgotos

O sistema de coleta e transporte de esgotos do município conta com uma rede de 4.250,76 km, que atende ao total de 288.520 ligações e 423.350 economias, com índice de atendimento de 89,19% da população de Campinas.

Evolução das redes, ligações e economias atendidas com esgotamento sanitário de 2010 a 2014

Redes/Ligações/Economias de esgoto	Ano				
	2010	2011	2012	2013	2014
Redes (km)	3.439,92	3.476,13	3.506,11	3.554,23	4.250,76
Ligações (nº)	234.075	244.712	260.787	272.168	288.520
Economias (nº)	366.046	376.840	394.335	406.220	423.350

O aumento de 19,6% na extensão das redes de esgoto em 2014 foi provocado pela mudança de metodologia na apuração das informações, que em 2014 passaram a ser calculadas através da ferramenta Mapinfo Professional do SIG – Sistema de Informação Geográfica, que apresenta maior precisão na apuração das extensões, sendo que efetivamente em 2014 foram executados 37 km de redes.

O sistema de reversão de esgotos objetiva a transferência dos esgotos a partir de um ponto para outro de cota normalmente mais elevada e a transposição de bacias de esgotamento naturais, visando às interligações de áreas, para a implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário e de Tratamento de Esgotos.

Utilização de ferramentas de SIG e de Indicadores de Desempenho para análise e diagnóstico dos sistemas de esgotamento sanitário

Para análise da eficiência e diagnóstico dos sistemas de esgotamento de Campinas utilizam-se as informações técnicas, operacionais, comerciais e financeiras geoprocessadas em Sistema de Informação Geográfica – SIG no software MapInfo, relativas aos sistemas de esgotamento, onde então são formatadas em indicadores de desempenho.

Por meio da plataforma MapInfo são desenhados os limites de cada sistema de esgotamento, que são traçados em função das áreas planejadas de

atendimento de esgoto nas bacias. Também são desenhadas as áreas de contribuição de esgotamento de cada sistema, sendo sua abrangência definida, visualmente, pelo alcance das redes coletoras e de afastamento de esgoto, que estão conectadas às Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

Essa área é utilizada para a gestão de diversas informações, inclusive para definição dos consumidores que são atendidos com o serviço de tratamento de esgoto.

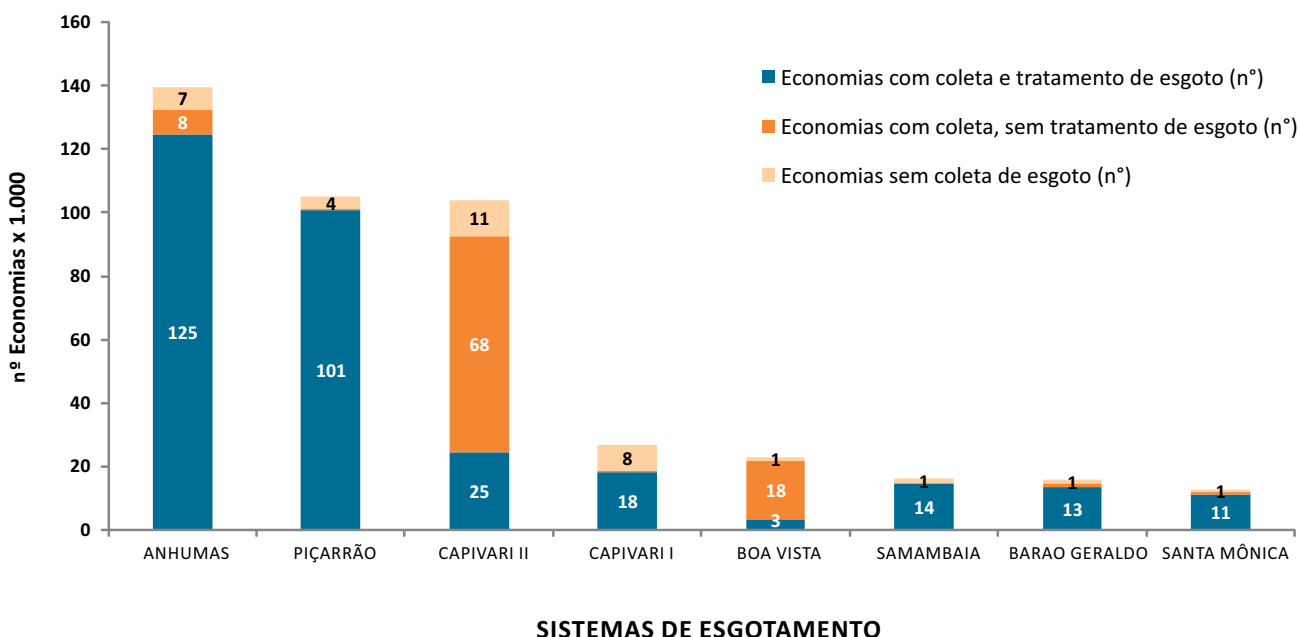
Índices de Atendimento dos Serviços de Esgoto por Sistemas

Em 2014, os principais sistemas de esgotamento apresentaram os índices de atendimento dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, conforme gráficos a seguir, tendo como referência o número de economias atendidas para o mês de outubro de 2014.

No primeiro gráfico é mostrado o quantitativo de atendimento, considerando o número de economias por sistemas, em que: Economias com

coleta, sem tratamento de esgoto, representam a fatia dos consumidores para a qual falta somente interligar no tratamento de esgoto; Economias sem coleta são relativas aos consumidores que necessitam de atendimento de coleta e tratamento de esgoto; e as Economias com coleta e tratamento de esgoto referem-se àqueles consumidores atendidos plenamente com os serviços. A somatória desses grupos perfaz o número total de economias dos sistemas.

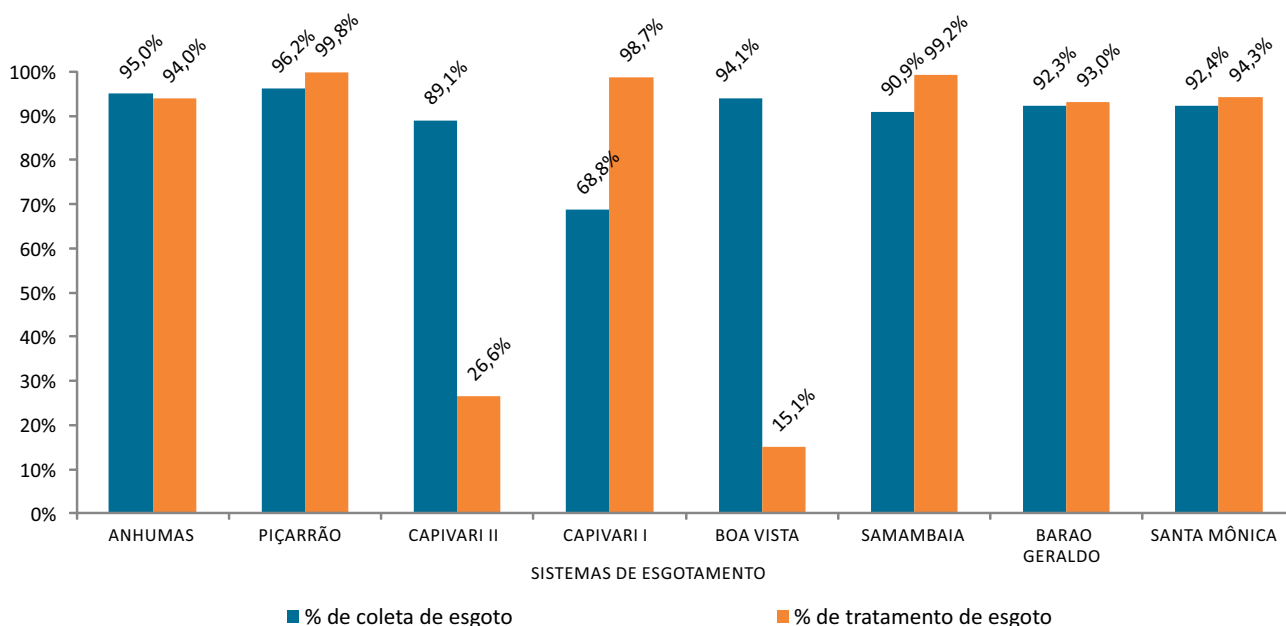
Atendimento dos Serviços de Esgoto por Economias



No próximo gráfico são apresentados os índices percentuais de coleta e tratamento de esgoto, sendo que o índice de coleta trata da relação percentual entre o número de economias com ligações de esgoto, e o número de economias com ligações de

água e de esgoto. Já o índice de tratamento é calculado em função do esgoto que é coletado, ou seja, é a relação percentual entre o número de economias com ligações de esgoto conectadas à ETE e o número de economias com ligações de esgoto.

Índices de Coleta e Tratamento de Esgoto por Economias



Índice de retorno de esgoto e infiltrações

A SANASA formata e monitora mensalmente o Índice de retorno de esgoto e infiltrações (IREI) para cada sistema de esgotamento. Esse indicador trata da relação do volume de esgoto medido na entrada da ETE e do volume disponibilizado de água aos consumidores dentro da área de contribuição de esgoto do sistema. Tem como objetivo identificar

comportamentos fora dos padrões projetados e diagnosticar a sua causa, como por exemplo: infiltrações de águas subterrâneas provenientes de lençol freático e também lançamento de água pluvial às redes de esgoto, rompimentos/vazamentos de redes e emissários, entrada de novos consumidores contribuintes no sistema etc.

Índice de consumo de energia elétrica (ICEE) – Kwh/m³

O ICEE trata da relação entre o consumo de energia elétrica nas ETEs e volume de esgoto tratado nas mesmas, sendo formatado e analisado mensalmente para cada sistema de esgotamento.

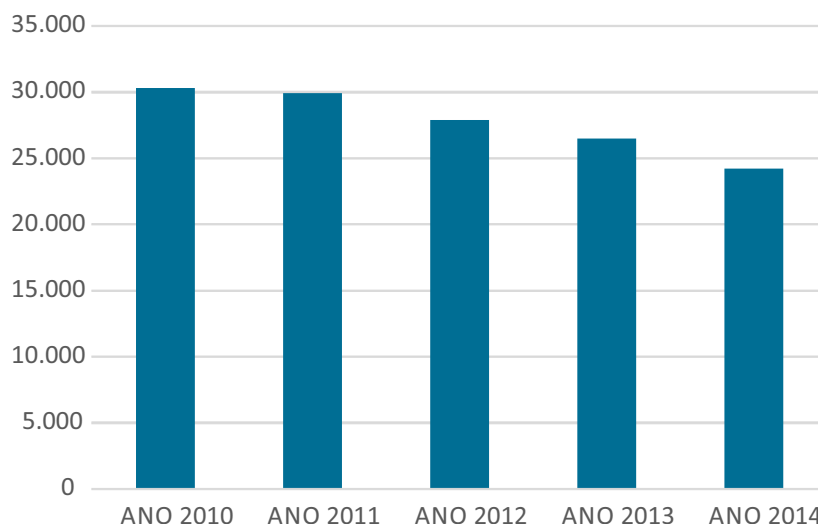
Através da análise do indicador é possível identificar: erros de medição do volume de esgoto tratado, o início ou parada de funcionamento de equipamentos nas ETEs etc.

Número de Manutenções Corretivas de Esgoto

A SANASA monitora mensalmente e anualmente a quantidade de manutenções corretivas nos sistemas de esgotamento, a fim de avaliar as condições de funcionamento dos processos e detectar oportunidades de melhoria.

O gráfico abaixo mostra o quantitativo anual das manutenções corretivas nas redes coletoras de esgoto, que foram realizadas entre os anos de 2010 até 2014. Percebe-se uma melhora no indicador ao longo do período analisado.

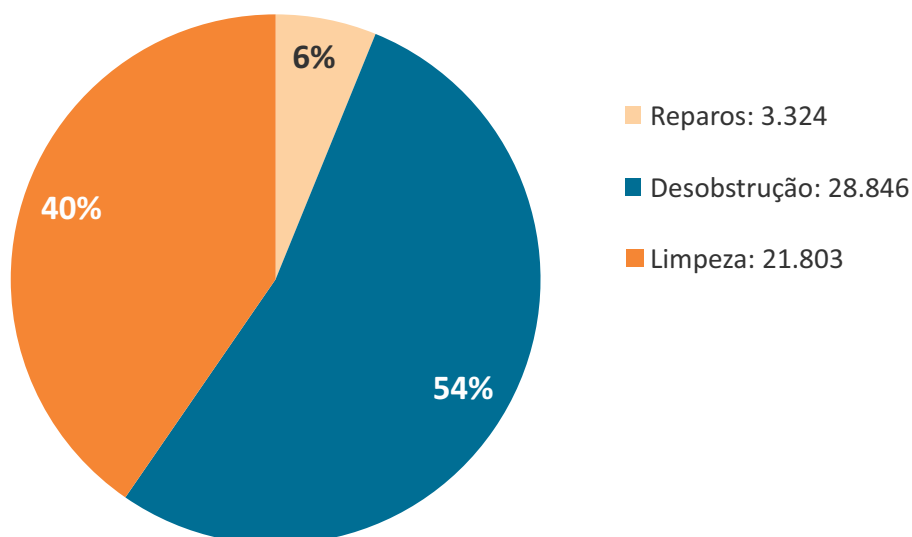
Manutenções Corretivas de Esgoto de Campinas



O gráfico abaixo mostra a distribuição percentual dos tipos de serviços realizados relativos às manutenções corretivas de esgoto que ocorreram em 2014. Observa-se que cada manutenção pode

abranjer até seis serviços de correção na infraestrutura de esgotamento. Percebe-se que grande parte dos serviços é de desobstrução e de limpeza das redes, somando 94% do total.

Total de Serviços Realizados em 2014: 53.973



Índice de manutenções corretivas de esgoto - IMCE

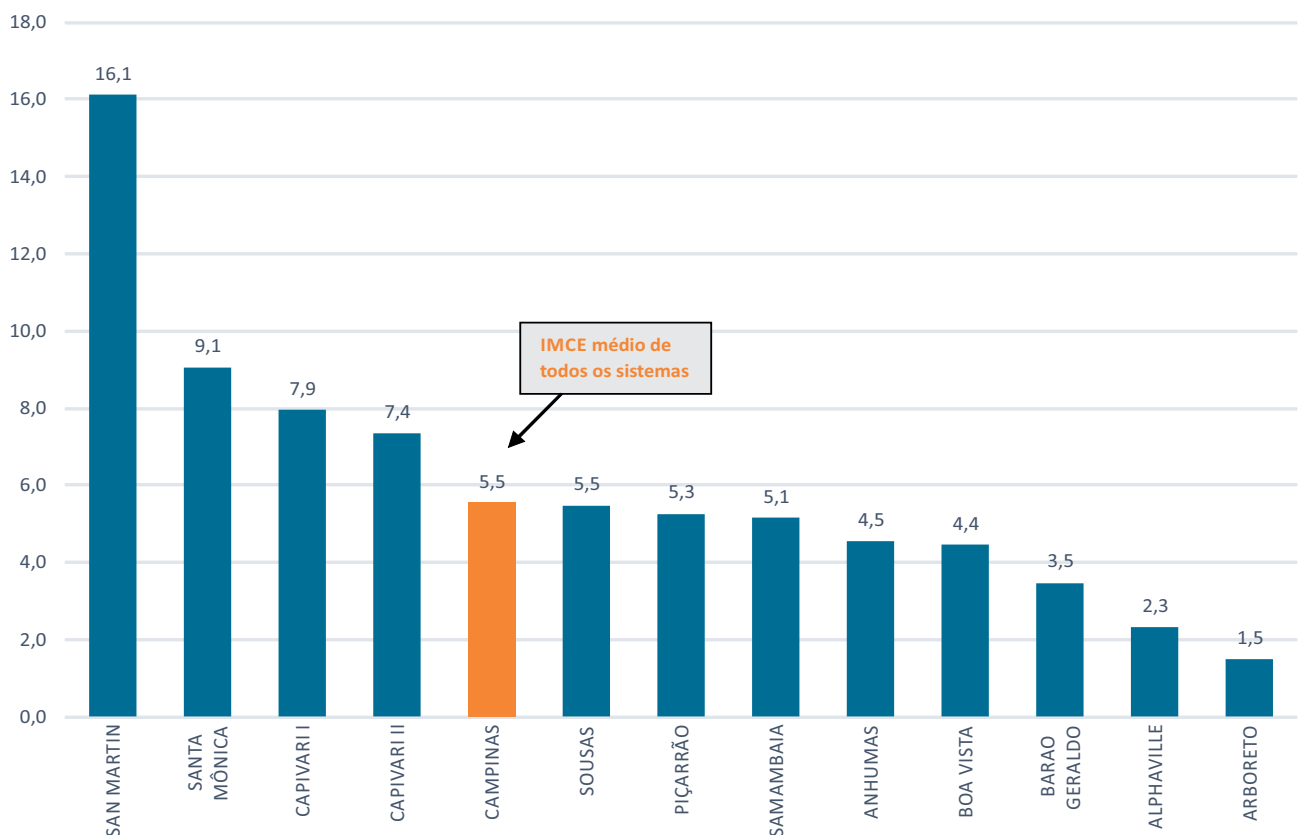
Anualmente calcula-se o IMCE, que trata da relação do número de manutenções corretivas de esgoto no ano, pela somatória das extensões de redes de esgoto dos sistemas calculada em quilômetros.

A análise e o monitoramento desse indicador permitem avaliar a eficácia e eficiência das manutenções corretivas efetuadas nas redes coletoras, bem como o apontamento de sistemas

mais deficitários.

O gráfico abaixo mostra o IMCE por sistemas de esgotamento do ano de 2014, em que é possível comparar e selecionar os sistemas com maiores valores de IMCE, permitindo o direcionamento das ações corretivas para os sistemas selecionados. A barra em vermelho trata-se do IMCE calculado para o Sistema de Esgotamento de Campinas.

Índice de Manutenções Corretivas de Esgoto (IMCE) dos Sistemas de Esgotamento



Análise do desempenho operacional do sistema coletor de esgoto

Com o objetivo de gerenciar o funcionamento adequado dos coletores de esgoto em nível mais detalhado, a SANASA realiza análise do desempenho operacional das redes coletoras por logradouros, através da aplicação do indicador IMCE.

O excesso de manutenções corretivas em determinados trechos de rede indica a ocorrência frequente de problemas operacionais, tais como: obstruções, vazamentos, arriamentos etc., que podem ser causados por diversos fatores, tais como: baixa declividade do trecho de rede, água pluvial nas redes, uso inadequado dos coletores, idade dos materiais, tipo de material da tubulação, alteração do regime hidráulico projetado etc.

Assim como as redes coletoras, as manutenções corretivas são georeferenciadas na plataforma Mapinfo, onde é feita a soma das manutenções e das extensões de rede por logradouro, sendo então calculado seu IMCE. Em seguida selecionam-se os logradouros com maior IMCE para análise e diagnóstico dos problemas operacionais recorrentes na sua rede.

Após o diagnóstico do problema são tomadas ações corretivas na rede do logradouro.

A tabela a seguir apresenta possíveis diagnósticos encontrados e posteriores ações corretivas ou melhorias sugeridas.

Diagnóstico	Ações
Uso inadequado dos ramais, redes e inspeções sanitárias pelos consumidores contribuintes	Educação e conscientização dos consumidores contribuintes para o uso adequado da infraestrutura sanitária
Excesso de obstruções e vazamentos por baixas declividades do trecho	Elaboração de projeto para substituição ou remanejamento da rede, ou outra alternativa técnica viável
Águas pluviais, e/ou excesso de gordura nas redes	Inspeção nas tubulações por filmagem e vistoria das residências com posterior notificação para regularização

Ações Permanentes para Garantia da Eficiência do Sistema de Esgoto

A SANASA vem trabalhando com o objetivo de garantir a eficiência do Sistema de Esgotamento Sanitário. Para tanto, são realizadas ações que têm como objetivo analisar as instalações prediais de água e esgoto dos imóveis residenciais, públicos, comerciais e industriais, a fim de constatar se estão conformes com as normas da SANASA e legislações pertinentes, bem como verificar as condições de funcionamento das redes coletoras públicas de esgoto, assegurando, dessa forma, a operacionalidade recomendada aos sistemas de água e esgoto.

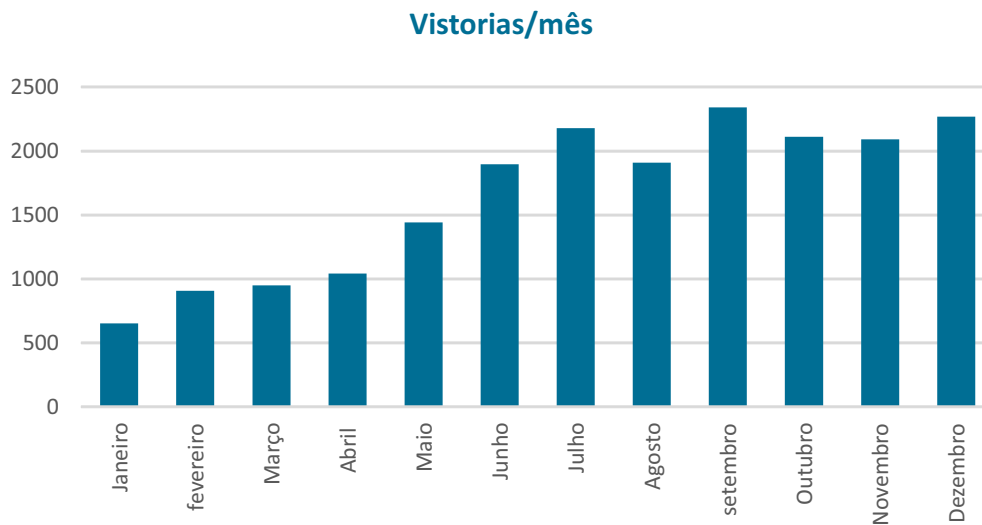
Para atingir o objetivo são adotados os seguintes procedimentos:

- Analisar previamente as áreas a serem vistoriadas em campo, verificando as ocorrências de manutenção de redes e ligações de esgoto, e solicitações provenientes de terceiros;
- Inspeccionar a infraestrutura de ligações e redes de esgoto externas aos imóveis, para verificar a conformidade visando ao afastamento do esgoto até o tratamento;
- Vistoriar imóveis não cadastrados no sistema público de esgoto, que tenham rede coletora de esgoto disponível, e avaliar a condição técnica para efetivação da ligação de esgoto, conforme normas pertinentes e estudo topográfico do local, visando à regularização e cobrança de esgoto, proteção da saúde pública e preservação do meio ambiente;
- Vistoriar as instalações de esgoto internas aos imóveis, verificando possíveis não conformidades, tais como: lançamentos indevidos de águas pluviais no esgoto; de água servida a céu aberto; de esgoto em galeria pluvial; irregularidades quanto a caixas de gordura e caixas de retenção de óleo e areia;
- Vistoriar imóveis para regularização de ligações clandestinas de esgoto, e emitir relatório para cobrança;

- Verificar as instalações prediais de esgoto e de água dos imóveis, em novos loteamentos, para embasar os Termos de Confissão de Dívida de Água e Esgoto;
- Inspeccionar as ligações e redes coletoras públicas de esgoto, em locais onde há grande incidência de manutenções corretivas;
- Analisar o resultado da inspeção nas ligações e redes de esgoto e, sendo evidenciada não conformidade, emitir relatório e encaminhar para limpeza; manutenção; substituição e/ou orientação aos usuários;
- Inspeccionar as instalações de água internas aos imóveis, verificando possíveis não conformidades tais como: divergência entre o projeto hidráulico e a implantação; reservação/bombeamento; dispositivo de quebra de pressão; padrão da ligação de água; existência de fonte alternativa de abastecimento de água não cadastrada na SANASA;
- Inspeccionar as instalações hidrossanitárias internas aos imóveis, para comprovar o atendimento ou necessidade da regularização às normas técnicas da SANASA, e emitir termos exigidos para obtenção do Certificado de Conclusão de Obra e Alvará de Uso junto à Prefeitura Municipal de Campinas;
- Criar e manter áreas de trabalho em software específico e alimentar o sistema corporativo da SANASA, disponibilizando informações dos trabalhos executados pelo setor, tais como: fiscalização predial de imóveis residenciais, públicos, comerciais e industriais;
- Como ação preventiva, prestar orientação técnica à população através de palestras quanto ao uso correto da rede coletora de esgoto, em ONG's – Organizações Não Governamentais, escolas públicas e órgãos municipais, com a participação e formação de 308 agentes multiplicadores.

Resultados

Foram realizadas 19.788 vistorias técnicas em 2014, conforme mostra o gráfico a seguir:



Dentre os imóveis vistoriados, 9.613 não apresentaram irregularidades.

Foram encontrados 1.632 imóveis com irregularidades, e constatados 2.188 imóveis que se regularizaram em 2014. Os demais números de vistorias referem-se a terrenos vagos, imóveis em construção e imóveis desocupados.

Também foram selecionados, através do sistema corporativo, 3.641 consumidores que tinham disponibilidade de rede coletora de esgoto, mas estavam na categoria somente água. Desse total, 1.156 consumidores tiveram suas categorias alteradas para água + esgoto e os demais se referem a terrenos vagos, imóveis em construção e imóveis desocupados.

Redução de perdas de água proporciona economia de energia

G4-EN6

Redução do consumo de energia



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

R. A SANASA tem feito economia no consumo de energia elétrica, proporcionada por seu Programa de Controle e Redução de Perdas na distribuição de água.

Esse Programa foi iniciado em 1994, quando a eficiência do sistema de distribuição era de 62,3%.

Foram implantadas e mantidas ações que resultaram no aumento da eficiência do sistema de distribuição em 2014, para 78,4%. A redução de perdas permite reduzir a produção de água tratada, o que leva à economia proporcional no consumo de energia elétrica.

Por exemplo, em 2014 foi possível realizar economia no volume de água produzida equivalente a 3,1 meses de produção de água tratada. Com a redução dos volumes perdidos, também houve economia no gasto com energia elétrica.

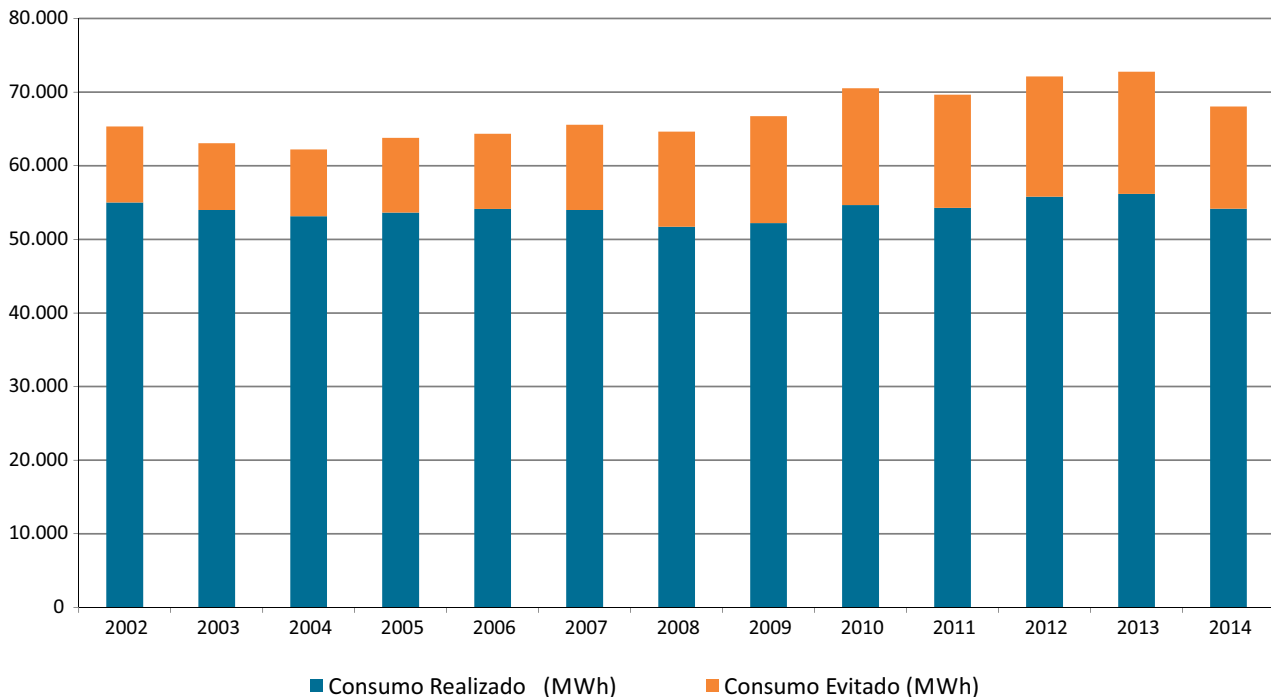
O gráfico demonstra o consumo de energia elétrica realizado por ano na SANASA entre 2002 e 2014 e o consumo evitado devido à redução de perdas de água nesse período.

O valor economizado no período, atualizado para

valores atuais médios de 2014, foi em torno de R\$ 50 milhões, o que representou, em média, 24% da energia consumida total.

Esse resultado está alinhado com os Temas Estratégicos apurados pela SANASA em 2014. A empresa busca, na gestão ambiental e no âmbito da inovação tecnológica, modernizar o parque industrial, com o intuito de reduzir o Índice de Perdas na Distribuição que, entre outros fatores, leva à melhoria da eficiência energética.

Consumo de energia elétrica anual (MWh)



Consumo de energia dentro da organização. Consumo total de combustível oriundo de fontes não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados

R. Toda energia elétrica utilizada pela SANASA (99,9999%) é oriunda do Sistema Interligado Brasileiro.

Somente em situações emergenciais a empresa

utiliza combustíveis oriundos de fontes não renováveis (óleo diesel). A quantidade é insignificante, comparando-se com o total de energia hidráulica utilizada.

Energia Consumida – em 1000 kWh

	2010	2011	2012	2013	2014
Consumo eletricidade	92.340	85.554	89.016	92.340	90.830

GESTÃO SOCIAL

RECURSOS HUMANOS

Os testes de materialidade realizados em 2014 reafirmaram a importância da inserção das relações com os funcionários como temas estratégicos no contexto da sustentabilidade da SANASA. Política de

gestão de pessoas; Igualdade de gênero e diversidade; desenvolvimento da cultura de sustentabilidade e treinamentos constantes são os principais campos de atenção.



Número total de empregados por contrato e gênero

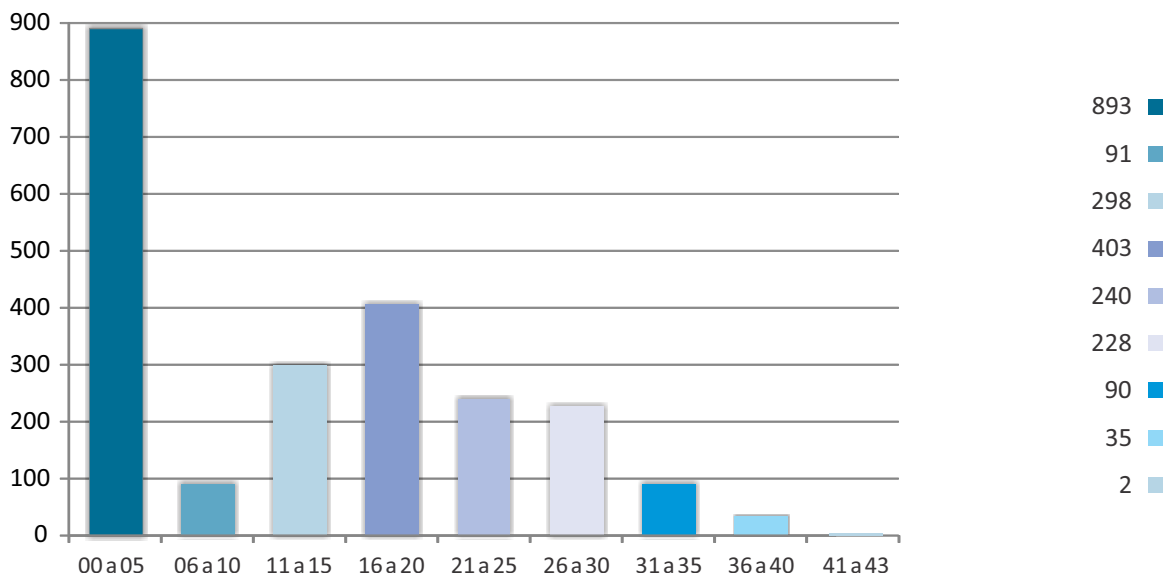


Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região

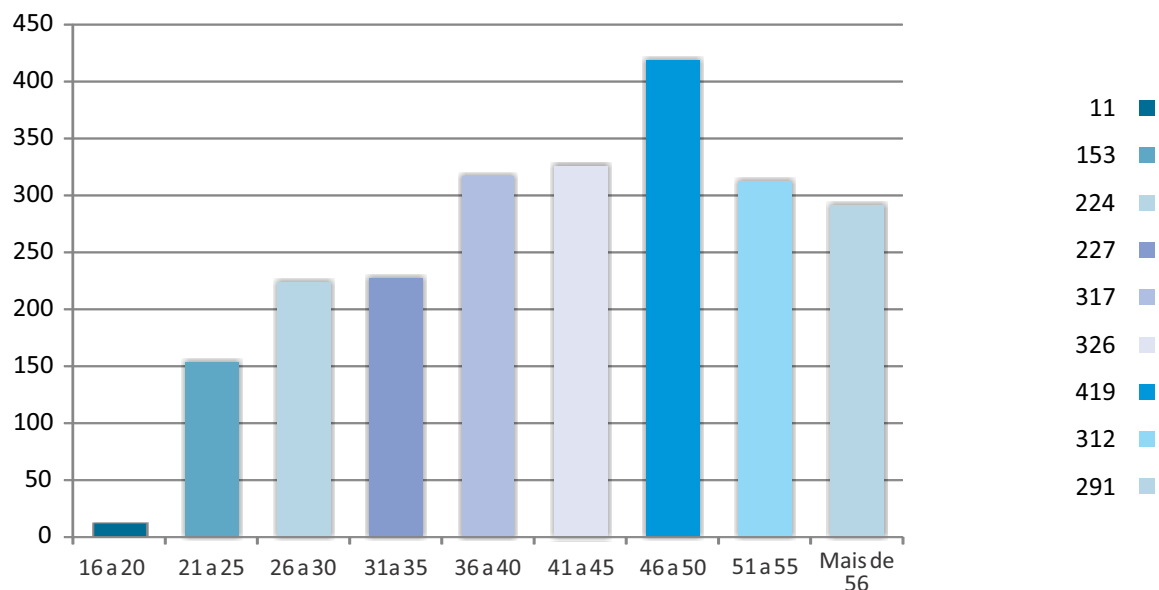
a) Número total e taxa de novas contratações de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região.

Gênero	Nº de Funcionários em 2014
Feminino	419
Masculino	1861
Total	2280

Distribuição de empregados por tempo de casa em anos



Distribuição de empregados por idade em 2014



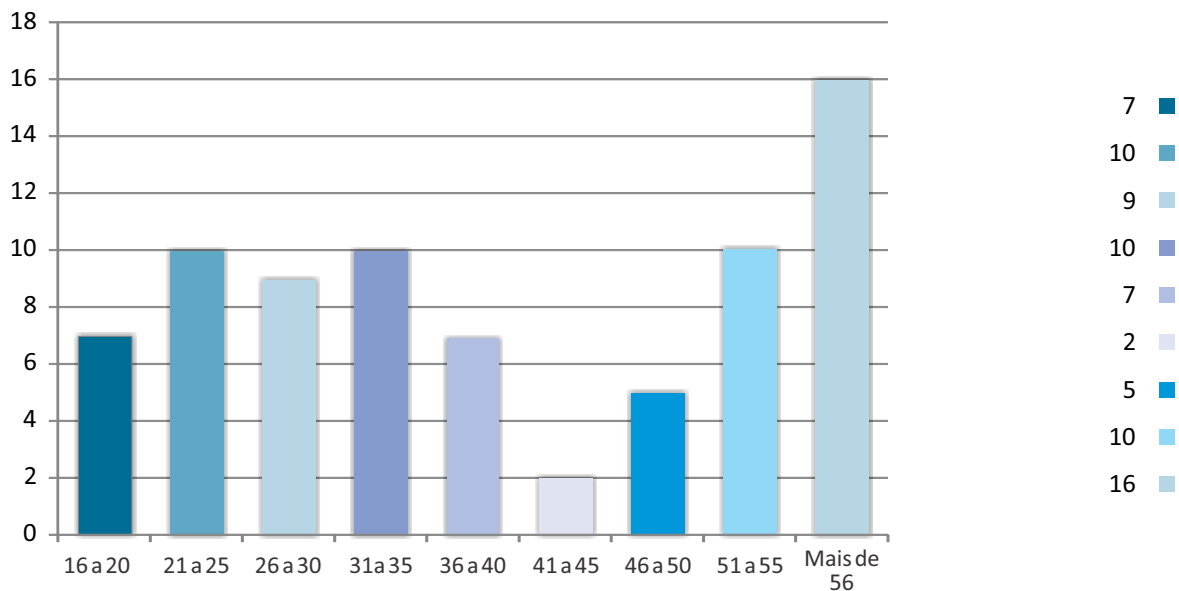
b) Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período coberto pelo Relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região.

Taxa de rotatividade (Turnover)		
2010	1º semestre	0,75%
	$(12 \text{ adm} + 12 \text{ dem})/2/1594*100=0,75\%$	
2010	2º semestre	0,99%
	$(6 \text{ adm} + 25 \text{ dem})/2/1553*100=0,99\%$	
2011	1º semestre	1,49%
	$(28 \text{ adm} + 19 \text{ dem})/2/1574*100=1,49\%$	
2011	2º semestre	5,05%
	$(123 \text{ adm} + 37 \text{ dem})/2/1583*100=5,05\%$	
2012	1º semestre	9,35%
	$(270 \text{ adm} + 37 \text{ dem})/2/1669*100=9,35\%$	
2012	2º semestre	8,01%
	$((289 \text{ adm} + 40 \text{ dem})/2)/2053*100=8,01\%$	
2013	1º semestre	5,58%
	$((185 \text{ adm} + 67 \text{ dem})/2)/2257*100=5,5826\%$	
2013	2º semestre	1,22%
	$((21 \text{ adm} + 34 \text{ dem})/2)/2245*100=1,2249\%$	
2014	1º semestre	2,40%
	$((68 \text{ adm} + 41 \text{ dem})/2)/2272*100=2,3987\%$	
2014	2º semestre	1,71%
	$((43 \text{ adm} + 35 \text{ dem})/2)/2280*100=1,7105\%$	

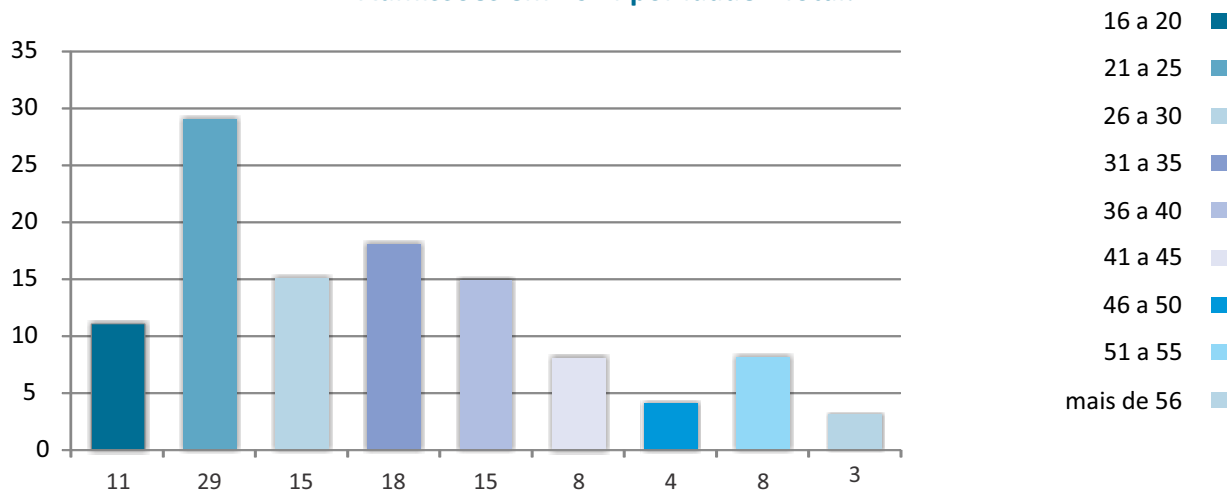
Rotatividade em 2014	
Demissões	76
Admissões	111
Total de funcionários no final de 2014	2280

Desligamentos em 2014 - por gênero	
Feminino	21
Masculino	55
Total	76

Desligamentos em 2014 por idade



Admissões em 2014 por idade - Total: 111



G4-LA2

Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Indicador Ethos 26: Remuneração e Benefícios, Estágio 2 - A empresa, além da remuneração mínima legal, oferece benefícios securitários (saúde, vida etc.) aos empregados e os estende a seus familiares.

R. Todos os funcionários da empresa são contratados em regime de CLT e recebem os seguintes benefícios: acordo coletivo de maio/2013 a abril/2014; assistência médica para empregados, bem como para seus dependentes; crédito em vale refeição para almoço e café matinal; crédito em vale alimentação para compras em supermercado; vale transporte ou opção por vale combustível; complementação salarial em situações como afastamento por licença doença ou por acidente de trabalho; plano de previdência privada complementar; convênios com farmácias; subsídio

para aquisição de medicamentos; seguro de vida em grupo; subsídio para aquisição de óculos; subsídio para aquisição de material escolar de dependentes; reembolso de gastos com creches; reembolso de gastos com portadores de necessidades especiais; auxílio funeral; bolsa de estudos; programa de Participação nos Resultados, que pode proporcionar ao funcionário um valor anual adicional, em caso de cumprimento de metas pré-estabelecidas.

Os estagiários recebem todos esses benefícios, exceto vale alimentação.

G4-LA3

Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/ paternidade, discriminada por gênero

- a) Número total de empregados que tiraram licença maternidade, discriminado por gênero
- b) Número total de empregados que retornaram ao trabalho após tirar uma licença maternidade/ paternidade, discriminado por gênero.

R. A SANASA CAMPINAS concede licença adicional de 60 dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao término da licença legal, totalizando 180 dias de licença, conforme prevê o Decreto Municipal nº 17.707 de 24 de maio de 2010.

	Licenças em 2014	Licenças em 2013	Licenças em 2012
Maternidade	13	11	3
Paternidade	42	37	22
Total Geral	55	48	25

G4-LA9

Número médio de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional

Indicador Ethos 27: Compromisso com o Desenvolvimento Profissional, Estágio 2 - A empresa possui rotina de treinamento/capacitação que visa a melhoria da produtividade e incentiva os empregados a aperfeiçoarem sua capacitação.

R. Os treinamentos são solicitados pelos funcionários em conjunto com suas chefias e devem ter aplicação direta em sua área de atuação. Em geral todas as solicitações são atendidas.

Treinamentos

	2014	2013	2012
Quantidade de Cursos	187	120	190
Total em horas	22.733,0	24.111,5	20.918,5

Bolsas de estudo são concedidas a todos os funcionários que as solicitem para cursos relacionados a conhecimentos que interessem às atividades da empresa. Em 2012, 2013 e 2014 todas as solicitações de bolsas foram aprovadas.

Bolsas de Estudos

	2014	2013	2012	Gênero	2014
Renovações	159	84	52	Feminino	99
Concessões	256	210	119	Masculino	316

G4-LA12

Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade

a) Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade



Princípio 6 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

Gerentes por Gênero

Gênero	2014		2013		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	25	75,76	22	66,67	21	72,41
Feminino	8	24,24	11	33,33	8	27,59
Faixa Etária	2014		2013		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
abaixo de 30 anos	0		0		0	
de 30 a 50 anos	11	33,33	10	30,30	10	34,48
mais de 50 anos	22	66,67	23	69,70	19	65,52

Coordenadores por Gênero

Gênero	2014		2013		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	64	65,98	67	67	67	65,69
Feminino	33	34,02	33	33	35	34,31
Faixa Etária	2014		2013		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
abaixo de 30 anos	0		0		0	
de 30 a 50 anos	61	62,89	66	66	66	64,71
mais de 50 anos	36	37,11	34	34	36	35,29

G4-LA13

Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional em unidades operacionais relevantes



Princípio 6 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

R. Faz parte da Política Salarial da SANASA a não discriminação por gênero. Os salários são definidos de acordo com os cargos ocupados.

COMUNIDADES

G4-EC8

Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos. Os impactos econômicos indiretos representam uma parte da influência econômica exercida pela organização no contexto do desenvolvimento sustentável



Princípio 1 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Respeitar e proteger os direitos humanos.



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Programa de Ação Sustentável - PAS

R. Inserida em uma das regiões mais ricas do País, Campinas atrai movimentos migratórios desde o início de seu desenvolvimento industrial, na década de 1950. Na década de 1960 estabeleceu-se a primeira favela, hoje chamada de núcleo. Atualmente existem 161 núcleos urbanizados e 84 não urbanizados, totalizando aproximadamente 61 mil famílias, com 241 mil pessoas, para uma população residente de 1.154.617 habitantes (senso estimado para 2014 – IBGE).

A SANASA, ciente de sua responsabilidade social, entende que o acesso à água é uma das necessidades essenciais da população. Essa máxima norteia a prestação de serviços aos cidadãos em situações de vulnerabilidade.

A SANASA instalou a primeira ligação de água coletiva na década de 1980. Em dezembro de 2014 somava 1224 ligações coletivas realizadas, com 13.571 economias, estimando 54.284 pessoas nas ocupações não urbanizadas; e 45.120 ligações individuais com 47.808 economias, no total de 191.232 pessoas nas ocupações urbanizadas (número de economias é a quantidade de unidades de consumo ou imóveis dependentes de um único hidrômetro).

Em 2007 a SANASA estabeleceu o Programa de Ação Sustentável - PAS, que beneficia a população de Campinas residente em núcleos habitacionais e oferece tratamento isonômico, reduz o desperdício de água, busca o consumo consciente e aumenta a adimplência.

O Programa de Ação Sustentável faz parte do compromisso da SANASA de universalizar os serviços de saneamento básico e proporcionar, dessa forma, mais saúde e melhor qualidade de vida para a população.

O objetivo do PAS é atender com abastecimento de água as ocupações do município e, assim, também proteger as redes de abastecimento de água da SANASA de possíveis contaminações, perdas de pressão e/ou perdas de água, causadas por consumo não autorizado, através de ligações clandestinas. Os serviços oferecidos pela SANASA são executados em caráter precário, sem configurar, em hipótese alguma, autorização para a permanência definitiva do morador na área.

Os indicadores que demonstram o desempenho do Programa de Ação Sustentável são: faturamento, adimplência, consumo e número de economias.

Os procedimentos postos em prática de 2007 a setembro de 2014 adotaram a estratégia do convencimento, para que a população que vive em ocupações urbanizadas ou não urbanizadas passasse a compreender as ações dos técnicos da SANASA, no tocante à redução de vazamentos e desperdício nas tubulações internas.

Nesse período, os resultados foram satisfatórios, considerando que o abastecimento estava regular. No entanto, a atual realidade de escassez hídrica sinaliza a necessidade de ações mais incisivas no combate aos vazamentos e desperdícios.

Com a compreensão dos moradores, foi realizada a partir de outubro de 2014 a supressão do abastecimento de água nas ocupações não urbanizadas em que se detectou vazamentos e desperdício nas tubulações internas das moradias.

O PAS está organizado de forma a atender variadas necessidades da população dos núcleos. Uma delas é a ligação de água coletiva, que é a conexão do

hidrômetro até a rede pública mais próxima. Essas ligações podem atender residências, igrejas ou comércio.

Nas ligações de água coletivas aplica-se a isenção do pagamento da rede, da ligação, de remoção/remanejamento e da caixa padrão, por tratar-se de ocupações cujas famílias poderão ser removidas. Não se aplica multa por irregularidade, pela impossibilidade de identificar o executor da ligação clandestina.

Visando a preservação do meio ambiente e da saúde pública, as moradias existentes em áreas ocupadas – núcleos não urbanizados –, que se conectarem à rede coletora de esgoto à revelia da SANASA não são caracterizadas como usuárias clandestinas, devido à sua precariedade.

O PAS também contribui para organização e cadastramento da ligação de água coletiva; o cadastramento de ligação de Água/Esgoto quando a ocupação possuir até três economias; a manutenção e readequação de ligação coletiva; a remoção ou remanejamento em ligação coletiva ou individual; a extinção da ligação e/ou cancelamento de cadastro de consumidor; e a reativação de cadastro de consumidor de ligação coletiva ou individual.

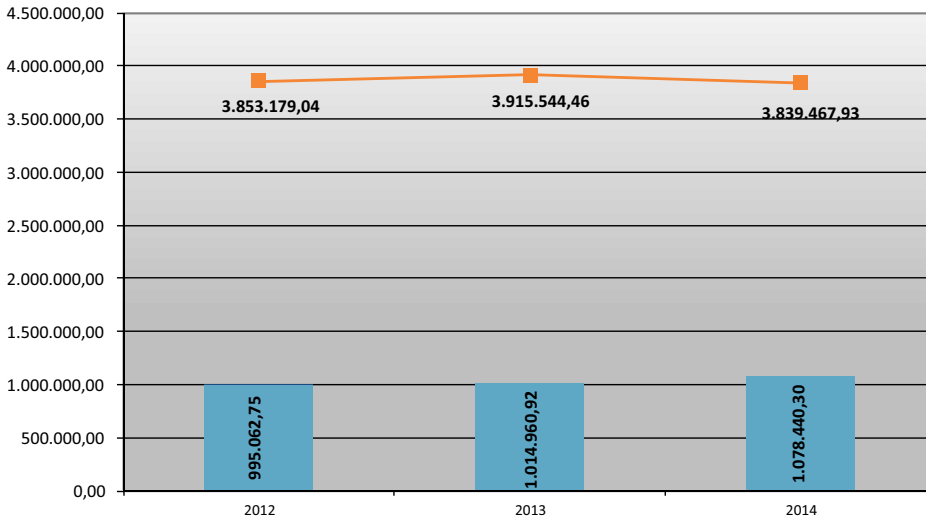
Agentes técnicos fazem vistoria em campo e verificam irregularidades, fazem checagem da leitura do hidrômetro e de vazamentos, orientam e monitoram consumos.

Além disso, o PAS realiza a interligação da moradia à conexão do hidrômetro e o fornecimento de material para realização de reparos residenciais, com tubos de PVC rígido, em casos de vazamentos internos.

O Programa também desenvolve esforços para recuperar clientes inadimplentes em núcleos urbanizados e não urbanizados.

Desempenho Núcleos Não Urbanizados

TOTAL ARRECADADO MÊS/TOTAL FATURADO MÊS CIVIL

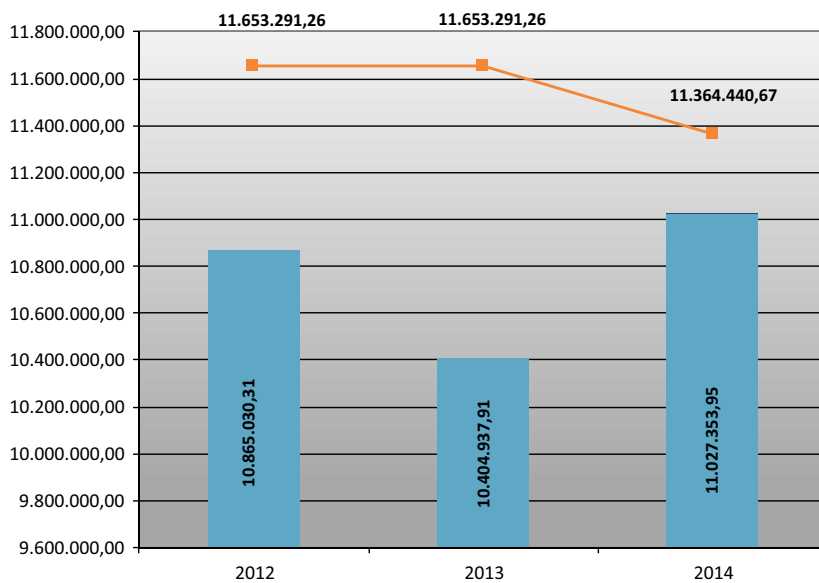


Adimplência	
2012	26%
2013	26%
2014	28%

■ Tot. Arrec. Mês
 ■ Tot. Fat. Mês civil

Desempenho Núcleos Urbanizados

TOTAL ARRECADADO MÊS/TOTAL FATURADO MÊS CIVIL

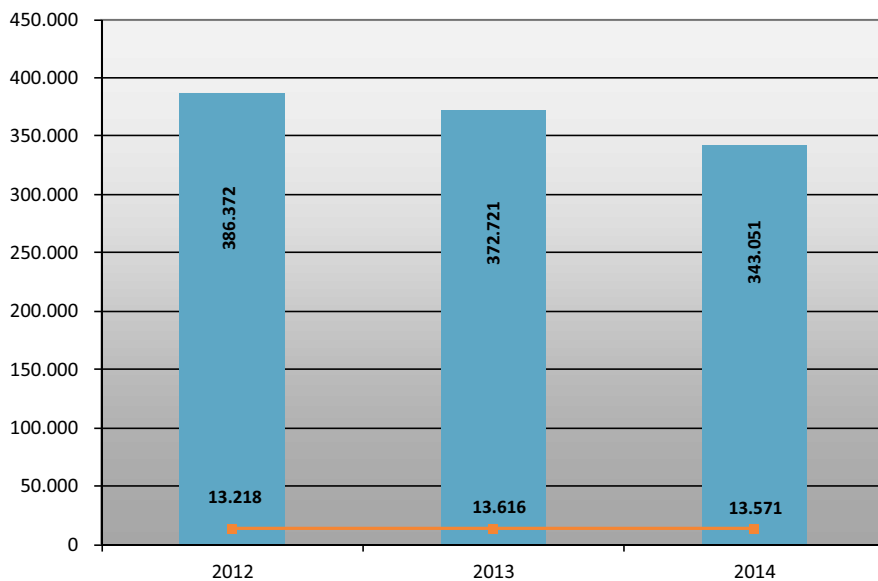


Adimplência	
2012	93%
2013	89%
2014	97%

■ Tot. Arrec. Mês
 ■ Tot. Fat. Mês civil

Desempenho Núcleos Não Urbanizados

CONSUMO COBRADO/ECONOMIA

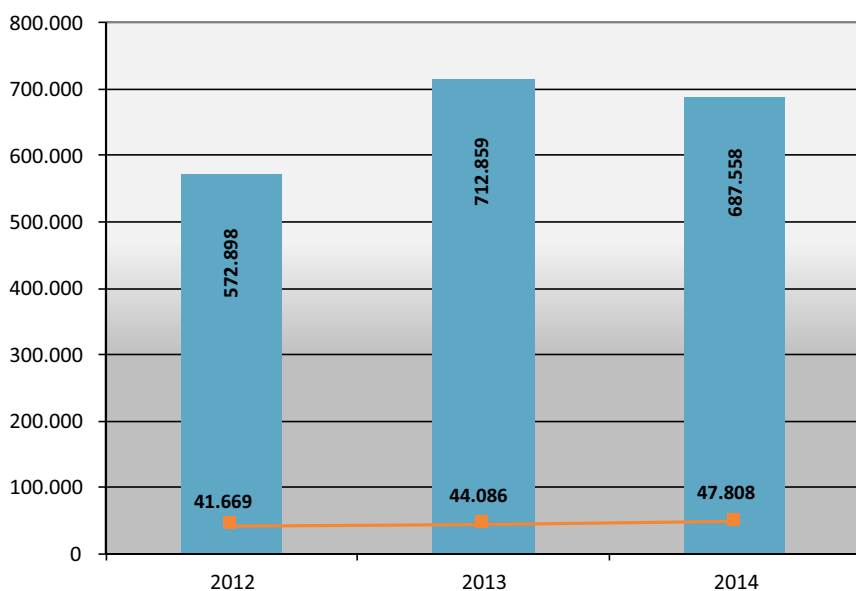


Ano	Média Família
2012	29
2013	27
2014	25

■ Consumo Cobrado
 ■ Economias

Desempenho Núcleos Urbanizados

CONSUMO COBRADO/ECONOMIA



Ano	Média Família
2012	14
2013	16
2014	14

■ Consumo Cobrado
 ■ Economias

EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENVOLVE ESCOLAS E COMUNIDADES

A educação ambiental junto às comunidades é Tema Estratégico no modelo de negócio da SANASA. Por isso é fonte de ações em parcerias com órgãos governamentais estaduais e federais e inspira iniciativas próprias. São atividades que envolvem desde a redução do uso da água em escolas públicas, até o treinamento de funcionários sobre a crise hídrica.



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.



Princípio 9 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

R. Durante muito tempo persistiu a ideia de que a água é um recurso infinito e que o Brasil detém expressiva disponibilidade hídrica, o que acabou por promover nos brasileiros a cultura do desperdício.

Na verdade, esse sempre foi um grande equívoco. A água é um recurso natural finito e diversas regiões do Brasil sofrem com estiagens periódicas. A crise hídrica iniciada em 2014 na região sudeste, onde Campinas está situada, tornou ainda mais evidente que a cidade é abastecida por uma bacia hidrográfica sensível e vulnerável às mudanças climáticas. E as providências exigem esforços de todos, cidadãos, empresas e poderes públicos, especialmente quando se verifica que o consumo médio diário residencial no município é de 200 litros por habitante, o que extrapola a recomendação da ONU, de 110 litros por habitante por dia.

Essa realidade mostra como foi oportuno o desenvolvimento do Projeto Uso Racional da Água em Escolas Públicas, iniciado em 2012, por sua contribuição para o enfrentamento da crise, uma vez que promoveu a sensibilização para a situação de escassez hídrica, deflagrou novos hábitos de consumo e instalou nas unidades escolares equipamentos especialmente desenvolvidos para redução do consumo de água.

As ações do projeto Uso Racional da Água em Escolas Públicas, desenvolvido pela SANASA, têm a educação ambiental como instrumento de participação social, para que as comunidades intervenham de maneira positiva na construção de um novo paradigma comportamental frente ao uso cotidiano da água. Também atuam para avaliar padrões de consumo e difundir o conhecimento de novas tecnologias para equipamentos e dispositivos economizadores de água.

As ações estão em consonância com políticas e documentos pertinentes a recursos hídricos que, alinhadas às estratégias do negócio, também contemplam os compromissos 2.a,d; 3, 4; 5.b; 9; 10^a,b,c,d,e, assumidos pela SANASA no encontro Leaders Summit 2013, realizado em Nova York em 2013, que produziu um documento assinado pelos executivos da delegação brasileira participantes do Pacto Global das Nações Unidas.

São os seguintes os Projetos de Uso Racional da Água da SANASA:

- Projeto de Uso Racional da Água em Escolas Públicas, junto ao Reáguas;
- Treinamento de uso racional para funcionários;
- Curso de Uso Racional da Água para munícipes (em 2015).

Projeto de Uso Racional da Água em Escolas Públicas

G4-EC2

Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência das mudanças climáticas. Riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas

G4-EC4

Assistência financeira recebida do governo. Valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização no decorrer do período coberto pelo relatório

G4-SO1

Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local

G4-SO2

Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais

R. Em dezembro de 2011 foi celebrado o contrato entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, e a SANASA como prestadora de serviços no projeto de Uso Racional da Água no âmbito do Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Água – REÁGUA.

O REÁGUA apoia financeiramente empreendimentos de recuperação de água selecionados através de chamada pública de propostas da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, repassando recursos financeiros provenientes do orçamento do Estado e do Banco Mundial, em condições não onerosas para sua realização.

O primeiro projeto (contrato 002/2011, processo 249/2009), escolhido pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, contempla 100 escolas públicas, sendo 87 da rede municipal e 13 da rede estadual, com prioridade para as unidades com os piores índices de consumo de água por aluno.

O valor total do projeto é de R\$ 2,39 milhões, podendo ser 100% a fundo perdido sendo que, de acordo com o Normativo 3 do Programa REÁGUA, a SANASA é responsável pelo aporte de todos os

recursos financeiros necessários para a implantação das ações. O segundo projeto foi selecionado em 2013 (com o contrato 007/2013, processo 361/2013), contemplando mais 100 escolas públicas, sendo 66 da rede municipal e 34 da estadual, no valor total de R\$ 2,48 milhões, segundo a mesma metodologia do primeiro projeto.

A SANASA investiu, em 2013, mais de R\$ 902 mil e, em 2014, R\$ 2,08 milhões, considerando os dois projetos em andamento, e foi reembolsada, até dezembro de 2014 com R\$ 1,4 milhão da primeira seleção e R\$ 248 mil da segunda.

Já foi aprovado o reembolso de mais R\$ 808,8 mil, que deve ser repassado à SANASA em breve. O restante será reembolsado somente após a conclusão da fase de implantação e início do monitoramento de resultados. Ou seja, os recursos são liberados na medida da comprovação da implantação e operação sustentável da ação selecionada, conforme foi estabelecido no instrumento celebrado entre as partes.

A comprovação da implantação é realizada por meio de visita de agentes verificadores na conclusão de cada fase.

A implantação abrange a substituição de torneiras e instalação de dispositivos com mecanismos voltados à redução de consumo; detecção e reparo de vazamentos; monitoramento de consumo mensal e da qualidade de água e implantação de programa de educação ambiental e sanitária.

Em 2012 foi iniciado o trabalho de Educação Ambiental e no segundo semestre de 2013 começou a implantação do Projeto de Uso Racional da Água em Escolas Públicas. Destacaram-se dois casos que provocaram alterações no processo de produção de uma determinada torneira automática e de um dispositivo de redução de vazão (veja mais informações no capítulo sobre Fornecedores, neste Relatório. No presente capítulo foram relatadas somente as ações de educação ambiental).

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se o Programa de Educação Ambiental e Sanitária nas comunidades das 200 unidades escolares, que abrangem do ensino Infantil ao médio, incluindo educação de jovens e adultos. No total, somaram 139 escolas municipais do ensino infantil, 7 escolas de educação de jovens adultos, 8 escolas do ensino fundamental e 46 escolas estaduais do ensino médio.

Foram envolvidos:

- Público Direto: 62.282 alunos / 473 agentes multiplicadores
- Público indireto: 249.128 comunitários.

O Programa de Educação Ambiental e Sanitária opera com os seguintes objetivos e metas: apoiar ações da área de engenharia; promover a participação da comunidade escolar no processo de implantação da ação; colaborar com o atendimento de meta de redução do consumo, adequando atividades cotidianas das comunidades ao uso racional da água; e criar mecanismos de sustentabilidade do projeto e manutenção de qualidade da água nas instalações internas.

O Programa de Educação Ambiental faz parte das diretrizes do REÁGUA, com o entendimento de que a sua sustentabilidade está diretamente ligada ao apoio e envolvimento das comunidades atendidas.

Os equipamentos instalados propiciam significativa redução quanto ao consumo de água nas edificações, mas manter esse índice depende principalmente do comprometimento da comunidade local.

A formação de agentes multiplicadores contribui para o envolvimento de representantes dos variados segmentos das redes de educação e a construção coletiva de práticas e habilidades, de acordo com a realidade local, estendendo-se às comunidades do entorno das escolas.

As ações desenvolvidas contribuem para a construção de um novo paradigma do indivíduo e da coletividade frente à dinâmica do sistema de abastecimento de água e saneamento.

O Programa de Educação Ambiental e Sanitária abrange a formação de grupos de trabalho para construção de diagnóstico e planejamento das ações; curso para formação de agentes multiplicadores para o uso racional da água no âmbito da comunidade escolar (carga horária de 45h, sendo 30 presenciais e 15h para desenvolvimento de práticas na comunidade).

Também promove encontros formados por quatro turmas distintas, compostas por representantes da diversidade escolar; traz desenvolvimento temático que propicia a compreensão da interdependência entre os aspectos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais que compõem o meio ambiente e caracterizam o sistema de abastecimento de água; e possibilita o diagnóstico e a construção coletiva de mecanismos de sustentabilidade do projeto para promover ações articuladas entre os demais *stakeholders*.

Para isso, organiza oficinas itinerantes, realizadas nas comunidades da escola e de seu entorno; e promove o desenvolvimento temático por meio de oficinas de saúde bucal; qualidade da água; limpeza de caixa d' água; uso consciente da água e destinação de esgoto. Realiza, também, treinamentos para terceirizados das Secretarias de Educação.

As ações de educação ambiental são desenvolvidas a partir de metodologias participativas, como rodas de conversa; discussões e reflexões; utilização de equipamentos áudio visuais; dinâmicas de grupos, entre outros.

Os processos de verificação (auditoria) ocorrem na conclusão das ações, e em caso de certificação positiva, são liberados os reembolsos pré-estabelecidos.

Além de representantes de variados setores da SANASA, o Programa envolve também a Prefeitura Municipal, por meio de representantes das Secretarias de Educação Municipal e Diretorias Estaduais de Ensino e das comunidades escolares.

Resultados

G4-EN27

Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços

O resultado do Projeto Uso Racional da Água em Escolas Públicas provém da soma das ações de educação ambiental e da instalação das torneiras, que permitiram grande redução do desperdício e do consumo de água. É essa soma que resulta nos índices e totais mensurados.

Até dezembro de 2014, as intervenções foram realizadas em 152 escolas, promovendo uma redução no consumo de água, mensal, de aproximadamente 14.000.000 litros (36%). Esse resultado supera a meta estabelecida pelo REÁGUA, que é de 25% no mínimo.

O volume mensal economizado até novembro 2014 é suficiente para abastecer em torno de 4.242 mil pessoas, considerando o consumo diário de 110 litros por pessoa, conforme recomendação da ONU.

O Curso de Agentes Multiplicadores para o uso racional da água no âmbito da comunidade escolar

formou em média três representantes por escola, superando as expectativas do início do processo, que era contar com um agente por unidade escolar.

Entre os mecanismos de sustentabilidade de todo o processo, configura-se a inclusão do Projeto Uso Racional da Água em Escolas Públicas no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares. Além disso, foi iniciada a coletânea de atividades pedagógicas, a ser publicada e adotada como material didático; e a elaboração de manuais práticos com informações pertinentes ao projeto, que contam com as contribuições dos participantes.

Como indicador qualitativo, é possível constatar que as comunidades passaram a rever seus hábitos quanto ao uso cotidiano da água, a mitigar os desperdícios causados por vazamentos e a monitorar o consumo mensal da edificação.

Treinamento de Funcionários

Os funcionários sentiram-se acolhidos por esse treinamento, fato constatado nas avaliações aplicadas ao final dos encontros.

Os objetivos do treinamento foram:

- Apresentar o Sistema Cantareira e esclarecer suas especificidades;
- Refletir sobre a situação das bacias hidrográficas da região e as questões de disponibilidade;
- Difundir conhecimento sobre a gestão de Recursos Hídricos com ênfase no PCJ;

- Sensibilizar para o uso racional da água;
- Promover sinergia entre seus colaboradores.

Por meio desse treinamento foi possível promover maior capilaridade das informações sobre a crise hídrica e ampliar o diálogo entre os setores da SANASA, favorecendo a construção de novos paradigmas referentes à disponibilidade de água, responsabilidades individuais e práticas de uso racional da água.

Atividades

- Formar Agentes Multiplicadores para o Uso Racional da Água;
- Fomentar reflexões, discussões e trocas de experiências;
- Apresentar o sistema de bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ e sua interface com o Sistema Cantareira;
- Esclarecer sobre o ciclo da água no saneamento;
- Dar dicas de Uso Racional da Água;
- Orientar procedimentos para atendimento de ocorrências sobre denúncia de desperdício de água.

Público Atendido

Representantes dos setores de Call Center, Atendimento ao Cliente, Fiscalização, Ouvidoria; Leitura, Cadastro de Fornecedores, Fonte Alternativa, Gestão da Qualidade, Cadastro

técnico e Análise de Desempenho de Sistemas, Análise e Infraestrutura de redes e ligações, Micromedição e Uso Racional. Foram envolvidos 268 funcionários.

Casos abusivos de consumo de água

Frente à crise hídrica, o prefeito de Campinas, Jonas Donizete, anunciou um decreto que determina a prorrogação do período de estiagem (para até 30 de Novembro).

A lei (em vias de aprovação pela Câmara Municipal) modifica o decreto Nº 14.802, de 02/07/2004, que dispõe sobre a utilização de água para limpeza de

calçamentos e passeios públicos residenciais e comerciais.

Para os casos abusivos, haverá a aplicação direta de multa, que será de três vezes o valor da última fatura. Poderá haver isenção de multa, se o consumidor optar por um curso de uso racional da água.

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL

G4-SO1

Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local

a. Relate o percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impactos e de desenvolvimento local, incluindo, entre outros, o uso de:

- Programa de desenvolvimento local baseado nas necessidades das comunidades locais.
- Comitês e processos de consulta ampla à comunidade local incluindo grupos vulneráveis.



Princípio 1 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Respeitar e proteger os direitos humanos.



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

R. Em Junho de 2014 a SANASA deu início ao projeto Sistema de Abastecimento de Água - SAA, que contempla a melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Campinas e compõe a proposta de universalização do saneamento apresentada pela alta direção da SANASA e pela Prefeitura Municipal.

Os recursos utilizados para a execução desse projeto provêm de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, contrato nº 410.018-73, a partir de uma linha de crédito disponibilizada pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Concomitante às obras, o Ministério das Cidades exigiu a realização de um trabalho técnico social com a população beneficiária, cujo investimento total será de 1% do valor empregado nas obras.

Nesse contexto surgiu o Projeto de Trabalho Social – PTS Sistema de Abastecimento de Água – SAA que priorizou em 2014 e continuará priorizando em 2015, as áreas com população diretamente atingida pelas obras de substituição das redes de água, bem como o entorno, através de ações adequadas às características sociais, econômicas, ambientais e culturais da população, voltadas para a sensibilização quanto à importância das melhorias realizadas, estimulando a participação e o desenvolvimento comunitário, visando contribuir para a sustentabilidade da intervenção.

As obras são executadas nos bairros Nova Campinas, Jardim Planalto, Jardim Primavera, Jardim Paulistano e Vila Carminha e atendem a 6.383 famílias, que correspondem ao número de residências beneficiadas pelas obras de troca de redes e pelo trabalho socioeducativo.

Com o objetivo de promover a intersetorialidade e articulação com as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, educação ambiental, entre outras, a equipe técnica do PTS firmou parcerias com Organizações Governamentais, Organizações Não Governamentais e sociedade civil, sempre buscando a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local, com vistas à transformação territorial e social, contribuindo para a formação de uma coletividade responsável pelo espaço que habita.

O Projeto de Trabalho Social norteou-se por quatro eixos estruturantes estabelecidos pela Portaria 21 do Ministério das Cidades, publicada em 22 de Janeiro de 2014. São eles: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção; Educação Sanitária e Ambiental e Desenvolvimento Socioeconômico.

Antes do início das obras, a equipe do Trabalho Social empenhou-se no planejamento das ações a serem executadas, na busca por potenciais parceiros internos e externos e na escolha do processo de

mobilização da população, considerando a realidade do local, suas características e as organizações comunitárias existentes, atendendo assim ao eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social.

Ainda nesse eixo, em Julho de 2014 foram instituídas três Comissões de Acompanhamento das Obras - CAO, compostas por oito representantes voluntários do território de intervenção, cujo compromisso é acompanhar de perto a evolução das obras, através, inclusive, de visitas in loco, efetivando assim o controle social sobre um investimento público. Como representantes da SANASA, compõem essas Comissões uma Assistente Social e um técnico responsável pelo acompanhamento e fiscalização das obras, que utilizam o Método Não Destrutivo - MND.

No eixo Acompanhamento e Gestão da Intervenção foram estabelecidos momentos de acolhimento, escuta qualificada e de orientações individuais, possibilitando o acompanhamento, a compreensão e a transparência nas intervenções físicas e sociais realizadas nas áreas beneficiadas.

Na composição do eixo de Educação Sanitária e Ambiental contemplou-se a promoção do processo educativo valorizando, de maneira didática e lúdica, a

infraestrutura implantada, seus objetivos e benefícios para a população, contribuindo também para o desenvolvimento de uma responsabilidade ambiental adequada e de compromissos individuais e coletivos.

O eixo Desenvolvimento Socioeconômico será trabalhado ao término das obras, com o objetivo de apoiar a implementação de ações que promovam a inclusão produtiva das famílias no que diz respeito à sua ascensão econômica.

A partir da conclusão das obras e da consolidação do trabalho social em campo, contemplando os quatro eixos, será realizada a pesquisa pós obras para obtenção dos indicadores de resultados. Posteriormente, para o encerramento do instrumento de repasse/financiamento, deverá ser apresentado pela equipe técnica social o relatório final pós intervenção.

Com esse projeto de substituição das redes de água, a SANASA dá um passo importante rumo à universalização do saneamento no município de Campinas. Como parte integrante, o Trabalho Social, com suas ações socioeducativas e ambientais direcionadas a todas as famílias beneficiadas, atende aos Princípios 1, 7 e 8 do Pacto Global das Nações Unidas.

G4-SO2

Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais

Na análise dos primeiros meses de desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social não foram detectados impactos negativos relevantes, exceto queixas formais relacionadas à demora na reconstituição asfáltica, oriundas de valas abertas deixadas pelas empreiteiras e que promoveram algum descontentamento e transtornos à população impactada. Essas queixas chegam à equipe do Trabalho Social através dos encontros com as Comissões de Acompanhamento das Obras - CAO, das agências de atendimento e pelos fiscais de obras.

A intervenção da Assistente Social se dá através de diversas ações articuladas com o setor de

fiscalização dessas obras, com o objetivo principal de minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados no decorrer da implantação dos serviços.

O serviço social realiza o acompanhamento dessas demandas por meio de visitas domiciliares, orientações, encaminhamentos, entre outros. Já o setor de fiscalização das obras aciona as empreiteiras para que executem os reparos com qualidade e no menor tempo possível.

É pertinente a preocupação com as queixas relacionadas às valas abertas, considerando que podem ocasionar sérios acidentes de trânsito.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Desde 2003 o Programa Sanasa na Comunidade atende a população de Campinas por meio de ações socioeducativas e preventivas, concernentes aos aspectos ambientais, tendo como objetivos:

- Mobilizar e fortalecer parcerias com organizações públicas, privadas, sociedade civil e lideranças locais;
- Divulgar e informar o programa, as obras e a amplitude de benefícios que a comunidade estará recebendo a partir das intervenções físicas e sociais;
- Proporcionar conhecimento e reflexão sobre os recursos hídricos, sistema de esgotamento sanitário e preservação do meio ambiente, visando benefícios à saúde e à qualidade de vida;
- Estimular novos hábitos cotidianos, reinventando a relação com o meio, evitando o desperdício de recursos naturais;
- Formar agentes multiplicadores.

Em 2008 o Programa Sanasa na Comunidade foi inserido em importantes programas governamentais: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e Programa “Minha Casa, Minha Vida”, implantados através de parcerias entre os governos federal e municipal, visando trabalhar com

educação socioambiental. A finalidade é acompanhar e orientar a população no que se refere aos benefícios recebidos através das obras de infraestrutura e habitação, por intermédio da execução de ações integradas das secretarias municipais, buscando estratégias para a intervenção e construção de um novo paradigma social.

Em 2014, a equipe técnica social do Programa Sanasa na Comunidade passou a ser responsável também pelo planejamento, execução e avaliação das ações dos Projetos de Trabalhos Sociais - PTS relativos às obras da SANASA financiadas pelo governo federal e expandiu o seu campo de atuação com a implantação do projeto de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Campinas, atuando junto às famílias beneficiárias pelas obras de substituição de redes (conforme foi relatado nos indicadores GRI G4-SO1 e G4-SO2).

As ações socioeducativas e ambientais se desenvolvem por meio de atividades reflexivas, dinâmicas, teatros, palestras, vídeos e visitas direcionadas, promovendo orientações, reflexões e socialização de informações relacionadas ao saneamento. São realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas e direcionadas às crianças, jovens, adultos e idosos.

Número de participantes - 2003 a 2014

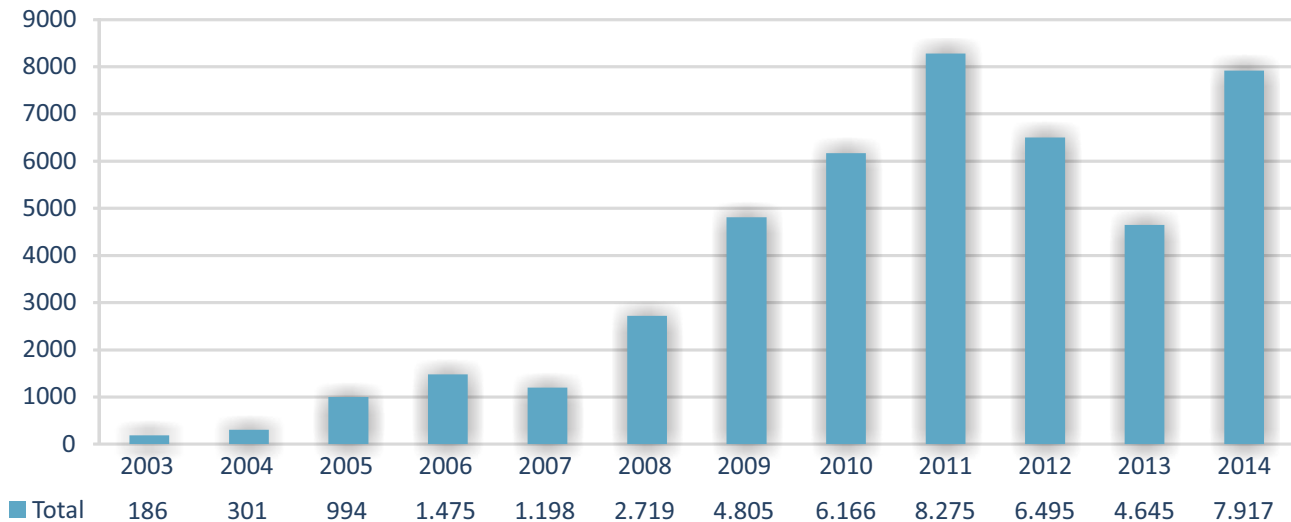


Gráfico: Número de participantes das ações sociais, desde o ano de 2003.

Fonte: Relatório Estatístico do Programa Sanasa na Comunidade e dos PTS.

Em 2014, foram realizadas 208 atividades socioeducativas e ambientais, envolvendo diretamente 7.917 participantes, dos quais 98,7% atribuíram conceitos BOM e ÓTIMO às atividades das quais participaram.

Programa Minha Escola na SANASA



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

'Minha Escola na SANASA' é um programa participativo, em que o educando envolve-se ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais. Assim, é preparado como agente transformador, por meio do desenvolvimento de habilidades e da formação de atitudes, com conduta ética condizente ao exercício da cidadania.

Criado em 2001, o Programa de Educação Ambiental Minha Escola na SANASA foi idealizado com a finalidade de proporcionar aos estudantes o contato direto com as etapas do sistema de tratamento de água e esgoto. Consiste na realização de visitas às instalações da SANASA, para promover a conscientização sobre o uso racional da água, desperdício, meio ambiente, entre outros temas. Há também apresentação de uma peça teatral

intitulada 'A Vida Bem Tratada', que transmite informações de forma lúdica e demonstra atitudes que efetivamente contribuem para a formação de um cidadão ambientalmente correto.

A SANASA direciona o Programa a estudantes de todos os níveis de ensino:

- Alunos da Educação Infantil (apresentação de peça teatral);
- Alunos do Ensino Fundamental I do 1º ao 5º Ano (apresentação de peça teatral);
- Alunos do Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, Médio, Técnico e Superior (visitas técnicas);
- Palestras em escolas, empresas e eventos sobre o tema Meio Ambiente;
- ONGs e entidades diversas.

Objetivos

- Orientar sobre os comportamentos ambientalmente corretos na prática e no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis;
- Divulgar amplamente os conceitos sobre a importância das atitudes do cidadão em relação ao meio em que vive e sobre a água como recurso natural, além de seus usos múltiplos e sucessivos e, particularmente, os aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida;
- Sensibilizar os alunos para conhecer os processos

de captação, tratamento e distribuição de água para a cidade;

- Tornar os alunos agentes multiplicadores;
- Divulgar as ações a serem adotadas sobre o uso racional da água e como evitar desperdícios, entre outras;
- Orientar sobre a importância do tratamento de água e esgoto, a correta utilização da rede coletora de esgoto e a maneira adequada da disposição do lixo doméstico.

Metodologia

O Projeto é composto das seguintes atividades:

- **Ações educativas:** Alertar os alunos dos diferentes níveis de ensino a respeito da importância dos rios Atibaia e Capivari, seus percentuais de contribuição para o abastecimento da cidade de Campinas e a importância de se preservar as microbacias hidrográficas (córregos) do município, levando-os à conscientização sobre o uso racional da água;
- **Visitas à Estação de Tratamento de Esgoto:** Apresentação audiovisual sobre os processos e as etapas de trabalho da Estação de Tratamento de Esgoto, desde a captação, o volume, os aspectos que dificultam o tratamento, até a finalização com o despejo do esgoto no rio. São proporcionadas reflexões sobre a importância do tratamento do esgoto para a saúde, orientando também sobre o destino adequado dos resíduos sólidos, óleo de cozinha, separação do lixo reciclável, entre outros temas;
- **Visitas à Captação e Estação de Tratamento de Água:** Nas visitas, os participantes têm oportunidade de visualizar os processos realizados pela Captação e pela Estação de Tratamento de Água, além de

conhecer todo o trabalho de transformação da água do rio em água potável. Com esses conhecimentos, os alunos têm ideia de como a população deve ser corresponsável no uso adequado de um bem coletivo;

- **Distribuição de materiais didáticos:** 'SANASA Abastecimento de Água de Campinas', 'SANASA Campinas Bacias Hidrográficas', 'Colabore com o Meio Ambiente, faça sua parte';
- **Apresentação da Peça Teatral:** Uma peça teatral intitulada 'A Vida Bem Tratada' aborda temas como desperdício, meio ambiente, tratamento de água, dengue, entre outros. A mensagem é transmitida de forma lúdica e possibilita que a criança se torne um agente multiplicador de novos hábitos ecologicamente corretos para os seus colegas de escola e a sua família;
- **Palestras:** São ministradas palestras em escolas e empresas, conforme solicitações agendadas, em temas sobre a importância do sistema de abastecimento e saneamento, desde sua captação, tratamento, distribuição, meio ambiente até a coleta de esgoto no município.

Programa Minha Escola na SANASA Total de escolas e alunos participantes

Ano	Nº de escolas	Nº de alunos atendidos
2012	208	28.137
2013	154	18.813
2014	294	16.331

Balanço Social Anual / 2014

Empresa: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)	567.899			539.559		
Resultado operacional (RO)	-17.477			20.194		
Folha de pagamento bruta (FPB)	324.863			293.626		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	33.341	10,26%	5,87%	29.407	10,02%	5,45%
Encargos sociais compulsórios	65.207	20,07%	11,48%	60.297	20,54%	11,18%
Previdência privada	9.252	2,85%	1,63%	8.434	2,87%	1,56%
Saúde	16.140	4,97%	2,84%	15.480	5,27%	2,87%
Segurança e saúde no trabalho	6.808	2,10%	1,20%	6.149	2,09%	1,14%
Educação	1.896	0,58%	0,33%	1.000	0,34%	0,19%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	52	0,02%	0,01%	154	0,05%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	220	0,07%	0,04%	221	0,08%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	13.368	4,11%	2,35%	11.834	4,03%	2,19%
Outros	12.979	4,00%	2,29%	4.525	1,54%	0,84%
Total - Indicadores sociais internos	159.262	49,02%	28,04%	137.501	46,83%	25,48%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.005	-11,47%	0,35%	52	0,26%	0,01%
Cultura	335	-1,92%	0,06%	74	0,37%	0,01%
Saúde e saneamento	4.976	-28,47%	0,88%	5.538	27,42%	1,03%
Esporte	658	-3,77%	0,12%	708	3,51%	0,13%
Combate à fome e segurança alimentar	384	-2,20%	0,07%	357	1,77%	0,07%
Outros	6.135	-35,10%	1,08%	1.216	6,02%	0,23%
Total das contribuições para a sociedade	14.493	-82,93%	2,55%	7.945	39,34%	1,47%
Tributos (excluídos encargos sociais)	27.639	-158,14%	4,87%	28.360	140,44%	5,26%
Total - Indicadores sociais externos	42.132	-241,07%	7,42%	36.305	179,78%	6,73%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.854	-39,21%	1,21%	7.528	37,28%	1,40%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.108	-6,34%	0,20%	1.183	5,86%	0,22%
Total dos investimentos em meio ambiente	7.961	-45,55%	1,40%	8.711	43,14%	1,61%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.280			2.245		
Nº de admissões durante o período	111			206		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.070			1.285		
Nº de estagiários(as)	70			66		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.081			1.023		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	419			416		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	32,28%			32,58%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	565			538		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,97%			3,79%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	144			146		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	35,92			35,92		
Número total de acidentes de trabalho	72			68		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 31.882	no Procon 214	na Justiça 1	na empresa 35.598	no Procon 215	na Justiça 1
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: R\$ 403.942 mil			Em 2013: R\$ 400.503 mil		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20,71% governo -4,64% acionistas	68,94% colaboradores(as) 14,99% terceiros		20,19% governo 4,57% acionistas	62,61% colaboradores(as) 12,63% terceiros	
7 - Outras Informações						

CNPJ da SANASA: 46.119.855/0001-37 - Setor Econômico: Utilidade Pública / Água e Saneamento - Sede da Empresa: Campinas (SP). Para esclarecimento sobre as informações declaradas: Gerência de Controladoria / Telefone: (19) 3735-5190 - E-mail: controladoria@sanasa.com.br. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Pacto Global	Indicadores GRI - G4	Ações da Sanasa
Princípios de Direitos Humanos		
1. Respeitar e proteger os direitos humanos	G4-SO1 G4-SO2 G4-EC8 G4-1 G4-HR1	Trabalho Social em apoio ao Plano 300%. PAS – Programa de Ação Social Tarifa Social Plano 300% de Universalização do Saneamento. Todos os contratos de prestadores de serviços contêm cláusula que prevê a garantia de respeito aos Direitos Humanos. Essa cláusula já está definida desde o edital de licitação.
2. Impedir violações de direitos humanos	G4-HR1 G4-HR10	Para a contratação de todos os fornecedores, a SANASA efetua consulta nos órgãos oficiais - INSS e Caixa Econômica Federal -, com objetivo de verificar provas de regularidade relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As obrigações da empresa vencedora da licitação estão claras desde o Edital: deve observar as prescrições das leis trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária, bem como o pagamento de todos os tributos que incidem sobre os trabalhos.
Princípios de Direitos no Trabalho		
3. Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva no trabalho	G4-HR4	Todos os funcionários da SANASA têm liberdade de associação ao sindicato. Os acordos coletivos firmados com o sindicato beneficiam a todos os funcionários.
4. Abolir o trabalho forçado ou compulsório	G4-HR1 G4-HR6	Para garantir a integridade dos trabalhadores terceirizados e impedir o trabalho degradante, todos os contratos para obras têm cláusulas que exigem dos fornecedores certificados de treinamento dos empregados para o uso correto de EPI's, treinamentos em trabalhos com eletricidade, em espaço confinado e em altura, além da presença de profissional legalmente habilitado, responsável para os trabalhos com eletricidade e/ou em segurança do trabalho. A SANASA, por sua vez, contrata todos os seus funcionários de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
5. Erradicar o trabalho infantil	G4-HR5	Os contratos também preveem que não ocorra o trabalho infantil, pois exigem que cada empregado dos fornecedores tenha contrato de trabalho e registro em carteira, RG e CPF.
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	LA13	Na SANASA, mulheres têm salários iguais aos dos homens quando exercem as mesmas funções. Também têm igualdade de oportunidades.

Pacto Global	Indicadores GRI - G4	Ações da Sanasa
Princípios de Proteção Ambiental		
7. Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	G4-EC2 G4-EC4 G4-SO1 G4-SO2 G4-EC8 G4-EN9 G4-EN10 G4-EN6 G4 - EN22 G4 - EN27	Uso racional da água nas escolas públicas. Educação ambiental. PAS – PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL Trabalho Social em apoio ao Plano 300%. Educação Ambiental: Minha Escola na SANASA. Ações de enfrentamento da crise hídrica. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE REÚSO – EPAR. PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS PROMOVE A REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA. Programa de Controle de Perdas; Plano de Segurança da Água; Estação de Tratamento de Esgoto; Estação Produtora de Água de Reúso – EPAR; Programas sobre Uso Racional da Água. Estudos sobre a aplicabilidade da água de reúso, entre outras a utilização dessa água pelo Corpo de Bombeiros no combate a incêndio.
8. Promover a responsabilidade ambiental	G4-EC2 G4-EC4 G4-SO1 G4-SO2 G4-EC8 G4-EN9 G4-EN22	Projeto de uso racional da água nas escolas públicas. Treinamento de uso racional para funcionários. Educação ambiental. PAS – PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL Ações de enfrentamento da crise hídrica. Programa “Minha Escola na SANASA”; e projeto para economia de água, desenvolvido pela engenharia com fornecedores, para produção de torneiras especiais.
9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis	G4-EN27 G4-EN10 G4 - EN22	Instalação de torneiras nas escolas, com válvula que permite grande redução do desperdício de água. Estação de Tratamento de Água de Reúso - EPAR. Estação de Tratamento de Lodo – ETL; Difusão de tecnologias com o uso de membranas filtrantes para utilização em ETEs, para produção de água de reúso.
Princípio Anticorrupção		
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.	G4 - 56 G4 - 57	Pregão Eletrônico para compras. Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização. Código de Ética e de Conduta validado pela alta gestão.

Temas do CEO Water Mandate* no Relatório de Sustentabilidade – Exercício 2014

CEO WATER MANDATE RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE/GRI				
ELEMENTO DO CWM	SUBTEMA	TEMA	CAPÍTULO DO RELATÓRIO	PÁG.
OPERAÇÕES DIRETAS	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA	ÁGUA	GESTÃO AMBIENTAL	55
OPERAÇÕES DIRETAS	PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS	ÁGUA	GESTÃO AMBIENTAL	65
OPERAÇÕES DIRETAS	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO	ESGOTO	GESTÃO AMBIENTAL	71
OPERAÇÕES DIRETAS	EPAR - ESTAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DE RÉUSO	ESGOTO	GESTÃO AMBIENTAL	73
OPERAÇÕES DIRETAS	PLANO 300%	ÁGUA/ESGOTO	GESTÃO AMBIENTAL	3, 15, 24
OPERAÇÕES DIRETAS	PSA - PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA	ÁGUA	GESTÃO AMBIENTAL	5, 15, 54, 61
OPERAÇÕES DIRETAS	EPAR - ESTAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DE RÉUSO	ÁGUA/ESGOTO	GESTÃO AMBIENTAL	73
CADEIA DE FORNECEDORES E MANEJO DE BACIAS	REÁGUA	FORNECEDORES	GESTÃO OPERACIONAL	19, 38, 69, 92
AÇÃO COLETIVA	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADE	GESTÃO SOCIAL	3, 15, 24
AÇÃO COLETIVA	PAS			88
AÇÃO COLETIVA	REAGUA			19, 38, 69, 92
AÇÃO COLETIVA	MINHA ESCOLA NA SANASA			100
POLÍTICAS PÚBLICAS	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	ÁGUA/ESGOTO	GESTÃO AMBIENTAL	3, 15, 24
	12 MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA CRISE HÍDRICA	CRISE HÍDRICA	GESTÃO AMBIENTAL	61
ENGAJAMENTO COM A COMUNIDADE	PAS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADE	GESTÃO SOCIAL	88
	REAGUA			19, 38, 69, 92

*The CEO Water Mandate é a única iniciativa pública privada lançada pelo Secretário Geral das Nações Unidas em 2007, designada para auxiliar as empresas a desenvolver, implementar e tornar públicas suas políticas e práticas de gestão sustentável da água.

Em agosto de 2013, The CEO Water Mandate passou a ser apoiado por aproximadamente 100 empresas espalhadas entre vários países e indústrias.

Conforme orientação das Nações Unidas, apenas o Presidente da empresa pode assinar o documento.

Indicadores Ethos				
Indicador		Estágio - 2014		Descritivo do estágio escolhido
Nº	Título	Sugerido	Escolhido	
1	Estratégias para a Sustentabilidade	1	1	A empresa inclui aspectos sociais e questões ambientais em suas estratégias.
2	Proposta de Valor	4	4	A empresa busca o aprimoramento contínuo, desenhando métodos mais eficientes ambiental e socialmente para oferecer seus produtos , ao desenvolvê-los de modo a solucionar problemas sociais, ambientais ou éticos.Obteve, com isso, resultados tangíveis, como indica a boa avaliação por parte de seus clientes/consumidores.
3	Modelo de Negócios	Nenhum	3	A empresa permanece atenta às tendências relacionadas á sustentabilidade que podem redefinir seu mercado ou modelode negócios e entende RSE/ sustentabilidade como fatores condicionantes para seu crescimento econômico. Além disso, quantifica a redução de custos obtida por meio de iniciativas de mitigação dos impactos de produtos e serviços; desenvolve parcerias com fornecedores,visando á melhoria de seus processos de gestão e participa da destinação final dos produtos pós-consumo.
4	Código de Conduta	2	2	O código de conduta da empresa é avaliado e aprovado por órgão ou diretoria de governança superior, abrange todos os empregados da empresa; inclui regras de relacionamento com agentes públicos; contempla proibição de práticas ilegais , imorais e antiéticas. A empresa, por sua vez, comunica seus padrões de comportamento às partes interessadas e possui práticas voltadas para o desenvolvimento de valores éticos.
5	Governança da Organização (empresas de capital aberto)	3	3	A empresa adota procedimentos formais de prestação de contas de seus resultados e seus documentos que expressam princípios e valores são difundidos entre o público interno e externo. Reconhece que o processo de tomada de decisão que implementa leva em conta impactos sociais e ambientais.
6	Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/ Sustentabilidade	3	3	A empresa implementa políticas alinhadas a esses compromissos, além de proceder a um acompanhamento formal das iniciativas voluntárias de que participa.
7	Engajamento das Partes Interessadas	2	2	A empresa confere prioridade ás principais partes interessadas, relacionando-se com elas por meio de canais que favorecem a recepção de opiniões, gerando relatórios gerenciais e planos de engajamento.
8	Relações com Investidores e Relatórios Financeiros	1	3	A empresa possui uma política ou um estatuto que define prazos e práticas para a prestação de contas contábeis, que, auditadas, se tornam um documento público. Além disso, a empresa convida todos os investidores da companhia para uma assembleia geral de apresentação e aprovação das demonstrações financeiras, e mantém um canal de comunicação aberto.
9	Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados	3	3	A empresa possui procedimento interno definido para a elaboração do relatório de sustentabilidade, além de envolver os públicos interno e externo nesse processo. Os dados do relatório, analisados pela alta administração da empresa, abordam aspectos econômicos, sociais e ambientais.
10	Comunicação com Responsabilidade Social	1	1	A empresa cumpre a legislação e códigos pertinentes ao setor, produto ou serviço ao fazer suas comunicações, que são sempre claras e transparentes.
11	Concorrência Leal	Não se Aplica	Não se Aplica	
12	Práticas Anticorrupção	Nenhum	1	A empresa orienta seus empregados a que cumpram a legislação sobre comportamento ético e acompanha com maior proximidade situações que julga de maior risco para a ocorrência de práticas inadequadas.
13	Contribuições para Campanhas Políticas	Não se Aplica	Não se Aplica	
14	Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas	4	4	A empresa participa ativamente do desenvolvimento de políticas públicas que visem equacionar os temas críticos de seu setor de atuação, levando em consideração o interesse da sociedade e os benefícios de que usufruirá.
15	Gestão Participativa	2	2	A empresa torna disponíveis informações relevantes sobre sua gestão e acerca dos resultados obtidos por todos os seus empregados.
16	Sistema de Gestão Integrado	4	4	O sistema de gestão da empresa é monitorado e orientado por área específica ou colegiado pré-determinado em política interna.Os indicadores de que se utiliza constantemente se encontram disponíveis e podem influenciar o processo de tomada de decisão. Eles são monitorados para orientar ações corretivas na gestão. O sistema de gestão é auditado por terceira parte.

Indicadores Ethos				
N°	Indicador Título	Estágio - 2014		Descritivo do estágio escolhido
		Sugerido	Escolhido	
17	Sistemas de Gestão de Fornecedores	2	2	A empresa adota práticas de seleção de fornecedores que ultrapassam o cumprimento da legislação específica, ao contemplar critérios socioambientais.
18	Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos	2	2	A empresa utiliza informações externas (pesquisa de mídia, de percepção e outros) para identificar os principais impactos econômicos, sociais e ambientais que sua atividade pode acarretar e utiliza esse conhecimento no processo de tomada de decisão - e, quando se faz necessário, adota medidas de remediação em caso de demandas pontuais.
19	Gestão da Responsabilidade Social/ Sustentabilidade	2	2	A empresa realiza práticas de RSE/Sustentabilidade, monitoradas e avaliadas com a finalidade de pautar decisões sobre sua continuidade. Realiza processos de engajamento com as partes interessadas com vistas a orientar sua gestão de RSE.
20	Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos	2	2	A empresa identifica, previne e aborda impactos negativos reais ou potenciais aos direitos humanos, resultantes de suas atividades ou de atividades das organizações de sua esfera de influência.
21	Trabalho Infantil na Cadeia de Suprimentos	2	2	O responsável pela empresa adiciona cláusulas específicas sobre o trabalho infantil aos contratos que firma com os fornecedores, e a empresa, como um todo, se engaja no trabalho de conscientizar seu público interno sobre a razão de ser dessa proibição, participando das campanhas que possuem esse alinhamento.
22	Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia de Suprimentos	2	2	O responsável da área que avalia as formas de riscos de incidência do trabalho forçado adiciona cláusulas específicas em seus contratos com fornecedores sobre o trabalho forçado.
23	Promoção da Diversidade e Equidade	1	1	A empresa segue a legislação nacional que combate a discriminação e se manifesta contrariamente a comportamentos que não promovem a igualdade de oportunidades no ambiente interno e na relação com clientes, fornecedores e comunidade do entorno.
24	Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)	1	1	A empresa mantém contratos formais de trabalho que se alinham ao pleno cumprimento da legislação trabalhista e de seus terceiros.
25	Relações com Sindicatos	3	3	A empresa não somente permite a atuação dos sindicatos no local de trabalho, como também fornece informações sobre as condições de trabalho e se reúne periodicamente com seus representantes para ouvir sugestões e negociar reivindicações.
26	Remuneração e Benefícios	1	2	A empresa, além da remuneração mínima legal, oferece benefícios securitários (saúde, vida etc.) aos empregados e os estende a seus familiares.
27	Compromisso com o Desenvolvimento Profissional	2	2	A empresa possui rotina de treinamento/capacitação que visa à melhoria da produtividade e incentiva os empregados a aperfeiçoarem sua capacitação.
28	Comportamento Frente a Demissões e Aposentadoria	1	1	A empresa segue a legislação brasileira em vigor relacionada às demissões e aos processos de aposentadoria.
29	Saúde e Segurança dos Empregados	2	2	A empresa desenvolve campanhas de conscientização dos empregados e possui o compromisso formal de apresentar os temas saúde e segurança como prioritários
30	Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho	1	1	A empresa cumpre suas obrigações legais e toma iniciativas com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida.
31	Relacionamento com o Consumidor	5	5	A empresa é reconhecida por seus clientes e constitui referência no setor no que tange ao relacionamento com clientes, servindo de modelo para o mercado.
32	Impacto Decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços	3	3	Com o propósito de reduzir eventuais danos e promover a melhoria da segurança dos produtos e serviços, a empresa mantém fóruns e diálogos com os usuários sobre eventuais mudanças que possam garantir a realização desses objetivos. Com a finalidade de coletar e canalizar informações que contribuam para o envolvimento ativo de seu público interno, fornecedores, distribuidores e dos consumidores e clientes no aperfeiçoamento contínuo dos produtos e serviços, a empresa promove a substituição dos componentes pela utilização de tecnologias e procedimentos que minimizem ou evitem riscos à saúde e à segurança do consumidor ou cliente.

Indicadores Ethos				
N°	Indicador Título	Estágio - 2014		Descritivo do estágio escolhido
		Sugerido	Escolhido	
33	Estratégia de Comunicação Responsável e Educação para o Consumo Consciente	2	2	A empresa adota práticas e/ou diretrizes de comunicação alinhadas a seus valores e princípios que contemplam todos os meios e materiais de que dispõe. Estes, por sua vez, devem fornecer informações confiáveis, consistentes e verdadeiras, comparáveis e verificáveis, sobre fatores ambientais e sociais relacionados à sustentação, produção e entrega dos produtos ou serviços.
34	Gestão dos Impactos na Comunidade	1	1	A empresa procura contemplar medidas reparadoras nas respostas que fornece às reclamações e manifestações da comunidade onde se encontra inserida e/ou realiza suas operações.
35	Compromisso com o Desenvolvimento da Comunidade e Gestão das Ações Sociais	Nenhum	1	A empresa atende a demandas de investimento social, realiza ações sociais de forma pontual e/ou atua em determinadas oportunidades; além disso, aloca incentivos fiscais em projetos sociais ou culturais.
36	Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores	1	1	A empresa busca negociar com transparência com os fornecedores locais, estabelecendo relações contratuais com base em critérios comerciais e tentando formular definição corporativa para instituir categorias para os fornecedores locais.
37	Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas	Nenhum	1	A empresa identifica, os tipos de combustível que utiliza nas operações e adota medidas de controle das emissões atmosféricas para atender a legislação vigente.
38	Adaptação às Mudanças Climáticas	2	2	A empresa possui conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas para seu negócio.
39	Sistema de Gestão Ambiental	2	2	A empresa participa ativamente de iniciativas do poder público relacionadas a sua estratégia, e se adequa rapidamente a novos acordos e regras ambientais. Também possui conhecimento das novas práticas, o que lhe permite implementar medidas de prevenção e mitigação dos impactos negativos.
40	Prevenção da Poluição	1	3	A empresa implementa política de conduta ambiental que assegura requisitos relacionados ao tema em sua operação; compromete-se com o controle e a prevenção da poluição. Realiza investimentos em tecnologia focada na eficiência, por meio de adequações em suas instalações, processos e produtos, buscando minimizar as fontes poluidoras.
41	Uso Sustentável de Recursos: Materiais	1	1	Sem alterar seu padrão tecnológico, a empresa se aproxima de iniciativas pontuais que buscam a redução do consumo de materiais; a aquisição do tipo de insumo proposto pela legislação e o cumprimento dos requisitos legais para destinação adequada dos resíduos.
42	Uso Sustentável de Recursos: Água	1	1	Sem alterar seu padrão tecnológico, a empresa busca iniciativas para reduzir o consumo da água; respeita os limites de retirada estabelecidos pela legislação e outorgas, assim como cumpre os requisitos legais para destinação adequada dos efluentes.
43	Uso Sustentável de Recursos: Energia	Nenhum	1	Sem alterar seu padrão tecnológico, a empresa busca iniciativas para reduzir o consumo de energia e cumpre os requisitos legais para controle das emissões atmosféricas.
44	Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais	1	1	A empresa cumpre a legislação referente à proteção da biodiversidade e dos habitats naturais em terras próprias, arrendadas e/ou por ela administradas, e atende também às condicionantes estabelecidas por ocasião da concessão das licenças ambientais.
45	Educação e Conscientização Ambiental	1	1	A empresa desenvolve ações de educação ambiental e conscientização dos empregados sobre essa temática, pontualmente ou em decorrência de pressão externa (como exigências do governo, crises de fornecimento etc.)
46	Impactos do Transporte, Logística e Distribuição	1	1	Em sua frota própria de transporte, logística e distribuição de produtos e serviços, a empresa mantém um sistema de controle para evitar o risco de não cumprir as normas estabelecidas, incluindo os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho.
47	Logística Reversa	2	2	A empresa começou a analisar seus processos produtivos e parte da sua cadeia de suprimentos sob a perspectiva da gestão de resíduos sólidos e logística reversa e estruturou um plano de atendimento ao marco legal.

Sumário de Conteúdo da *Global Reporting Initiative* para a opção Essencial

G4-32

Opção “de acordo” escolhida pela organização. Sumário de Conteúdo da *GRI* para a opção escolhida (veja as tabelas abaixo). Embora a *GRI* recomende o uso de verificação externa, essa recomendação não constitui um requisito para que o Relatório esteja “de acordo” com as Diretrizes

R. Este Relatório apresenta conteúdos padrão das Diretrizes *Global Reporting Initiative - GRI*, versão G4, para Relatos de Sustentabilidade na opção Essencial. Este Relatório de Sustentabilidade não foi submetido a verificação externa.

	Pág.
Conteúdos Padrão Gerais	11
Estratégia e Análise	
G4 -1	03 e 05
Perfil Organizacional	
G4 -3	07
G4 -4	07
G4 -5	07
G4 -6	07
G4 -7	07
G4 -8	07
G4 -9	07
G4 -10	82
G4 -11	08
G4 -12	08
G4 -13	08
G4 -14	09
G4 -15	09
G4 -16	10

Aspectos Materiais identificados e limites	
	Pág.
G4 -17	11
G4 -18	15
G4 -19	17
G4 -20	18
G4 -21	18
G4 -22	18
G4 -23	18
Engajamento de Stakeholders	
G4 -24	11
G4 -25	11
G4 -26	12
G4 -27	12
Perfil do Relatório	
G4 -28	01 e 68
G4 -29	março de 2014
G4 -30	Anual
G4 -31	sustentabilidade@sanasa.com.br
G4 -32	109
G4 -33	109
Governança	
G4 -34	23
Ética e integridade	
G4 -56	29

Conteúdos Padrão Específicos	
Aspectos materiais identificados (como no ponto G4-19)	Informações sobre a forma de gestão e indicadores (lista de conteúdos padrão específicos relacionados a cada Aspecto Material identificado, com o número de pág. ou link)
<p>A pesquisa apurou 15 Temas Estratégicos, com o cenário da crise hídrica integrando os demais temas:</p> <p>Ambientais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Água 2. Esgoto 3. Mudanças Climáticas 4. Inovação tecnológica <p>Clientes e Consumidores</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Política de Relacionamento com o Cliente 6. Política tarifária 7. Educação Ambiental 8. Satisfação <p>Governança</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Política de Transparência 10. Política Anticorrupção <p>Funcionários</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. Política de gestão de pessoas 12. Igualdade de gênero e diversidade 13. Cultura da sustentabilidade 14. Treinamentos constantes <p>Cadeia de Fornecedores</p> <ol style="list-style-type: none"> 15. Fornecedores 	<p>a) Gestão Ambiental, págs. 55</p> <p>b) Gestão Operacional, pág. 32</p> <p>c) Programa de Ação Sustentável - PAS pág. 88</p> <p>d) Governança, pág. 23</p> <p>e) Gestão de Recursos Humanos pág. 82</p> <p>f) Fornecedores pág. 32</p>

CRÉDITOS

CONSELHO EDITORIAL

Hamilton Bernardes- Presidente do Conselho de Administração

Arly de Lara Romeo-Diretor Presidente

Pedro Claudio Silva- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio dos Santos- Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza- Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior- Diretor Administrativo

Maria Paula P.A. Balesteros Silva -

Procuradora Jurídica

Fernando Rossilho- Chefe de Gabinete

DIREÇÃO GERAL

Adriana Lagrotta Leles

sustentabilidade@sanasa.com.br

ASSISTENTE DE DIREÇÃO

Maria da Glória Chiavegatte da Cunha

PRODUÇÃO

Halana Kalyne dos Santos

IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO GRI, REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ana M.Lombardi

Mundial Press Comunicações

aml@uol.com.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Paola Clemente

TRADUÇÃO

Myrian Noland Costa

COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO

GOVERNANÇA: Solange Maroneze

PRINCIPAIS INDICADORES: Antonio

Moreira Franco

AMBIENTAL: Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg

GESTÃO DA QUALIDADE: Alessandro Tetzner

FORNECEDORES: Ana Lúcia Floriano, Mário Sanges e Simone Cracco

CLIENTES: Manuela Garcia, Pilli Júnior, José Roberto Barreto e Maria Aparecida Ferreira

GESTÃO SOCIAL: Fátima Sthal, Ana Lúcia Floriano, Claudia Tonietti e Clara Coelho

RH: Carlos Barboza

PESQUISA INDICADORES GRI

Adão Cines

Adriana Maria Boscolo Candido

Adriano Messias Augusto Carlos Vilhena Neto

Ana Flavia de Souza

Ana Lúcia Floriano

Ana Maria Loureiro C. de Melo

André Luis de Moraes

Allan D. Cardoso

Alessandra Bonafé

Alexandre Paixão Fontes

Alexssandro André Alves

Ari Pratti

Betânia Cordeiro

Benevenuto A. Sales

Carlos A. Bonon

Carolina Farah

Caroline Suidedos

Claudia Sartori Claudio Rubio

Claudia Tonietti

Clara Coelho

Eduardo Monteiro

Eliana Cristina Sibinel Stach

Fabio Giardini Pedro

Fátima Stahl

Gustavo Pradoleda Carneiro

Ivan de Carlos

Ivanio Rodrigues Alves

Ivo Junior

João Aparecido Edo

José Roberto Barreto

Jose Gabriel A. Gomes Camargo

Julio Cesar do Nascimento

Leandro A da Silva

Lina Cabral Adani

Luciano Berto

Luis Filipe Rodrigues

Luiz Massaini

Luciana Arrioli

Luís Rosalén Garcia

Luci Lorençon Manara

Maria de Fátima Tolentino

Marilda Moraes

Márcia Trevisan
 Marcia Toniolo Lopes
 Marcio Luciano G. Barbosa
 Marco Antonio Bertelle
 Marcos Rosa de Carvalho
 Manuela Garcia
 Marães da Silva
 Mário Sanges
 Myrian Noland Costa
 Mauricio André Garcia
 Paulo Araujo
 Paulo Vicinança
 Paulo Szeligowski Tinel
 Rebeca Borges
 Renan Moraes Sampaio
 Renata de Gasperi
 Renato Rosseto
 Romeu Cantusio Neto
 Rovério Pagoto Junior
 Satoshi Ando
 Sergio Raimundo Grandin
 Sidnei Lima Siqueira
 Silvia Helena Ferreira Dias
 Simone Aparecida Sales
 Simone Cracco
 Sinézio Aparecido de Toledo
 Sonia Souza
 Uildson Carlos A. de
 Oliveira
 Vladimir Pastore
 Zélia Sousa

PESQUISA INDICADORES

ETHOS

Adriano Menezes
 Antonio Carlos Artioli
 Antonio Moreira Franco
 Alessandra Bonafé
 Alessandro Tetzner
 Ana Floriano
 Augusto Vilhena
 Betania Cordeiro
 Carolina Farah
 Carolina Suededos
 Carlos Cavagioni
 Clara Coelho
 Claudia Marques
 Claudia Tonietti
 Claudio Rubio
 Fátima Stahl
 Gladis Matteoleda Carneiro
 Ivan de Carlos

Ivo Junior
 Jean Pereira
 João Adão Cineis
 José Barreto
 Luciana Ariolli
 Luciano Berto
 Luiz Massaini
 Marcia Trevisan
 Marcio Tonelotti
 Mário Sanges
 Maria Aparecida Ferreira
 Maria Carolina Filippi
 Marilia Palhares
 Myrian N. Costa
 Natalia Colesanti
 Paulo Araujo
 Paulo Zeraik
 Rebeca Borges
 Régia de Oliveira Russell
 Renato Garofalo
 Roberto Cordeiro
 Samuel Junior
 Sebastião Torres
 Simone Cracco
 Solange Maroneze
 Ricardo Fiorio
 Tania SilvaTatiana
 RicciTomas Cazzolato
 Vladimir Pastore

JURÍDICO

Claudete A. Piton de M.
 Salles
 Adriana T. Pierri Sampaio
 Carlos Roberto Cavagioni
 Filho

TI

Carlos Augusto Chagas
 Marcelo Ricardo Mosena
 Sueli Toshie Honma
 Vitorio Henrique Ferreira

COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Pinheiro
 Helena Góes
 Thiago Mota Pires
 Marcos Lodi
 Amanda Galofaro
 Adriana Regina Ribeiro
 Marisa Catalani
 Franciele Agorreta

Manoel de Brito Franco
 Neto
 Edivaldo S. Alves
 Gilson Machado

INFRAESTRUTURA

Ederson Barboza
 Thereza Christina Cadurin
 Andre Campanholi
 Andre Perissinotto Oliveira
 Filipe Silva Severino
 Francisco Miguel dos
 Santos
 Iranildo Lopes dos Santos
 Jose Pereira Santos
 Marco Antonio Martinez
 Marcos Antonio Fernandes
 Marcos Antonio Firmino
 Nelson Luiz Moreira
 Wanderley Luiz Sartori
 Willian Miguel dos Santos

SECRETÁRIAS

Ana Angélica Peres Ferreira
 Ana de Fátima Oliveira
 Ana Lucia Stefanini Tim
 Benedita dos Santos
 Almeida
 Carmen Silvia Miguel
 Pereira
 Célia Ribeiro
 Fatima Cristina de Araujo
 Helga Galvez Miritello
 José Luis Costa
 Maria Aparecida Chagas
 Maria Regina Mendes
 Nascimben
 Marli Coutinho Moreno
 Michele Lacerda
 Priscila de Andrade Martins
 Reinalva Viera Miguel
 Sandra Teresa Montaldi
 Simone Sales
 Viviane Cristina Oliveira

CENTRAL DE VEÍCULOS

Luiz Carlos Moreira

MOTORISTAS

Ricardo Pessoa de Oliveira
 Diego Rodrigues Munhoz
 Arcindo Coelho